Cadernos de História

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

| | |
|---|---|
| Grão-Chanceler: | Dom Walmor Oliveira de Azevedo |
| Reitor: | Eustáquio Afonso Araújo |
| Vice-reitor: | Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães |
| Chefe de Gabinete do Reitor: | Osvaldo Rocha Tôrres |
| Pró-reitores: | *Extensão* – Vera Maria Neves Victer Ananias; *Gestão Financeira* – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; *Graduação* – Maria Inês Martins; *Infra-estrutura* – Rômulo Albertini Rigueira; *Logística* – Sérgio de Morais Hanriot; *Pesquisa e de Pós-graduação* – João Francisco de Abreu; *Planejamento e Desenvolvimento Institucional* – Carlos Francisco Gomes; *Recursos Humanos* – Alexandre Rezende Guimarães; *Arcos* – Wanderley Chieppe Felippe; *Betim* – Miguel Alonso de Gouveia Valle; *Contagem* – Geraldo Márcio Alves Guimarães; *Poços de Caldas* – Maria José Viana Marinho de Mattos; *São Gabriel* – Carlos Barreto Ribas |
| Diretores: | *Barreiro* – Patrícia Bernardes; *Serro* – Ronaldo Rajão Santiago |
| Secretaria de Comunicação: | Maurício Lara Camargos |
| Secretaria Geral: | Flávio Augusto Barros |
| Secretaria de Ação Comunitária: | José Chequer Neto |
| Instituto de Ciências Humanas: | Pe. Márcio Antônio de Paiva (*Diretor*) |
| Coord. do Curso de História: | Elizabeth Guerra Parreiras |

**EDITORA PUC MINAS**

| | |
|---|---|
| Comissão Editorial: | Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Graça Paulino (UFMG); José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas) |
| Conselho Editorial: | Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Dídima Olave Farias (Univ. del Bío-Bío – Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas); Leonardo Barci Castriota (UFMG) Maria Lúcia Lepecki (Univ. de Lisboa); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF) Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA) |
| Coordenação Editorial: | Cláudia Teles de Menezes Teixeira |
| Assistente Editorial: | Maria Cristina Araújo Rabelo |
| Revisão: | Astrid Masetti Lobo Costa<br>Virgínia Mata Machado |

EDITORA PUC MINAS: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • R. Pe. Pedro Evangelista, 377 • Coração Eucarístico • Tel: (31) 3375.8189 • Fax: (31) 3376.6498 • 30535-490 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil • e-mail: editora@pucminas.br.
Tiragem: 300 exemplares.

ISSN 1679-5636

# Cadernos de História



| *Cadernos de História* | Belo Horizonte | v. 8 | n. 10 | p. 1-124 | 2º sem. 2006 |
|---|---|---|---|---|---|

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de História:
Alysson Parreira Gomes
Cristiano Garotti da Silva
Elisabeth Guerra Parreiras (Coordenadora)
Liana Maria Reis

Comissão editorial:
Elizabeth Guerra Parreiras (Coordenadora)
Heloisa Guaracy Machado (Editora executiva)
Tarcísio Rodrigues Botelho (Editor-adjunto)
Grace Adriana de Oliveira (monitora)

Conselho consultivo:
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Caio César Boschi (PUC Minas)
Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)
Ilmar de Matos (PUC-Rio de Janeiro)
João Adolfo Hansen (USP)
Liana Maria Reis (PUC Minas)
Lucília de Almeida Neves Delgado (PUC Minas)
Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Sandra Pereira Tosta (PUC Minas)
Zephyr Frank (Stanford University)

Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Cadernos de História. — out. – 1997 — Belo Horizonte: PUC Minas, 2006 –

v.

Semestral

ISSN 1679-5636

1. História – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Departamento de História.

CDU: 98 (05)

# Sumário

NOTA EDITORIAL ..... 7

CONFERÊNCIA
Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais
*Liana Maria Reis* ..... 11

ARTIGOS
O *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas, no emergir do Novo Mundo: as relações da Coroa hispânica com as áreas coloniais no século XVI
*Rui Edmar Ribas* ..... 27

As famílias, os amigos e os negócios: a utilização de fontes seriadas no estudo de relações pessoais de comerciantes de animais no Continente do Rio Grande de São Pedro nos três primeiros quartéis do século XVIII
*Martha Daisson Hameister* ..... 43

Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bonfim do Paraopeba – Minas Gerais
*Cláudia Eliane P. Marques Martinez* ..... 63

Saindo de casa: a presença feminina nos recenseamentos gerais da população. Brasil, 1920-1970
*Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy* ..... 89

Belo Horizonte: uma economia de serviços
*Elisabeth Guerra Parreiras* ..... 110

Normas para publicação ..... 122

# Nota editorial

Os *Cadernos de História* agradecem aos pareceristas que, junto ao Conselho Editorial, muito contribuíram, no ano de 2006, com sua competência e isenção, para a qualidade desta publicação. São eles: Afonso de Alencastro Graça Filho, Ana Silvia Volpi Scott, Ângelo Alves Carrara, Antônio Carlos de Jucá Sampaio, Antonio Otaviano Viera Jr., Carla Almeida, Carlos Aurélio Pimenta de Faria, Carlos de Almeida Prado Bacellar, Cláudio Alves de Vasconcelos, Cristiana Viegas de Andrade, Douglas Cole Libby, Marco Antônio da Silveira, Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi, Sérgio Odilon Nadalin e Taiane Las Casas.

# Conferência

# Africanos no Brasil: saberes trazidos e ressignificações culturais*

Liana Maria Reis**

## Resumo

O artigo faz uma breve revisão da historiografia brasileira sobre as contribuições históricas dos africanos à formação política e cultural brasileira. Essas contribuições têm sua expressão mais visível nas manifestações da cultura material e na permanência de hábitos e costumes em nosso cotidiano. O artigo aponta ainda como os africanos ressignificaram aspectos culturais para sua sobrevivência e convivência com senhores e administradores ao longo da vigência do escravismo no Brasil.

Palavras-chave: Africanos; Saberes; Cultura material; Ressignificações culturais; Brasil.

Atualmente pode-se afirmar que a África virou moda. Nos últimos 15 anos, vem sendo redescoberta como objeto de estudo por pesquisadores e historiadores do mundo ocidental. Também os próprios africanos, após os processos de independência das décadas de 1960-70, buscaram conhecer suas raízes históricas e suas identidades. Da mesma forma, cresce o interesse dos brasileiros pelo continente africano, uma vez que a Lei Federal n. 10.639 torna obrigatório o ensino da história da África subsaariana e dos africanos e seus descendentes no Brasil, suscitando um retorno à mãe África, berço das civilizações.

Conhecer a história do continente africano é buscar nossas raízes, já que os africanos e seus descendentes construíram, de forma significativa e inegável, nosso país, em termos materiais e culturais.

* Texto de palestra proferida no Ciclo de Debates sobre África, na PUC Minas, março de 2006, apresentado depois como comunicação na Anpuh Regional, São João Del Rei, julho de 2006.

** Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Abordam-se aqui os saberes, entendidos como conhecimentos intelectuais e técnicos, trazidos da África e utilizados e adaptados na América portuguesa, em grande parte apropriados pelos colonizadores em seu proveito, mas também indispensáveis à sobrevivência dos africanos na nova realidade. Esses saberes – do latim *sapere*, conhecimento, ciência, informação ou notícia – possibilitaram acordos e poder de barganha utilizados pelos escravos em suas relações com os senhores. Certo é que, retirados de seu meio geográfico e de seu *locus* cultural (lugar de nascimento e clã familiar) e tendo morte social porque tornados escravos ainda em território africano, os habitantes designados negros pelo Ocidente, oriundos de várias partes do continente, foram trazidos para as Américas e tiveram de ressignificar saberes. Ressignificar implica dar novo sentido às palavras, relações, coisas, práticas e rituais. Em suma, os africanos tiveram de ressignificar a vida de escravo na Terra de Santa Cruz, adaptando seus saberes e cultura aos vários ambientes históricos neste país continental, o Brasil. Esses saberes e traços culturais foram trazidos na cabeça e na alma de mulheres e homens, já que não era permitido aos escravos trazerem pertences pessoais na longa travessia do Atlântico. A adaptação desses saberes e culturas à nova realidade foi fundamental para a sobrevivência e a abertura de espaços de negociação com os senhores. A recente historiografia sobre a escravidão, a partir dos anos 1980, embora reconstitua espaços de negociação dos escravos com os senhores, a apropriação de saberes dos africanos pelos colonizadores e a autonomia econômica dos cativos, não sistematizou as contribuições africanas. Muitos cientistas sociais e pesquisadores brasileiros estudaram, desde finais do século XIX,[1] as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira, apontando especialmente o folclore e a cultura religiosa como componentes de nossa mesclada, diversa e difusa identidade nacional.

Trazidos da África para o Brasil, os primeiros africanos chegaram ao Nordeste – sobretudo Pernambuco –, em São Vicente e em São Paulo por volta de 1550 (ALENCASTRO, 2000). O emprego da força de trabalho foi crescendo com o desenvolvimento das atividades econômicas, transformando a América portuguesa no maior importador de escravos africanos das Américas, em finais do século XVIII.[2] Num primeiro momento do tráfico negreiro, os escra-

[1] Ver, por exemplo, Nina Rodrigues (1988), Manuel Querino (1988), Luís Viana Filho (1988), dentre outros.

[2] Um total de 1.891.400 africanos teria desembarcado no Brasil entre 1701 e 1801 (KLEIN; ENGERMAN *apud* CARDOSO, 1982, p. 23). Por volta de 1800, existiria no Brasil um milhão de escravos, "a maior concentração individual de escravos africanos e crioulos de qualquer colônia da América, respondendo ainda pelo uso econômico provavelmente mais diverso de escravos no hemisfério ocidental" (KLEIN, 1987, p. 97). Trata-se de dados aproximados e não absolutos, que geram afirmativas divergentes em estudos realizados em épocas diferentes.

vos provinham do oeste e centro-oeste do continente africano e, uma vez aqui chegados, deveriam adaptar-se ao novo ambiente, o que incluía primeiramente o aprendizado do português para o entendimento do serviço a ser feito e para a incorporação da religião católica, da ideologia escravista e de alguns valores portugueses. Era comum o recém-chegado logo aprender a pedir "bênção" a seu "sinhô", antes de recolher-se ao descanso diário. Os recém-chegados foram utilizados em todas as atividades e formas de prestação de serviços, desde as tarefas mais simples e que exigiam apenas força física – como carregadores – até tarefas mais complexas, que exigiam saberes específicos, como comerciar. Possuir escravos era símbolo de riqueza e poder. Os próprios escravos, quando podiam, adquiriam outros escravos para servi-los e ajudá-los em suas tarefas diárias, como apontam recentes pesquisas sobre o universo cotidiano da escravidão (REIS, 2002).

Obviamente, seria enganoso pensar que, ao exercer qualquer atividade, o escravo usasse apenas ou exclusivamente a força física. Qualquer ser humano usa suas capacidades intelectuais até para exercer tarefas simples e manuais. Os africanos usaram sua força física, mas também seu intelecto: saberes aprendidos aqui ou trazidos de sua terra natal.

Nem todas as contribuições dos africanos para a nossa formação sociocultural podem ser mensuradas. As mais evidentes pertencem à cultura material, expressas nas edificações de igrejas, fortes e casarões ou na fabricação de esculturas, imagens de santos, artesanato variado, adornos pessoais, instrumentos musicais, ritmos e música, cestos de palha e técnicas de mineração e siderurgia. Os africanos também introduziram palavras como quilombo, que vem do quimbundo e significa "povoação", "arraial" "povoado" (LOPES, 2004, p. 550), e diamba (hoje mais conhecida por maconha), trazida da África. Misturado ao fumo e usado em rituais religiosos, esse tipo de cânhamo entorpecente era cultivado como planta meio mística para ser fumada em candomblés e xangôs (SCISÍNIO, 1997, p. 130). Na alimentação trouxeram de sua terra natal muitos tipos de feijão, inhames, abóboras e vagens, quiabo, azeite de dendê, leite de coco, bem como as formas de melhor prepará-los, receitas que logo se espalharam por vários cantos da colônia e compõem até hoje nossas mesas. Na Bahia, que concentrava grande plantel escravista, as iguarias africanas foram preservadas de modo privilegiado, como o xinxim de galinha e o acarajé.

Parece provável que a técnica de preparo do peixe seco, muito consumido no sudeste do Brasil no século XVII, tenha sido introduzida pelos habitantes das regiões próximas à cidade africana de Tombuctu, conhecida como porto do deserto.

Grande parte da farmacopéia doméstica no Brasil tem origem nos saberes

indígenas e africanos, que conheciam o valor terapêutico e o poder de cura de inúmeras plantas (LOPES, 2004, p. 432). Esses saberes foram muito relevantes num país onde havia pouquíssimos médicos (MATOS, 1979, p. 69). Deter e poder usar esses conhecimentos fazia com que o(a) escravo(a) se tornasse uma "figura de autoridade" entre seus pares, merecedora de respeito e temida por todos. O conhecimento de certos saberes conferia a quem os praticava um lugar de distinção e privilégio junto à sua comunidade, suscitando temor entre os homens brancos.

Todas essas informações remetem ao estudo da cultura material, que possibilita conhecer e reconstituir as condições de trabalho e de vida de povos, comunidades e sociedades ou ainda resgatar a margem entre as necessidades e sua satisfação (PESEZ, 1990, p. 211). Os homens produzem e interferem na natureza não apenas para suprir suas necessidades de sobrevivência, mas também para sua satisfação pessoal. As manifestações artísticas e rituais religiosos são expressão dessa satisfação. A abordagem da cultura material remete à história do cotidiano e da vida privada, à banalidade das ações, atitudes e hábitos do dia-a-dia, que engendram a própria história dos homens (PRIORE, 1997, p. 259-276).

O sistema escravista no Brasil (BOTELHO; REIS, 2005, p. 67) estruturou-se de forma a manter milhares de homens e mulheres submetidos à vontade de seus senhores e, para isso, tornou-se necessário menosprezar feitos e saberes dos povos submetidos, identificados com a barbárie e com o atraso em relação ao europeu, tido como civilizado e desenvolvido tecnicamente. Assim, justificavam-se a dominação, a imposição de valores culturais europeus e a reificação de mulheres e homens. Contudo, o que se exigia dos escravos, o trabalho excedente de produção de mercadorias ou prestação de serviços, era justamente sua humanidade, expressa na sua vontade, inteligência e saberes (FLORENTINO; GÓES, 1977, p. 172).

A despeito das formulações ideológicas negativas e pejorativas elaboradas sobre os escravos – africanos, crioulos e mestiços – e constantemente reafirmadas pela visão etnocêntrica dos colonizadores portugueses, seus conhecimentos eram reconhecidos e, não raro, temidos. A feitiçaria, por exemplo. A magia usada pelos feiticeiros ou calundus africanos, como para a cura de picada de cobra, causava espanto aos portugueses. O francês Tonellare afirmava que os negros curandeiros cercavam-se de serpentes que obedeciam às suas ordens, após determinadas preparações. Eles ensinavam saberes mágicos a seus sucessores e esse ensino tomava a forma de uma iniciação religiosa.

> Uma amiga de Tollenare, tão profundamente mordida por uma serpente que o sangue lhe saía por todos os orifícios da cabeça, fez vir um desses curandeiros que, estando ocupado, contentou-se em lhe enviar seu chapéu. Esse chapéu foi

> colocado sobre a cabeça da moribunda, que se sentiu melhor no mesmo instante. À tarde veio um curandeiro, chamou a serpente culpada que, de fato, apareceu, andou em torno do leito, para grande terror dos assistentes, depois enrolou-se no corpo do negro, que a matou. (*apud* SCISINIO, 1997, p. 240)

Os viajantes europeus que estiveram no Brasil no século XIX, detentores de uma visão imperialista e preconceituosa dos brasileiros, reconheceram as qualidades intelectuais dos escravos, considerando-as mesmo superiores às de seus proprietários brancos. O comerciante inglês John Mawe (1807-1811) criticou o comportamento negligente e ocioso dos senhores de escravos descendentes dos primeiros colonos. Suas observações acerca das técnicas de siderurgia e mineração deixavam claro que somente os cativos possuíam conhecimentos técnicos. "Todas as espécies de indústria estão nas mãos ou dos mulatos ou dos negros; essas duas classes de homens parecem exceder em inteligência a seus senhores, porque fazem melhor uso dessa faculdade" (MAWE, 1977, p. 69). Consta que "os escravos africanos com experiência de forjar ferro foram os primeiros a fabricá-lo em Minas Gerais" (SILVA, 1994, p. 508). Eram conhecidos seus saberes mineralógicos, provavelmente trazidos dos campos auríferos da África ocidental, em duas regiões principais: Wangara, que produzia ouro para os antigos impérios do Gana e do Mali, e o território dos Achantis, localizado na parte central do Gana, onde o comércio de ouro ganhou importância depois de 1350 (DAVIDSON, 1981, p. 165). A técnica de cadinho e os fornos foram trazidos pelos africanos e largamente utilizados na mineração em Minas Gerais no século XVIII. Segundo Ilka Boaventura Leite (1996, p. 185), o mineralogista alemão Eschwege, ao observar os processos mineratórios nas Minas Gerais do século XIX, mostrou reconhecer "a contribuição dos escravos africanos para o aperfeiçoamento" dos processos de lavrar ouro e diamante, dos quais tiraram proveito portugueses e brasileiros.[3]

Equivocado supor que a escravidão significou atraso técnico e material e que os africanos, muitas vezes percebidos como possuidores de uma cultura homogênea, eram totalmente desprovidos de conhecimentos técnicos apurados. Essa idéia não é corroborada pelos estudos mais recentes. A visão de grande parte da historiografia brasileira até década de 1970 era a de que os africanos, porque escravos, não tinham interesse em produzir mais ou melhor, nem condições de se adaptarem a sistemas econômicos mais avançados tecnicamente, como no capitalismo. Ora, muitos escravos, especialmente cativos urbanos como "os negros de ganho", tinham interesse em ser mais produtivos, uma vez que, mediante acordos ou negociações com seus senhores,

[3] Ilka Boaventura Leite estudou o olhar dos viajantes do século XIX sobre a realidade escravista da província mineira.

possuíam liberdade de locomoção e pagavam ao senhor, diária ou semanalmente, uma quantia estipulada: o jornal. Cumprido o acordo, o escravo ficava com o restante para sobreviver e acumular economias próprias. Os africanos Mina, oriundos da Costa do Ouro (atual Gana) ocidental, de procedência não banta e governados por um chefe e um conselho de anciães, foram preferidos nas Minas Gerais, região de exploração aurífera, por serem especialistas em mineração e metalurgia e, por isso, mais caros do que outros. Provavelmente os Mina exploraram esses saberes em proveito próprio na relação com seus senhores. Os portugueses serviam-se de seus conhecimentos técnicos para viabilizar o projeto colonizador. As técnicas de fundição, forjamento e confecção de ligas de cobre e estanho impressionaram os europeus quando de sua chegada no continente africano (DAVIDSON, 1981, p. 166). Em segundo lugar, muitos africanos transformados em escravos eram, na África, líderes políticos, religiosos, intelectuais e mão-de-obra especializada que, para ocupar esses lugares na estrutura social africana, detinham saberes, trazidos para o Brasil (CARRERA, 1986, p. 36). Desde a Idade Média, a cidade de Cano dos Haussás (região da atual Nigéria) incluía numerosas manufaturas e associações de ferreiros, hábeis vendedores de sal e milhares de mineiros, fabricantes de bebidas e produtores de remédio, muitos dos quais provavelmente trazidos para as Américas. Administradores metropolitanos na capitania de Minas Gerais denunciavam os saberes de escravos, ora revertidos em proveito dos próprios cativos, ora representando vantagem para os senhores. Ao longo do Setecentos, denunciavam atitudes e ações percebidas como atrevimento e abuso por escravos, africanos e crioulos que, muitas vezes, associavam-se a libertos, negros livres e homens brancos para driblar o controle e a fiscalização dos administradores e senhores. Em 1721, em carta ao Rei, o Conde de Assumar informava "sobre a Falsidade que introduzirão alguns negros no ouro em pó misturando lhe a limadura de Latão" com que pagam os "Jornais de seus Senhores sendo tão expertos neste exercício que limão as ditas peças com limas grossas e finas" e "depois os burlem em ter pedras para que o latão fique em pó sem diferença alguma na cor, e na Figura do mesmo ouro".[4]

Entretanto, dizia Assumar que "este prejuízo" era "tanto mais arriscado quanto menos perceptível que o da moeda falsa", e orientava o ouvidor da comarca a averiguar o caso com atenção, "remetendo-lhe alguns dos negros que se acharão em fragante delicto com as limas, e as pedras, e tornando se achar outros e continuando já a ser mais vulgar este meio com o clamor dos

[4] Arquivo Público Mineiro (APM), SCO4, f. 922-4, n. 59. As citações seguintes referem-se ao mesmo documento, cujo péssimo estado de conservação torna impossível a leitura de algumas partes.

que disto se queixavão". O delito tornava-se corriqueiro nas Minas, espalhando-se por todas as regiões de mineração.

Outra denúncia, já na década de 1750, referia-se às constantes práticas de entesouramento interno e de contrabando de ouro sob forma de jóias, imagens, terços ou "outras obras de uso das gentes".[5] O governador de Minas, Luis Diogo Lobo da Silva, em 1766, reafirmava a ordem régia de expulsão de ourives e fundidores das capitanias de Minas, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. O Rei mandava fechar as lojas de "mestres" desses ofícios, "seqüestrando-se-lhes todos os instrumentos que costumam servir para as fundições, ou para as obras de ouro ou de prata", além de confiscar o produto conseguido para as Casas de Moeda das respectivas cidades. Ficava proibido ensinar tais ofícios aos escravos ou explorar a ourivesaria para sustento próprio.[6] Contudo, no ano seguinte à ordem régia de 1766, o Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, intercedia em favor dos ourives junto à Metrópole, alegando que os ourives, lapidários, cravadores e fundidores faziam "nesta terra um ramo de negócio do qual viviam muitas mil pessoas" e que só numa rua do Rio de Janeiro existiam 142 lojas: "Muitos officiais casados, brancos, e outros escravos de particulares, que de seus jornaes (que eram grandes) viviam os seus senhores e as famílias destes que não eram ourives".[7] O vice-rei apontava a importância do ofício de ourives para a sobrevivência de senhores, forros e escravos e a existência de um grande mercado de clientes. Chamava a atenção para os lucros advindos desse ofício ao afirmar que os jornais dos escravos ao ganho eram "grandes" o suficiente para sustentar os senhores e famílias que não exerciam tal profissão. Se os jornais dos proprietários eram grandes, também deveriam ser o pecúlio amealhado pelos escravos e as chances de alforria. Portanto, ambos tinham interesse em manter o ofício de ourives.

A escravidão, forma de exploração do homem pelo homem, levava a uma morte social. Retirado de seu clã de origem, levado para lugares distantes, fosse internamente, no vasto território africano, fosse nas Américas, o cativo teria de criar elementos que lhe permitissem sobreviver culturalmente. No Brasil, ele necessitou ressignificar os laços ancestrais perdidos: foi criada a figura simbólica do "parente de nação" ou o "parentesco fictício", segundo o historiador baiano João José Reis (1991, p. 42), que consistia num mecanismo integrador do escravo recém-chegado ao novo ambiente. Escravos já aculturados recebiam o africano como a um parente de sangue e lhe ensinavam a adaptar-se ao contexto histórico colonial: novas tarefas, novos hábitos, novos

[5] Revista do APM (RAPM), V, 1900, p. 164-166.
[6] RAPM V, 1900, p. 167-168
[7] RAPM V, 1900, p. 167-168.

valores religiosos, nova língua. Algumas nações eram mais resistentes ao aprendizado da língua portuguesa, como a dos Tapas, africanos islamizados provenientes da região do Sudão. Daí o termo "tapado" para designar o indivíduo bronco ou que tem dificuldade de aprender. Se havia interesse do senhor nessa aculturação, o "parentesco fictício" significava, para o recém-chegado, criar uma coesão, ainda que frágil ou provisória, que lhe permitia adaptar-se e movimentar-se no novo ambiente sociocultural.

No campo religioso, os africanos também tiveram de reinventar suas crenças. Surge assim o sincretismo religioso, forma de manter os rituais religiosos de origem e o culto de suas divindades camufladas sob os nomes de santos portugueses. O candomblé, primitivamente um baile africano, tornou-se no Brasil um conjunto de cultos e religiões, podendo ser percebido como uma ressignificação da crença nas divindades dos ancestrais africanos. O costume, entre os brasileiros, de jogar um pouco da bebida para o santo, era usado pelos africanos para agradar os mortos e as divindades que acreditavam poder interferir na realidade dos vivos.

Outros saberes significativos trazidos pelos africanos interpenetram-se em vários campos da vida social e econômica: modos de vestir (uso de turbantes, de cavanhaque, como entre os Haussás), métodos e técnicas de plantar e colher, enfim, modos de fazer. Para a historiadora portuguesa Beatriz Nizza da Silva (1994), foi enorme a contribuição dos africanos no desenvolvimento do cultivo do arroz no Maranhão, "utilizando métodos que lhes eram familiares na África ocidental" (p. 302). Na Bahia, os Haussás transmitiram a maneira de preparar o arroz de haussá. A civilização haussá começou por volta do século XI no Sudão Central, atual Nigéria, e englobava diversos povos que falavam língua semelhante. De cultura islamizada e religião maometana, não tinham tradição de guerreiros e sua força estava nos frutos de seu trabalho, como o artesanato – tecidos bordados com seda dos árabes, sandálias de couro, objetos de ferro e de ouro. Mas isso não impediu que fossem responsáveis diretos pelos movimentos insurrecionais dos Malês de 1807, 1809 e 1813,[8] e por isso proibidos de entrar no Brasil após 1835. Podem ser considerados como os "aristocratas africanos", porque muito cultos.[9] Embora não tivessem tradição de guerreiros, na América portuguesa ressignificaram sua religião para combater o sistema colonial escravista.

[8] A Revolta dos Malês, levante de africanos islamizados ocorrido em Salvador em 1835, desencadeou uma forte repressão das tropas governamentais sobre essa etnia. Ver o brilhante estudo de João José Reis (1986) sobre o movimento e o texto de Alberto Cosa e Silva (2003) sobre o livro de Reis.

[9] O tráfico negreiro trouxe para as Américas africanos muito cultos e outros que ocupavam cargos de mando na África (CARREIRA, 1983, p. 38).

Nas artes, é inegável a presença de africanos como artesãos, músicos e construtores de instrumentos de percussão. Sua técnica de tingimento de tecidos era, desde 1500, invejável. Os tecidos de algodão africanos, tingidos especialmente de azul, nunca desbotavam, mesmo com a lavagem, o que exigia "uma técnica que os europeus de então não possuíam" (DAVIDSON, 1981, p. 167).

Os tambores, símbolo religioso, eram indispensáveis nos batuques aqui reproduzidos[10] e ressignificados como elemento de identidade (REIS, 2003),[11] permitindo a superação da diversidade cultural entre os povos para cá trazidos. Segundo o historiador africano Joseph Ki-Zerbo, na afirmação coletiva de sua personalidade política, pelos limites estruturais do escravismo e pela ausência de línguas comuns, os africanos trazidos para as Américas tiveram quase unicamente o campo cultural para se exprimirem.

> O cunho negro será ainda mais acentuado na música, tendo os escravos transplantado para as Américas a pulsação empolgante da África que ressoa no batuque... Os batuques ou sambas de roda, dançados em festas semanais, permitiram aos diversos grupos étnicos ultrapassar suas particularidades culturais para se encontrarem ou inventarem uma arte simplesmente africana, embora influenciada por elementos europeus. (KI-ZERBO, 1999, p. 286)

Presentes originalmente nos espaços lúdicos e sagrados da África, dançados inclusive por chefes ou governantes, os batuques tiveram de ser reinventados nas Américas para serem minimamente aceitos e se tornarem elemento de identidade cultural. O trabalho diário e coletivo no campo era quase sempre acompanhado de cânticos, vistos pelos senhores como mecanismo importante de distração da dura labuta diária dos escravos e por isso permitidos. A dança e a música estiveram presentes também nas festas religiosas, muitas vezes realizadas nas ruas, como os batuques, e tendo como participantes não apenas os escravos, mas também outras camadas empobrecidas da população. Essas manifestações de rua não passaram despercebidas aos olhares atentos, curiosos e discriminatórios dos viajantes que estiveram nas Minas Gerais no século XIX (LEITE, 1996, p. 141-156).

Assim, os elementos essenciais na construção de identidade entre os africanos e crioulos no Brasil baseavam-se, tanto quanto nos critérios étnicos, na experiência do cativeiro e no compartilhamento de traços culturais reinventados, como os batuques, a aparência física, os rituais religiosos, amuletos, adornos, tatuagens e pintura dos olhos, muito comuns na cultura árabe (REIS, 2004).

[10] Sobre arte sacra no Brasil e técnicas afro-brasileiras, ver Lody (2003).

[11] Silva & Silva (2005, p. 202-204) discutem o conceito de identidade no período pós-moderno e multiculturalista do final do século XX e como esse conceito vem levantando questões em diversos campos das ciências humanas.

Ki-Zerbo (1999, p. 224) destaca o papel social, na África e no Brasil, das mulheres africanas, que "constituíam uma categoria particularmente oprimida", mas representavam e continuam a representar a "esperança" no mundo africano.

> A mulher negra, porém, apesar das mutilações corporais que por vezes lhe eram infligidas, gozava também de prerrogativas que são precisamente o contrário da opressão (...) liberdade sexual, por vezes exagerada aliás, antes do casamento em certos países animistas; (...) liberdade de deslocamento (...) liberdade econômica pela apropriação de ganhos das suas múltiplas atividades rurais ou comerciais, (...) direitos políticos ou espirituais que lhe abrem por vezes o caminho do trono e da regência ou fazem dela sacerdotisa respeitada, em particular dos ritos de fertilidade. E isto apesar de as feiticeiras terem sido particularmente maltratadas. (KI-ZERBO, 2004, p. 225)

Essa afirmativa explica, em parte, a importância das africanas para as comunidades locais e as razões da proporção de dois homens para cada mulher, no tráfico. No Brasil foram essenciais nos serviços domésticos (mucamas, amas de leite, cozinheiras, lavadeiras etc.), na produção de vestuário, na feitiçaria e no comércio a varejo nas cidades portuguesas e nas cidades e vilas do Brasil, tidas pela historiografia mineira como responsáveis pelo abastecimento interno através do pequeno comércio (FIGUEIREDO, 1993). Usavam esse saber para alcançar direitos e "regalias" com seus senhores: pagamento de jornal, liberdade de locomoção, acumulação de pecúlio e mesmo conquista da alforria, tornando-se senhoras de escravos e possuidoras de bens materiais (PAIVA, 1995). Alguns povos usaram a afetividade nas relações com senhores. As africanas teriam trazido formas particulares de comportamento no trato pessoal. Segundo Câmara Cascudo (2001), "o cafuné só existe no Brasil por onde viveu escravaria banto, dos Congos e Angola" (p. 68).

Enfim, torna-se impossível quantificar ou mesmo resumir a contribuição dos africanos para nossa herança cultural. Os saberes trazidos da terra natal englobam todos os campos da vida humana: social, religioso, econômico, técnico, mental. Alguns foram ressignificados e adaptados à nova realidade para garantia da sobrevivência, via construção de novas identidades. Outros foram perdidos para sempre e talvez possam ser recuperados pelos estudos comparativos e pela tradição oral. Reconstituir esse legado só é possível se entendido como fragmentos de culturas de povos tão diversos, possuidores de tanta riqueza material, mental, intelectual e técnica, que integram uma cultura híbrida – a brasileira – complexa e diversa.

Os saberes trazidos foram explorados em proveito dos colonizadores, mas também hábil e estrategicamente utilizados pelos africanos para conseguirem vantagens nas relações cotidianas com seus senhores. Os africanos tiveram

maior dificuldade do que os crioulos para conseguir sua alforria ou sua liberdade com pagamentos parcelados através da coartação. Portanto, não deviam poupar esforços, usando seus saberes e conhecimentos, para forçar a abertura de espaços cada vez maiores e melhorar suas condições de vida (PAIVA, 1995).

É muito provável que os escravos mineradores Mina tenham conseguido negociar com seus senhores – jornal, autonomia e liberdade de circulação – alegando que, com a exploração de seus saberes, o senhor poderia lucrar muito mais. Assim, reconstituir a vivência da aplicação e adaptação de saberes dos africanos à nova realidade, o constante reaprendizado, as ressignificações dos conhecimentos práticos da cultura material trazida da África torna-se essencial para a compreensão da própria dinâmica cotidiana escravista na América portuguesa. A cada realidade histórica local,[12] os africanos e seus descendentes foram ressignificando saberes para sobreviver e conquistar espaços de negociação cada vez mais amplos no âmbito da relação com seus senhores e no cômputo geral da sociedade escravista colonial.


## Abstract

This article aims at presenting a brief review of the Brazilian historiography on the historical contributions of Africans to the Brazilian political and cultural formation. Those contributions are more strongly felt in manifestations of material culture and in the permanence of habits and uses still present in our daily life. It also points out how the Africans re-signified cultural aspects for their survival in the company of masters and administrators along the legality of slavery in Brazil.


Key words: Africans; Knowledge; Material culture; Cultural re-significations; Brazil.

[12] Em seu estudo sobre africanos na Bahia, Patrícia de Santana Pinho (2004) discute as noções de identidade, cultura e "raça", bem como a construção de identidades negras.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 23p.

BOTELHO, Ângela Vianna; REIS, Liana Maria. *Dicionário histórico Brasil*: Colônia/ Império. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 320p.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A afro-América*: a escravidão no novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1982. 124p.

CARREIRA, António. *Notas sobre o tráfico português de escravos*. 2. ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1983. 108 p.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Made in África*: pesquisas e notas. São Paulo: Global, 2001. 185p.

DAVIDSON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Codex, 1981.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 253p.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas*: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Publicações Portugal: Europa-América, 1972. v. 1. 431p.

KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. Tradução José Eduardo de Mendonça. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra e técnicas afro-brasileiras*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. 715p.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. 371p. (Série Publicações do Arquivo Público Mineiro, v. II, n. 3-A).

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. Tradução de Clado Ribeiro Lessa. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. 243p.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995. 240p.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 180-215.

PINHO, Patrícia de Santana. *Reinvenções da África na Bahia*. São Paulo: Annablume, 2004.

PRIORE, Mary Del. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-276.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1988.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 358p.

REIS, Liana Maria. Africanos na paisagem urbana setecentista. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ano 164, n. 421, p. 219-232, out./dez. 2003.

REIS, Liana Maria. *Por ser público e notório*: escravos urbanos e criminalidade escrava. Minas Gerais – século XVIII. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1988.

SCISÍNIO, Alaôr (Ed.). *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997. 331p.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.

VIANA FILHO, Luiz. *O negro da Bahia*: um ensaio clássico sobre a escravidão. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

# Artigos

# O *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas, no emergir do Novo Mundo: as relações da Coroa hispânica com as áreas coloniais no século XVI

Rui Edmar Ribas*

## Resumo

Este texto enfatiza a importância das recopilações contidas no *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas, para o estudo do emergir do Novo Mundo, quando, após o primeiro momento da (re)conquista, começou a se formar uma nova sociedade constituída de euro-ibéricos, indígenas, afro-americanos e mestiços. O processo de normalização em curso no século XVI, expresso nas recopilações do *Cedulário*, revela questões cruciais relacionadas com espaço, tempo, eurocentrismo, etnocentrismo e ocidentalização num contexto de (des)humanismo e (in)tolerância.

Palavras-chave: Cedulário indiano; Reconquista ibérica; Conquista da América.

> E o passado, por mais remoto que seja, está bem mais perto de nós do que o futuro mais próximo. (Fernando de AZEVEDO, Jardins de Sallustio, 1924)

Recuperar historicamente o passado através de novas leituras, novas abordagens e novos questionamentos faz parte do ofício do professor de história e, sobretudo, do historiador. O historiador, no seu pensar, deve demonstrar habilidades para transitar no tempo, revisitar as fontes, os documentos e os textos produzidos pelos homens e, sempre no agora, descobri-los, decodificá-los, filtrá-los e revitalizá-los quando o conhecimento histórico se revela e revela a marca de quem o produz, do seu autor.

* Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Uni-BH.

Marc Bloch (1941-42, p. 32-33) não gostava de definir a história como ciência do passado e propunha considerá-la como "a ciência dos homens no tempo", capaz de permitir ao homem compreender o "presente pelo passado" – atitude tradicional – mas também compreender o "passado pelo presente".

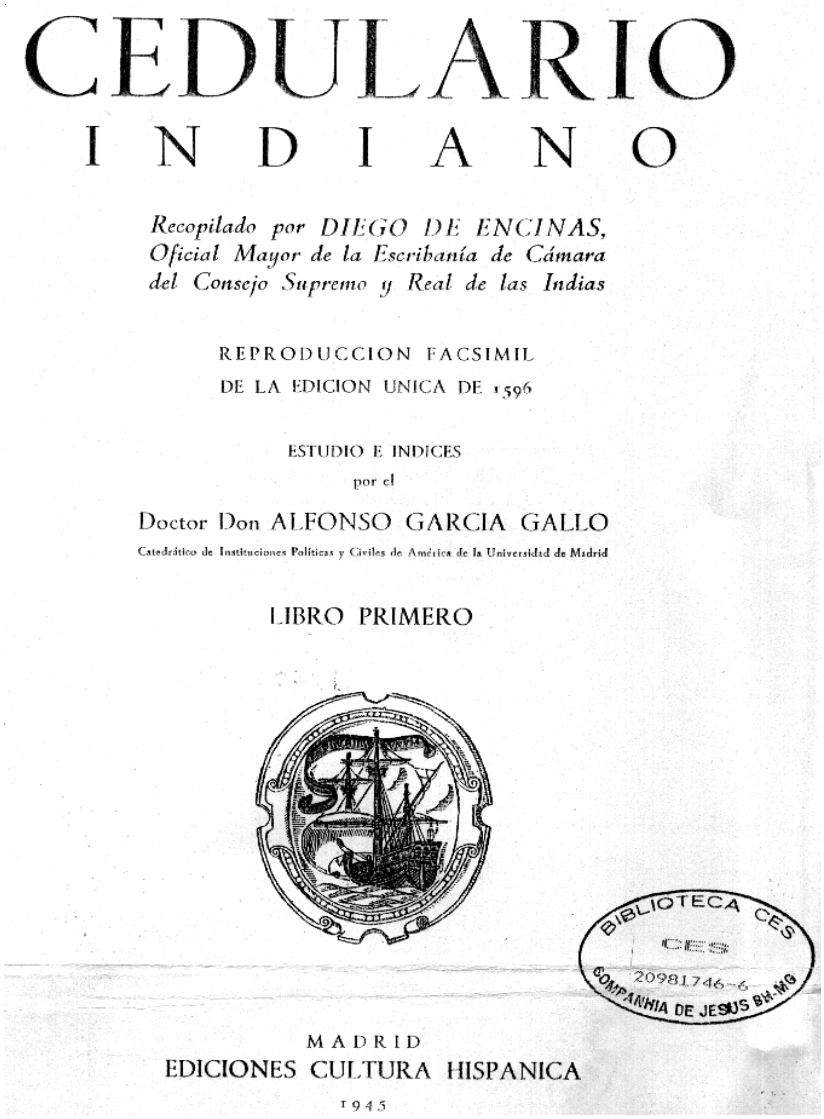
O passado é uma (des)construção e uma reinterpretação constante, numa inter-relação em tempos díspares: o passado sobrevive sempre pelo presente e o horizonte do futuro assegura o presente. O historiador, no entanto, deve manter certa distância do passado para evitar anacronismos em sua interpretação.

> Para convidar os historiadores, talvez, a se colocar à escuta de nosso tempo de incertezas apegando-se a tudo o que ultrapassa o tempo da narração ordenada: aos embalos assim como às ilhotas de imobilidade que negam o tempo na história, mas que fazem o tempo da história. (LORAUX, 1992, p. 68)

Uma pequena reflexão sobre os meios de comunicação de fins do século XV até o último quartel do século XVI e os da transição do segundo para o terceiro milênio nos convida, como no caso da temática proposta, a novos estudos acerca das relações entre a Coroa espanhola e a América hispânica, tendo como fontes as recopilações contidas no *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas.

Hoje, notícias do mundo inteiro chegam a nossas casas através da televisão, da internet ou do rádio, quase em tempo real. Essas notícias provêm da edição de matérias pelas grandes agências internacionais vinculadas a grupos de interesses e a governos de nações direta ou indiretamente comprometidas com elas em função de questões econômicas, geopolíticas, culturais e estratégicas.

> Alcançamos, enfim, a "idade da informática planetária". A expressão de Guattari não é gratuita e alude à capacidade infinita de as informações circularem, transporem fronteiras em espaços de tempo reduzidíssimos. Desde então as informações sediadas nos equipamentos, o saber armazenado na memória dos microcomputadores, podem circular e os diálogos se ampliar mais rapidamente.
> Tudo agora ficou transmissível à distância. Buscar informações em bibliotecas norte-americanas, encomendar a reprodução de um artigo, consultar um especialista sobre temas afins, enviar (ou receber) o capítulo de uma tese e, até, consultar o acervo de alguns arquivos históricos vem sendo rotina cada vez mais possível. Entre as formas de comunicação mais simples possibilitadas pelo microcomputador instalado em rede está o correio eletrônico, ou *electronic mail* (*e-mail*). Através dele historiadores ou grupos em qualquer lugar do mundo podem trocar mensagens privadas com mais confiabilidade que o telefone e com mais flexibilidade que o fax. Ou divulgar para os interessados acontecimentos, anúncio de bolsas, concursos, eventos e pesquisa na área. (FIGUEIREDO, 1997, p. 434)



CEDULARIO
INDIANO

*Recopilado por DIEGO DE ENCINAS,*
*Oficial Mayor de la Escribanía de Cámara*
*del Consejo Supremo y Real de las Indias*

REPRODUCCION FACSIMIL
DE LA EDICION UNICA DE 1596

ESTUDIO E INDICES
por el
Doctor Don ALFONSO GARCIA GALLO
Catedrático de Instituciones Políticas y Civiles de América de la Universidad de Madrid

LIBRO PRIMERO

BIBLIOTECA CES
CES
20981746-6
COMPANHIA DE JESUS BH-MG

MADRID
EDICIONES CULTURA HISPANICA
1945

Página de rosto do Livro Primeiro do *Cedulário indiano*, que contém, nos quatro livros, recopilações de 2.850 documentos (1492-1596). Uma recopilação da obra completa encontra-se na Biblioteca CES, da Companhia de Jesus, bairro Planalto, Belo Horizonte/MG.

Nos séculos XV e XVI, com a expansão ultramarina, a conquista[1] e o início da colonização do Novo Mundo pelos euro-ibéricos, as notícias não chegavam em tempo real da América ibérica (portuguesa e espanhola) nem das metrópoles às suas áreas coloniais. Os meios de comunicação eram precários e, além de pouco confiáveis, envolviam interesses privados e sofriam influências de toda ordem.

[1] A conquista teve também um caráter cruzadista, não deixando de ser, portanto, um prolongamento da Reconquista, quando os índios serão tratados como infiéis.

A imprensa, como meio de comunicação de massa formado pelo conjunto de publicações periódicas, tais como jornais e revistas, que divulgam informações, imagens e opiniões sobre o que acontece na cidade, no país e no mundo, somente começou a ensaiar os seus primeiros passos em fins do século XVI, mais precisamente em 1583, com a *Relatio Histórica*, publicação semestral do austríaco Michael von Eytzing.[2]

O *Cedulário indiano* é uma obra em quatro livros, publicada em 1945. Trata-se de uma reprodução facsímile da edição única de 1596, recopilada por Diego de Encinas – oficial superior da Escribanía de Cámara Del Consejo Supremo y Real de las Índias – e com estudos e índices pelo Dr. D. Alfonso García Gallo – catedrático de Instituciones Políticas y Civiles de América de la Universidad de Madrid. O trabalho de décadas de Encinas, desde a sua publicação, circulou, ainda que escassamente, como obra do Conselho das Índias,[3] tendo sido ocultado o nome do seu verdadeiro autor durante muito tempo. O *Cedulário* de Encinas é de grande utilidade para quantos desejam conhecer a legislação do Novo Mundo, desde o Descobrimento, a chegada dos euro-ibéricos, até 1596, constituindo-se de

> Provisiones, Cédulas, Capítulos[4] de Ordenanças, Instrucciones y Cartas, libradas y despachadas em diferentes tiempos por sus Magestades de los señores Reyes Católicos don Fernando y doña Ysabel, y Emperador don Carlos de gloriosa memória y doña Juana su madra, y su Consejo Real de las Índias, que en sus tiempos há auido tocantes al buen gouierno de las índias, y administración de la justicia em ellas. (ENCINAS, 1945)

Grande parte do tecido documental sobre o emergir do Novo Mundo foi recopilada pelos funcionários da Coroa e é, sem dúvida, uma fonte das mais

---

[2] Antes de o alemão Johannes Gutenberg (1390-1468) realizar a primeira impressão com tipos móveis, a chamada "Bíblia de Gutenberg" ou "Bíblia mazarina", por volta de 1450, alguns textos já eram impressos na Alemanha e nos Países Baixos pelo processo da xilogravura, conhecido de chineses e coreanos desde a Antigüidade.

[3] O Conselho das Índias configurava uma das instâncias responsáveis pela administração das possessões dos reis de Castela que foi reformada, a partir de 1524, durante o reinado de Carlos V e passou a ser denominada de Conselho Real e Supremo das Índias. Tornou-se uma jurisdição autônoma com atribuições legislativas, poderes para nomear titulares de cargos e correspondência regular e oficial com os representantes da Coroa e com particulares. O Conselho era constituído de um presidente, um chanceler, oito conselheiros, um procurador e dois secretários.

[4] As capitulações consistiam em um instrumento jurídico-político que estabelecia, mediante contrato, os direitos e os deveres dos contratantes que se dirigiam ao Novo Mundo perante a Coroa espanhola. As primeiras capitulações em relação às terras descobertas ou a descobrir no que viria a ser denominado de Novo Mundo foram concedidas pelos reis católicos Fernando e Isabel a Cristóvão Colombo, no dia 17 de abril de 1492, nomeando-o almirante, vice-rei e governador e dotando-o de poderes e privilégios extensos sobre as terras a serem descobertas e exploradas. Elas apresentavam um texto caracterizado pela objetividade, notadamente em termos de direitos e obrigações. Mais tarde, à medida que o Estado espanhol ia se constituindo, as capitulações, além de temporárias, vão ser também institucionalizadas com uma redação um pouco ambígua, visando justamente a evitar, por parte dos capitulantes e de seus descendentes, reivindicações de direitos em tribunais espanhóis.

importantes para o estudo do processo de europeização-ocidentalização na perspectiva do (des)humanismo e da (in)tolerância.

Os territórios que se iam descobrindo aumentavam, sem interrupção e desmesuradamente, o mapa geográfico do Novo Mundo, onde as diferenças entre os povos indígenas eram marcantes e a Coroa se encontrava num momento de indecisão ante a adversidade de orientações, patrocinadas por reconquistadores e religiosos, teólogos e encomendeiros, quase sempre em luta aberta e sem limites:

> Herdeiro da Confederação, Cortês[5] estende seu domínio, nos fins de 1521, por quase 300.000 km$^2$. Desde outubro de 1522, as cartas de Carlos V,[6] recebidas em México, legalizam a série de violências que resultam na constituição da Nova Espanha. Porém, as ambições espanholas ultrapassam de longe os estreitos limites do Império asteca. Nas fronteiras norte e no sul, os reis tarascos e zapotecas são os primeiros, desde os últimos meses de 1521, a prestar vassalagem ao novo poder de México. Os montanheses zapotecas do istmo de Tehuntepec nem assim deixam de resistir, ainda durante muitos anos, às expedições de 1522, 1524, 1527 e 1531. Em meados do ano de 1522, perto de 200.000 km$^2$, sumariamente referenciados, ajuntam-se aos 300.000 km$^2$, teoricamente submetidos, da antiga Confederação. Em princípios de 1523, a região náualte parece suficientemente bem dominada para servir de base de partida a uma nova Conquista. (CHAUNU, 1984, p. 173)

A Hispano-América, por volta de 1550, atingia cerca de dois milhões de km$^2$, mas apresentava focos de resistência e de dificuldades para ampliar suas dimensões diante de uma administração que "repousa em dois princípios. Primeiro, na ficção jurídica dos dois reinos: o dos espanhóis e o dos índios. É nesse princípio que se apóia a construção das Novas Leis (1542)" (CHAUNU, 1984, p. 253).

---

[5] Natural de Medellín, situada na Estremadura, Província de Castela, reconquistada em meados do século XIII, Hernán Cortés nasceu entre 1484 e 1485, sendo filho de Martín Cortés de Monroy e de uma filha de Diego Altamirano de Pizarro. Depois de abandonar os estudos na Universidade de Salamanca, para onde fora mandado aos 14 anos de idade, chegou à América em 1504, mais precisamente em Hispaniola, onde exerceu as funções de tabelião, nas proximidades de São Domingo. Comandou a terceira expedição enviada ao México por ordem de Diego Velázquez, tendo sido recebido por Montezuma, em novembro de 1519. Após alguns revezes, como o da *Noche Triste* (30 de junho de 1520), fez seu refém o soberano mexicano, que acabou morrendo em circunstâncias misteriosas. Nomeado governador geral da Nova Espanha, retornou à sua pátria, pela primeira vez, em 1528 e, em definitivo, em 1541. Morreu próximo de Sevilha, em Castillejo de la Cuesta, em 1547.

[6] Carlos V (1500-1558) foi o importante soberano responsável pela efetivação do Império colonial espanhol com a criação dos vice-reinados de México e de Lima. Neto do imperador Maximiliano I, da Alemanha, que ajustou o casamento de seu filho Filipe, o Belo, com Joana, a Louca, filha dos reis católicos Fernando e Isabel, seus avós maternos, em 1496. Com a morte de seu pai, Filipe, o Belo (1506), recebeu os Países Baixos e o Franco-Condado. Somente em 1516 herdou o trono de Castela, em virtude do falecimento do seu avô Fernando II e, em 1519, foi eleito rei dos romanos. Renunciou à Espanha e ao império em 1555, retirando-se para o convento de Yuste, na Estremadura, Província de Castela, onde faleceu, em 1558.

Se, por um lado, muitos interesses eram dificilmente reconciliáveis, por outro, ainda nos primeiros momentos do prolongamento da Reconquista,[7] não havia consenso em torno de um projeto de colonização. A situação era preocupante para os reinos de Castela e Aragão, empenhados na unificação política.

> Altos intereses políticos del Estado Castellano, de um lado; intereses particulares de conquistadores y encomenderos, de outro; intereses religiosos y valores morales que encontraban en los teólogos, dominicos y en los religiosos misioneros sus más fervientes defensores, palpitan por doquier, propugnando, em armonia com sus fines, soluciones no siempre adecuadas a los exigências del momento histórico. (MANZANO MANZANO, 1950, p. 7-8)

As normas legais, no seu sentido amplo, participam dessa diversidade e contradição; ora se inclinam para uma tendência, ora favorecem contrários pareceres. E, nesse constante *tejer e destejer*, transcorreram os primeiros tempos dos euro-ibéricos no Novo Mundo.

> (...) a aquéllos, por la necesidad que tenían de su perfecto entendimiento para el exato cumplimiento de su misión rectora; a los súbditos, como obligados directamente a su observancia. Esta necesidad de reajustar la legislación era sentida por todos los organismos y tribunales interesados en la obra colonizadora y de manera especial por el Consejo Indiano como supremo árbitro de la administración ultramarina. (MANZANO MANZANO, 1950, p. 8)

O *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas, é indubitavelmente um dos mais importantes monumentos da legislação editados pela Espanha para o governo do Novo Mundo. Só cede lugar, considerado como corpo de leis vigentes, num dado momento, à *Recopilação das Índias*, de 1680, mais elaborada e mais bem sistematizada. Mas o *Cedulário indiano* torna-se superior a esta no seu valor como fonte histórica, já que reproduz literalmente as disposições normativas, em sua maior parte colhidas integralmente.

Publicado como coleção anônima, em 1596, o *Cedulário* é obra exclusiva de um modesto subalterno do Conselho Real e Supremo das Índias. Diego de Encinas era oficial superior e escrevente da Câmara, onde trabalhou durante longos anos. Sem ajuda oficial de nenhum gênero, com assiduidade e tenaci-

[7] O termo "(Re)conquista" é utilizado para expressar a mentalidade do euro-ibérico, produto das relações entre o sagrado e o profano, num contexto caracterizado pelo prolongamento do espírito cruzadista. "En enero de 1492 cae el último reino moro, nueve meses más tarde se produce el Descubrimiento de América, enhebrándose así ambos acontecimientos en el curso del tiempo, de modo que será el mismo guerrero de la Reconquista el que, una vez consumada ésta, sigue luchando contra el infiel en ultramar, en Africa contra el mismo musulmán y el Nuevo Mundo contra el indio pagano. En su afán evangélico, en la finalidad y justificación religiosa de la lucha, el conquistador de América perpetúa su tradición medioeval" (PONS, 1974, p. 24).

dade sem iguais, concretizou esse difícil empreendimento em que outros, de maiores títulos, mesmo contando com o apoio do Conselho, fracassaram.

Mais de 22 anos – diz uma Consulta do Conselho, de 19 de junho de 1699 – demorou Encinas na reunião e cópia de materiais. Mais de 500 volumes passaram por suas mãos. Tudo isso fez Encinas sem mais ajuda que a dos escreventes, aos quais pagou do seu próprio bolso. Tinha mais de 70 anos quando terminou a obra. O trabalho era feito sem interrupção – de dia e de noite.

Sua situação econômica estava francamente esgotada. A esperança de um prêmio, que lhe fora oferecido para quando concluísse a copilação, foi talvez o que o manteve durante anos em tão difícil trabalho – além de sua forte têmpera de Navarro, incapaz de render-se diante das dificuldades.

O *Cedulário* de Encinas tornou-se de tão extraordinária utilidade para todos os que se viam necessitados de conhecer e utilizar a legislação do Novo Mundo que o Conselho das Índias não vacilou em entregá-lo imediatamente à gráfica para impressão, coisa que nunca havia feito com obras anteriores. Porém, a pessoa do modesto autor permaneceu esquecida. Nem o seu nome figura na edição do *Cedulário*, nem a Coroa foi generosa em dar-lhe o prêmio oferecido.[8]

O título manifesta explicitamente o seu conteúdo: provisões, cédulas, capítulos de regulamentos, instruções e cartas, liberadas e despachadas em diferentes datas por suas majestades, os senhores Reis Católicos D. Fernando e D. Isabel, e o Imperador D. Carlos de gloriosa memória, D. Joana, sua progenitora, além do Rei Católico D. Filipe, com acordo dos Senhores Presidentes e de seu Conselho Real das Índias. Esses documentos diziam respeito ao bom governo das Índias e, nelas, à administração da justiça. Acolhe, portanto, o *Cedulário* a legislação das Índias, desde o descobrimento até 1596 – primeiro século da presença dos euro-ibéricos no Novo Mundo.

Nenhuma das coleções legislativas ou cedulários do século XVI até agora impressos pode comparar-se pela sua riqueza à copilação de Encinas. Exemplo disso é a *Coleção de Documentos Inéditos Relativos ao Descobrimento, Conquista e Organização das Antigas Possessões Espanholas do Ultramar* (v. V, IX e X; Madrid, 1890, 1895 e 1897), a mais ampla das coleções legislativas, publicada pela Academia da História. Embora conceda pouca acolhida às disposições anteriores a 1540 – data em que se interrompe a Coleção da Academia –, o *Cedulário de Encinas* encerra a maior parte das informações contidas naquela Coleção.

[8] O Conselho tentou ajudar aquele ancião que, durante mais de 42 anos, lhe servira assídua e irrepreensivelmente, apoiando-o em seus pedidos. Todavia, nem glória, nem prêmio obteve Encinas em vida. Foi preciso que transcorresse muito tempo para que se começasse a chamar sua obra de "Cedulário de Encinas". Ver estudos e índices de Alfonso García Gallo (ENCINAS, 1945, p. 7-14).

O *Cedulário*, sem ser uma copilação exaustiva da legislação do século XVI, compreende milhares de disposições, reproduzidas com toda a fidelidade. Entretanto, faltam-lhe aquelas provisões, cédulas e ordenações cujas deficiências foram mostradas pela experiência – quando se processava a instalação de um governo no Novo Mundo, cheio de problemas e de incógnitas – e, por isso, caíram em desuso ou foram revogadas. Todavia, encontram-se nele todas as disposições que, tendo um valor geral, mantinham-se em vigor na segunda metade do século XVI.

No frontispício do *Cedulário*, alerta-se para o fato de que o material legislativo aí contido fora tirado todo ele dos livros do Conselho, por sua ordem, para que se saiba e se entenda do que a respeito dele está provido depois que se descobriram as Índias até agora. Com efeito, Diego de Encinas, oficial mais antigo, com mais de 40 anos no Conselho das Índias, quando acabou a copilação, recolheu e sistematizou todas as disposições que o Conselho tinha presente para despachar os assuntos de sua competência.

É este o interesse extraordinário que nos oferece a copilação: o de colocarnos à mão todos os elementos de que dispunha o Conselho para o governo do Novo Mundo. A omissão de determinadas disposições tem, também por isso, a sua significação.

O Conselho apreciou o valor incurso na obra – ainda que não a admitisse como copilação oficial –, pois ordenou a sua impressão com a máxima urgência. A edição, sem licenças de espécie alguma, apareceu como obra do Conselho, cujo nome encabeça todas as páginas. E, como edição oficiosa, se não oficial, o *Cedulário* foi apoiado pelo próprio Conselho, pelas Audiências e pelos juristas que, como Solórzano, ocuparam-se do Direito indiano.

A *Copilação das Índias*, de 1680, cristaliza, em suas páginas, a legislação vigente naquele tempo, excluindo tudo o que estivesse em desuso e/ou tivesse sido revogado e, em nome da brevidade e da clareza, modifica os textos recolhidos e refunde, numa só lei, várias outras de datas e autoridades distintas. Se, dessa forma, facilitam-se as Audiências e se auxilia a sua aplicação pela justiça, por outro lado torna-se inútil e muito perigosa a sua utilização como fonte histórica, pois não há como ter-se a certeza de que o texto que se tem à mão é o mesmo que se ditou na data ali indicada. Além disso, as disposições ditadas para uma determinada província recebem, na *Copilação*, vigência para todas elas. Assim, torna-se sujeito a erro generalizar para todas as Índias os abusos denunciados no texto da lei, que só tiveram realidade em algum caso ou em alguma região.

O uso do *Cedulário* de Diego de Encinas deve ter sido evitado, no século XVI, por essas dificuldades. O seu maior mérito é o de reproduzir integralmente as disposições, as sanções, a data e os membros do Conselho que as referendaram. Os textos são reproduções fidedignas dos livros do Conselho.

As provisões, cédulas, instruções e cartas ditadas para as Índias não contêm só a formulação das normas jurídicas que hão de se estabelecer, mas vão também precedidas da exposição dos fatos concretos – lacunas ou deficiências da regulamentação legal, abusos, entre outros. Dessa forma, é a própria legislação das Índias que revela o estado moral, político, social ou econômico de cada região: os problemas que se formulam, as dificuldades em que se tropeçam e o acúmulo de interesses e paixões, nobres e mesquinhas, que agitam aquela sociedade em formação.

O texto da lei diz qual é a solução que, num determinado momento, se dá a uma determinada série de problemas. Outra lei, posterior, descortinará as deficiências da primeira ordenação.

> A los tres cuartos de siglo de descubiertas las Índias ocurrian tales desórdenes. Y todo por no "entenderse" las cosas de aquellas partes. ¿Para qué servia, pues, su agotadora preocupación, que le llevaba a examinar personalmente la mayor parte de los papeles importantes referentes al gobierno de su extenso Estado? ¿Qué hacía su Consejo? ¿Cómo era posible que éste se hubiese dejado sorprender tantas veces por los informes partidistas y engañosos remitidos desde aquellas lejanas tierras? (MANZANO MANZANO, 1950, p. 67)

A história do Direito indiano é a do esforço tenaz de um Estado para organizar, conforme os mais altos princípios, um mundo imenso e longínquo, heterogêneo e exótico, em que o egoísmo e o sacrifício lutam por impor-se numa batalha dramática de êxitos alternativos.

As imagens do Novo Mundo chegavam, na maioria das vezes, embaçadas e distorcidas, com informações enganosas e limitadas, induzindo a Coroa, através do Conselho, a agir como avesso do espelho do Novo Mundo. Em conseqüência, cometiam-se equívocos e discrepâncias na elaboração de leis, normas, entre outras instruções.

Uma edição reduzidíssima do *Cedulário* de Encinas fez-se, em 1596, só para o uso do Conselho das Índias e de algumas autoridades. Nada há, pois, de estranho que, nos princípios do século XVII, fosse já uma obra rara e que as Audiências do Novo Mundo lamentassem não possuí-la.[9]

A raridade do *Cedulário* tem sido a causa da sua pouca utilização pelos investigadores modernos. Qualquer mediano conhecedor da legislação das

[9] Os poucos exemplares que existiam, provavelmente, ao publicar-se a Recopilação de 1680, perderam o seu interesse como corpo legal. Foram, portanto, deslocados e caíram no esquecimento. Atualmente, só se sabe da existência de dois desses exemplares. Um encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid (na Sala dos Raros, n. 4.300 a 4.303), em perfeito estado de conservação. O outro acha-se na Biblioteca Nacional de Santiago do Chile, ao que parece incompleto. É possível que alguns outros exemplares existam, porém se desconhece seu paradeiro. Mesmo no Arquivo Geral das Índias de Sevilha, onde se guarda e se conserva a documentação da Casa da Contratação das Índias, que, nos fins do século XVII, possuía alguns exemplares do *Cedulário* de Encinas, hoje não se encontra nenhum.

Índias não ignora a sua existência. É sabido que muitos o manusearam para suas pesquisas; entretanto, talvez nenhum pesquisador o tenha explorado devidamente. Causa estranhamento ler obras e trabalhos de reconhecido valor, nos quais o autor utiliza acervos manuscritos do Arquivo das Índias e de outros arquivos e bibliotecas, revelando, com isso, um esforço apreciável na investigação das fontes, e nos quais, não obstante, utiliza só muito escassamente o *Cedulário* de Encinas.

Alguns centros de estudos preocuparam-se em obter cópias e, assim, o Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires possui uma réplica do exemplar de Santiago do Chile. Também a Universidade de Harvard possui uma reprodução fotográfica do exemplar de Madrid.[10]

No emergir do Novo Mundo, o indígena do espelho e o euro-ibérico do avesso desestruturam e reestruturam os seus quadros de valores na tensividade de suas relações, aqui no Extremo-Ocidente e na Espanha, num processo que vai além do eurocentrismo e do etnocentrismo, trazendo o selo, a marca da ocidentalização em (des)humanismo e (in)tolerância.

O *Cedulário* de Diego de Encinas, nas suas 2.850 recopilações, é um canteiro fértil que deve ser revisitado, pois, se o Novo Mundo é o espelho onde as normas vão ser aplicadas, muitas delas expressam o avesso como decorrência das ações, reações e respostas dos indígenas e dos próprios euro-ibéricos.

> Com estos despachos iba la real cédula de 11 de octubre de 1570, en la que se mandaba a don Martín Enríquez ver "las copias de las Cedulas y prouisiones que originalmente se dieron al virrey del peru", las que le remetían a fin de que las hiciese "guardar y cumplir y executar en esta nueua spaña en lo que en ellas se pudieren aplicar".
> Ni que decir tiene que las "copias de las cedulas y provisiones" a que la cedula de 1570 se referia eran las de la relación antes transcrita, y, por tanto, no todas las que se habían entregado a Toledo, sino sólo una parte de ellas, aquella cuya aplicación en Nueva España juzgaba a priori factible el Consejo de Indias. Además, la ejecución, el cumplimiento de estas disposiciones, se dejaba al prudente criterio del virrey: "las haga guardar y cumplir y executar" en la Nueva España "en lo que en ellas se pudieren aplicar".
> Al poco tiempo ponía en vigor el relativo a los almoxarifazgos. Y en los años seguientes, una de las principales preocupaciones de don Martín, fue la implantación de esas reformas en el vasto territorio de su mando, pero sopesando siempre antes muy bien, en cada caso, las vantajas e incovenientes de su aplicación, para evitar los daños irreparables de una resolución precipitada. (MANZANO MANZANO, 1950, p. 90-91)

[10] O acervo da Biblioteca do Centro de Estudos Superiores do Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte, Minas Gerais, preserva uma "Reproduccion facsimil de la edicion única de 1596", objeto da minha consulta, com estudo e índices do professor Alfonso García Gallo, da Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1945.

Uma pequena amostragem pinçada das recopilações do *Cedulário* permite verificar que, no emergir do Novo Mundo, um espelho deformante projetou, no seu avesso – a Coroa hispânica –, uma compulsão de imagens, representações e relatos que criaram um estranhamento em relação aos comportamentos dos indígenas e euro-ibéricos, impondo aos legisladores limitações para elaborar um corpo de leis que pudesse normalizar tais relações de acordo com os valores do humanismo e da tolerância.

Assim, muitas vezes, resoluções emanadas da Coroa estavam tão fora da realidade que ela própria aconselhava certa prudência na sua aplicabilidade e execução, suscitando novas consultas, debates, buscando solução para os múltiplos e urgentes problemas que diariamente surgiam na colonização do Novo Mundo.

Cartas, instruções e cédulas baixadas pela Coroa, em 1523, dirigidas a Hernando Cortes e, em 1534, ao Capitan Francisco Piçarro concedem ao governador da Nova Espanha e ao governador da Província del Peru, respectivamente, licença para dar e demarcar terras, bem como a ordem a que se deve obedecer ao repartir os lugares, terrenos e bens entre os descobridores e povoadores.

Essas recopilações[11] atestam a mentalidade cruzadista dos tempos da Reconquista, da luta contra os mouros, ignorando-se os direitos dos indígenas, que têm suas terras usurpadas pelos novos povoadores.

A cédula dirigida ao Capitan Francisco Piçarro, no ano de 1534, ignora qualquer direito dos índios sobre a terra, mas uma outra dirigida ao governador "de la província de Cartagena", em 1543, registra a preocupação do Consejo Real de Índias com os verdadeiros donos da terra: "(...) sin perjuyzio de las tierras de los Indios" (sic) (ENCINAS, 1945, Libro Primero, p. 64; ver anexo, p. 195).

A preocupação com os índios, a partir de 1542,[12] segue a orientação do Conselho Supremo das Índias à época do Imperador Carlos V (1500-1558):

> Las primeras Ordenanzas que afectan al Consejo son las de 1542-43, hechas a raíz de la visita que Don Carlos personalmente hizo a este organismo. En estas Ordenanzas se declara como fin principal del Consejo el velar por los indios. Aparte de esto, hay varios artículos que recogen aspectos distintos, sin un orden lógico. Tal es, por ejemplo, la reglamentación de trabajo, que debía ocupar tres horas diarias por la mañana, y si los asuntos lo exigian, también por la tarde.
> Sobre el cumplimiento de las leyes hay disposiciones de verdadera fuerza, pues

[11] Encinas (1945, Libro Primero, p. 63-64 e p. 71-73); ver anexos (p. 194, 195, 202, 203).

[12] As *Leyes Nuevas* ou Leis Novas, de 1542, estabeleciam o fim da perpetuidade das *encomiendas*. A Coroa recuperaria seus direitos sobre elas no caso de falecimento dos seus beneficiários, passando a administrar diretamente o tributo dos índios, que seriam livres do trabalho compulsório.

> se encargaba especialmente al fiscal un informe particular del asunto y quedaba obligado a reclamar ante el Consejo y, si fuera preciso, ante el monarca por cualquier violación. (PEREZ, 1947, p. 75-76)

As questões jurídicas, até então, eram interpretadas do ponto de vista de princípios extraídos de uma concepção geral do mundo e da vida. Mais tarde, em 1547, Juan Ginés de Sepúlveda intentou sistematizá-las no *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*, conforme estudos de Manuel Garcia-Pelayo:

> Respecto al origen y justificación de este Derecho, afirma Sepúlveda en algunos lugares, seguiendo la tradición escolástica, que tal especie jurídica es la participación de la ley eterna en la criatura racional impresa por Dios y por la naturaleza en el corazón del hombre. La razón nos inclina al bien y nos aparta del mal, y en este sentido ha de interpretarse el origen racional de la ley natural.
> Ahora bien, Sepúlveda identifica de otra parte, el Derecho Natural humano con el Derecho de Gentes, ya que coincide con el sentir de los pueblos civilizados (gentes humanitores), es decir, rige las relaciones de todos los pueblos, a excepción de aquellos tan bárbaros que deben considerarse al margen de la Humanidad (ut humanitatem prorsus exuisse videantur). (SEPÚLVEDA, 1996, p. 8-9)

Sepúlveda encontrava a raiz da determinação do que seja justo por natureza, no pensamento dos "doctos, virtuosos o prudentes", no caso, os civilizados europeus. Nesse sentido histórico, sua tese criou uma polêmica sobre o poder temporal da Igreja, motivando, ao que tudo indica, a proibição da publicação de sua obra. Ademais, Sepúlveda nunca esteve nas terras do Novo Mundo, e suas análises partem do pressuposto de que a cultura européia é o referencial básico para todas as outras existentes no universo.

Os assuntos e problemas do Novo Mundo, em especial os relacionados com os *nuevos súbditos indígenas*, continuavam desafiando os colonizadores e a Coroa:

> (...) la cuestión referente a la condición y tratamiento de índios, con todo su cortejo de problemas, complejos cada uno de por si (forma de hacer las conquistas, sujeción de los naturales a la Corona, pacificación de la tierra, repartimientos y encomiendas de indios a españoles, evangelización de los mismos etc.), esperaba aún nuevas consultas y debates. (MANZANO MANZANO, 1950, p. 62)

As deliberações do Consejo Real de Índias, conforme recopilações às páginas 69, 70 e 71 do *Cedulário*, "Libro Primero", deixam evidente o descompasso entre a realidade do Novo Mundo, até meados do século XVI, e a visão da Coroa hispânica, ao usar, com freqüência, nas ordenações, instruções, cédulas e outros documentos, expressões como "(...) se hagan sin perjuyzio de los índios dexandoles sus tierras heredades y pastos, de manera que todos pue-

dan ser aprouechados" ou, mais adiante, nas mesmas recopilações, "que declara y manda la orden que las audiências y cabildos han de guardar en el repartir las tierras, solares y águas [Año de 1563]", e a que manda que "el Presidente y oydores nombren juiz que reparta las águas, cada vez que fuere necesário" para terem o devido cuidado

> y no cosientan que sobre ello [índio] se les haga moléstia: el qual venga a la audiência a dar cueta de lo que hiziere: y no vaya a costa de los Indios, y ternan mucho cuydado los dichos nuestros Oydores no embiar por causas liuianas receptores a los pueblos de Índios (...). (ENCINAS, 1945, Libro Primero; ver anexos, p. 201-203)

O humanismo e a tolerância estão presentes em muitos dos documentos emanados da Coroa, através do Consejo Real de Índias. Porém, na prática, a realidade é bem diferente, pois, na mesma época, cartas de índios são enviadas a Felipe II, queixando-se do desumanismo e da intolerância dos hispânicos, inclusive de religiosos, como a de 12/4/1567:

> Sacra Católica Majestade.
> Depois de nos ter vindo o bem, que foi conhecer a Deus Nosso Senhor por único e verdadeiro Deus, deixando de lado nossa cegueira e idolatrias e a V. M. por senhor temporal, antes de abrirmos bem os olhos ao conhecimento de um e do outro, veio uma perseguição, a maior que se pode imaginar, e foi, no ano de sessenta e dois por parte dos religiosos de São Francisco, que havíamos trazido para que nos doutrinassem, mas, em vez de o fazer, começaram a nos atormentar, pendurando-nos pelas mãos e açoitando-nos cruelmente, pendurando pedras pesadas em nossos pés, e atormentando a muitos de nós em cavaletes, jogando muita quantidade de água no corpo, de cujos tormentos morreram e ficaram aleijados muitos de nós.
> Estando nesta tribulação e trabalhos, confiando que a justiça de V. M. nos ouvisse e fizesse justiça, veio o doutor Diego Quixadá, que então era justiça, ajudar aos atormentadores, dizendo que éramos idólatras e sacrificadores de homens e outras coisas alheias a toda verdade, que em nossa infidelidade não cometemos. E como nos víamos aleijados por causa dos cruéis tormentos, e muitos mortos neles e por causa deles, e roubados de nossos bens, mais ainda, vendo desenterrar os ossos dos mortos batizados, tendo morrido como cristãos, estávamos para nos desesperar. E não contentes com isto, os religiosos e justiça de V. M. fizeram um auto solene de inquisição em Mani, povoado de V. M., em que tiraram muitas estátuas, desenterraram muitos mortos, queimaram li publicamente e condenaram muitos como escravos para servir aos espanhóis por oito e dez anos e impuseram sambenitos.[13]

Na coletânea de 200 documentos relativos à conquista espiritual da América espanhola (SUESS, 1992), do século XVI, verifica-se que o desumanismo

[13] Fonte impressa: *Cartas de Índias* (v. 1, p. 407-410); ver Suess (1992, p. 89-91 e anexo, p. 188-190).

e a intolerância dos euro-ibéricos em relação aos índios representa uma continuidade à prática missionária desde Carlos Magno (Séc. VIII-IX). Na bula *Romanus Pontifex*, de 1454, 40 anos antes da chegada de Colombo, o Papa Nicolau V já concedia ao Infante D. Henrique "faculdade plena e livre para invadir, conquistar, combater, vencer e submeter" muçulmanos, pagãos e outros inimigos de Cristo, bem como o direito de conduzi-los à servidão perpétua, de confiscar seus bens e ocupar suas terras.

As cédulas que tratam do comportamento dos clérigos, estabelecendo seus direitos e penalidades, com a imposição de castigos aos desordeiros e insociáveis, não fazem alusão às condições dos índios nem lhes dão direitos de reivindicar indenizações por perdas e maus-tratos (ENCINAS, 1945, Libro Primero, p. 130; ver anexos, p. 205-206).

O *Cedulário* de Diego de Encinas registra um diálogo de surdos. O Velho Mundo lê o Novo Mundo pelo avesso e responde para o espelho, que filtra e projeta as ordens emanadas da Coroa de acordo com as conveniências dos colonizadores.

Por outro lado, as recopilações de Diego de Encinas são fundamentais para a compreensão do chamado Direito indiano, nascido na Universidade de Salamanca, cujas normas, emanadas pelo Estado, vão reger a vida dos hispânicos e o seu relacionamento com a terra e os habitantes indígenas, no transcorrer da colonização.

O grau de aplicabilidade e aceitação das recopilações expressa também a permanência de um Direito consuetudinário proveniente do período pré-colombiano, entre as comunidades indígenas, atuando à margem do sistema colonial, e a complexidade das circunstâncias e orientações que presidiram o poder da Coroa hispânica no Novo Mundo.

Assim, na coexistência entre o Direito indiano e o Direito consuetudinário, pode-se

> ver a Idade Média se esforçar por viver em um novo mundo e ao Direito medieval por ordenar uma sociedade na qual a pré-história convive com o renascimento: como poucas vezes na história, a elasticidade de um sistema jurídico se colocará à prova. (GARCÍA GALLO, 1957-8)

Portanto, as bases para a compreensão da organização jurídica do Império espanhol no Novo Mundo têm, num dos seus pilares, as 2.850 recopilações contidas no *Cedulário indiano*, de Diego de Encinas, Oficial Mayor de la Escribanía de Cámara del Consejo Supremo y Real de las Índias, Edición Única de 1596.

## Abstract

This text aims at emphasizing the importance of compilations contained in Diego de Encinas' *Cedulário indian*, to study the rising of the New World, when, after the first moment of (re)conquest, a new society composed of Euro-Iberians, natives, Afro-Americans and crossbred took place. The normalcy process in progress in the 16th century, expressed in the *Cedulário* compilations, reveals excruciating topics related to space/time, Eurocentrism, ethnocentrism and Westernism in a context of (non)humanism and (in)tolerance.


Key words: Cedulário indiano; Reconquest; Conquest of America.

## Referências


ALBORNÓZ, Cláudio Sanchez. *La Edad Media española y la empresa de América*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1983.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (Org.). *Confronto de culturas*: conquista, resistência, transformação. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1997.

BARRET-DUCROCQ, Françoise (Dir.). *Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do novo mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BETHELL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1998. v. 1

BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'histoire*. 3. ed. Europa-América, Mem-Martins, 1976.

CABALLERO, Manuel Morillo. *Nuevo e viejo mundo*: textos sobre cultura hispanoamericana. Madrid: La Factoría de Edicionaes, 1996.

CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. *América hispánica (1492-1898)*. Barcelona: Editorial Labor, 1983.

CHAUNU, Pierre. *Conquista e exploração dos Novos Mundos (século XVI)*. São Paulo: Pioneira; São Paulo: Edusp, 1984.

ENCINAS, Diego de. *Cedulário indiano*: reproducción facsímil de la edición unica de 1596. Madrid: Cultura Hispánica, 1945. Libro Primero.

ESCOBAR, Ignacio. *La leyenda blanca*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1953.

FIGUEIREDO, Luciano R. História e informática: o uso do computador. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GARCÍA GALLO, Alfonso. Lãs bulas de Alejandro VI y el ordenamiento jurídico de la expansión portuguesa y castellana en África e Índias. *Anuário de Historia Del Derecho Español*, v. 27 e 28, p. 461-829, 1957-1958.

HOLANDA, Heloísa Buarque de; CAPELATO, Maria Helena Rolim (Org.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1999.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 57-70.

MANZANO MANZANO, Juan. *Historia de las recopilaciones de Índias (siglo XVI)*. Madrid: Cultura Hispánica, 1950.

MONTEIRO, Paula (Coord.). *Entre o mito e a história*: o V centenário do descobrimento da América. Petrópolis: Vozes, 1996.

NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NOVAES, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREZ, Demétrio Ramos. *Historia de la colonización española en América*. Madrid: Ediciones Pegaso, 1947.

PONS, Roberto Ares. *España en América*. Montevideo: Casa del Estudiante, 1974. t. 1.

RIBAS, Rui Edmar. *O emergir do novo mundo*: eurocentrismo e ocidentalização (séc. XV-XVI). 2002. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SANCHEZ-BARBA, M. Hernandez. *História de América*. México: Alhambra, 1981.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. *Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los indios*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SUESS, Paul (Coord.). *A conquista espiritual da América espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992.

TORO, Alfonso (Comp.). *Los judíos en la nueva España*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ZEA, Leopoldo (Comp.). *El descubrimiento de América y su impacto en la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ZEA, Leopoldo (Comp.). *Quinientos años de historia, sentido y proyección*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ZEA, Leopoldo (Comp.). *El descubrimiento de América y su sentido actual*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

# As famílias, os amigos e os negócios: a utilização de fontes seriadas no estudo de relações pessoais de comerciantes de animais no Continente do Rio Grande de São Pedro nos três primeiros quartéis do século XVIII*

Martha Daisson Hameister**

## Resumo

Este estudo focaliza o aproveitamento comercial dos gados existentes no Continente do Rio Grande de São Pedro no século XVIII, aplicando metodologia inerente à micro-história italiana. Essa formação, ocorrida a partir da década de 1730, calcou-se fortemente na exploração para o mercado dos diferentes rebanhos. O comércio dos animais e de seus produtos foi um dos fatores que, desde os primórdios, colocou essa região em contato com o restante da Colônia. Através do incessante ir e vir das tropas, os homens que povoaram as rotas entre o extremo-sul e as áreas mais centrais da América lusa estabeleceram alianças, relações de parentesco e de negócios. As redes em que se inseriam extrapolavam os limites do Continente do Rio Grande de São Pedro, demonstrando que a distância não esmaecia os laços criados. Com uma apropriação do método onomástico enunciado por Carlo Ginzburg (1989), mapearam-se os homens que atuaram nesse comércio de tropas e suas famílias, para, através de exemplos significativos, revelar aspectos dessa sociedade em formação.

Palavras-chave: Brasil Colônia; Caminho das tropas; Continente do Rio Grande de São Pedro; Metodologia de pesquisa; Famílias e negócios.

* Agradeço a Jorge Pontual Waked o auxílio através de comentários e correções do texto, gerenciamento e digitação nas bases de dados.

** Doutora em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Este texto, desenvolvido durante a pesquisa que resultou na dissertação de mestrado, foi apresentado como comunicação no II Seminário de História Quantitativa e Serial, em 2001. Desde então, muito mais se trabalhou nas bases de dados e na metodologia inicialmente empregada, mas percebeu-se que a maior parte das questões levantadas à época permanece válida, ainda que a pesquisa tenha evoluído. O texto original, mesmo datado, pode contribuir para o refinamento de um método de trabalho. Foram acrescentadas apenas referências bibliográficas, assim como corrigidos alguns dados com informações obtidas em fontes não consultadas à época.

O estudo discute alguns dos problemas e vislumbres que surgiram quando da utilização de fontes seriadas com o emprego do "método onomástico", enunciado por Carlo Ginzburg (1989, p. 174-178). Com o cruzamento de fontes seriadas de diversos tipos, surgiram novos problemas, mas também novas soluções que não seriam fáceis com o uso de outra metodologia. Trazer aqui algumas questões enfrentadas com aquilo do que foi posteriormente denominado por João Fragoso (2002, p. 63-64) de "micro-história tapuia" pode ser útil para mais historiadores que se aventuram por estas sendas.

Segundo Fragoso, os que se alçam a trabalhar com as técnicas da micro-história italiana encontrarão realidade bem distinta dos pesquisadores italianos. Carlo Ginzburg disse que se trata de uma contribuição dessa corrente historiográfica para uma troca mais equilibrada com seus correlatos franceses no mercado historiográfico, já que os pesquisadores italianos tinham acesso a arquivos com acervo riquíssimo e pouco explorados, em oposição à exploração intensa e acompanhada da mais alta tecnologia disponível à época na França.

> Para os primeiros séculos da história colonial brasileira, o uso da micro-história italiana esbarra em obstáculos sérios, entre eles a fragilidade dos arquivos. Por razões óbvias, a falta de *corpus* documentais que permitam o rastreamento "das pessoas" em suas múltiplas relações dificulta a análise das experiências sociais. Nesses casos, temos no máximo uma micro-história feia, tapuia, diferente da italiana. Acho que ter claro esses limites impede decepções e ciladas. (FRAGOSO, 2002, p. 63)

Os casos aqui discutidos fazem parte, portanto, do exercício de exploração do que Fragoso chama de "micro-história tapuia". Entretanto, na difícil tarefa de "extrair leite de pedras", ou seja, das séries com grandes lacunas, dos fragmentos de documentos mutilados pela ação do tempo, dos insetos e dos vândalos, alguma coisa pôde ser feita.

Como objeto de estudo, àquele tempo, havia o comércio dos animais de grande porte, os gados "vacuns, muares e cavalares" – como constam na documentação do século XVIII – e os envolvidos nas condutas[1] desses animais, suas relações sociais, econômicas e políticas no Continente do Rio Grande de São Pedro, pólo fornecedor dos gados para outras partes da Colônia (ELLIS JR., 1950).

Sobre esse tema existem muitas obras não acadêmicas, produzidas por militares e advogados, mais ocupados em contar a "verdadeira" história do povoamento sulino e de suas regiões, do que responder às questões que se impõem numa pesquisa acadêmica. Sem desmerecê-los, citam-se aqui *Cristóvão Pereira de Abreu e a Família Fortes*, de João Borges Fortes (1931), *Tropeiros de mulas*, de Ari Pedro Verissimo Fonseca (1999) e *Caminhos do Sul*, de Nilo Bairros de Brum (1999).

Dos trabalhos acadêmicos sobre o tema destacam-se o artigo "O ciclo do muar", de Alfredo Ellis Jr. (1950), o primeiro a ressaltar a importância do mercado de animais de transporte, *O Barão de Iguape*, de Maria Thereza S. Petrone (1976) e *O Barão dos Campos Gerais*, de Cecília Maria Westphalen (1995), esses dois tratando de empresários do comércio de animais durante o século XIX – e *Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão*, dissertação de mestrado de André Jacobus (1997), que analisa também a cultura material produzida na rota das tropas. Tratando exclusivamente da produção de muares no Rio Grande de São Pedro, única região autorizada pela Coroa lusa a procedê-la, há a monografia de Tiago Luís Gil (2000).

## Sobre as fontes utilizadas

Pensava-se, no início, que a documentação relativa ao "Registro das tropas de Curitiba", unidade de cobrança de fisco sobre a passagem dos animais, seria a mais valiosa fonte para este estudo, mas, devido às exigências impos-

[1] Optou-se pelas designações "conduta" e "condutor" em detrimento de "tropa" e "tropeiro" por serem mais freqüentes as primeiras nos documentos consultados, além de se evitar a confusão entre o "tropeiro" que conduzia animais a seus mercados e o "tropeiro" que vendia mercadorias e escravos e tinha nos animais seu meio de transporte, haja vista o segundo ser o "consumidor" da mercadoria do primeiro.

tas pela pesquisa, levantaram-se várias categorias de fontes. Disso resultou tomar ciência do óbvio: cada uma delas contém informações sobre um determinado aspecto da vida desses homens do século XVIII e nenhuma é suficiente para dar conta da complexa realidade vivida.

Um banco de dados foi desenvolvido e as informações estão sendo aglutinadas em fichas individuais, sob o nome de cada um dos homens que, citados nos documentos, tiveram, em algum momento de suas vidas, uma ligação com o Continente do Rio Grande de São Pedro. Assim, um quadro mais completo das inúmeras facetas dessa população vem aos poucos se desenhando. Destaca-se a importância de tal base e da aparentemente interminável tarefa de alimentá-la, que vem propiciando o acesso a informações não necessariamente contidas no que se pressupunha, no início da pesquisa, ser *corpus* documental principal da investigação.

Juntou-se à documentação relativa ao Registro de Curitiba a documentação paroquial do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, que está sendo organizada.[2] Alguns "Róis de confessados" – os quais se acreditavam inexistentes e que foram localizados – têm fornecido dados acerca das famílias, da posse de escravos, dos locais de residência.

Os Róis de confessados são uma sorte de documentação eclesiástica produzida anualmente no período que antecedia à Páscoa. Fruto da visita dos párocos aos domicílios, fazendo a "Desobriga Pascal" e tomando a confissão dos fiéis, eram arrolados os moradores do domicílio, livres e escravos, acima dos sete anos. Além dessas informações constantes, os "Róis de confessados", a critério do pároco, podem conter as idades exatas ou estimadas, o tipo de relação com o chefe do domicílio, cor/estatuto social, se o fiel foi crismado, o tipo de relação entre um e outro morador, como ser uma moradora esposa de um agregado ou um afilhado do chefe do domicílio. Eventualmente, eram arroladas as crianças, sem anotação de idade, dizendo-se, também eventualmente, de quem eram filhos, com a observação de serem "inocentes". As ocupações raramente aparecem nessas fontes, geralmente restritas ao chefe do domicílio. Foram principalmente anotadas as de caráter militar, dada a patente constante junto do nome do confessado. As séries de róis disponíveis para a pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre abrangem as localidades de Viamão (1751-1830), com 15 róis; Porto Alegre (1779-1814) com 24 róis; Gravataí (1780-1795) com 15 róis – série ininterrupta – e Santo

[2] Agradeço imensamente a Vanessa Gomes de Campos, historiógrafa do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (doravante AHCMPA) pela cessão de seu material de pesquisa, suas transcrições dos documentos e acesso à base de dados por ela elaborada. Agradeço a Fábio Kühn (2002) a cessão de seu levantamento de fontes para o projeto "Róis de confessados", de onde pôde-se selecionar róis que abrangessem o período e as localidades sob estudo.

Antônio (1779-1781) com dois róis. Há uma cópia trasladada desde o Rio de Janeiro à localidade de Triunfo (1758). Acredita-se que mais róis de Triunfo existam no Arquivo da Cúria do Rio de Janeiro, mas ainda não foram localizados.

Desses róis, além das informações sobre os moradores das unidades domésticas, também vem a evidência de uma grande mobilidade geográfica durante o período colonial. Em alguns, há um grande número de pessoas designadas como "andantes" quando do levantamento feito pelo pároco. Várias dessas pessoas apareceram em róis de anos posteriores como moradores temporários ou residentes na região, designados como "assistentes", porque lá assistiam aos ofícios religiosos, fixando, ainda que temporariamente, sua residência.

Com os registros de batismo, puderam ser feitas afirmações acerca da genealogia dessas famílias, dos locais de origem, das suas descendências e dos pais e avós das crianças batizadas, além dos filhos bastardos, nascidos às vezes bem longe do local de residência dos pais e evidenciando que estes se deslocavam, talvez periodicamente, para outras regiões da Colônia. As relações de compadrio trazem à tona as alianças cimentadas pelas famílias e são úteis para observar a chegada de escravos novos e a formação ou não de famílias escravas. Não se pode, contudo, perceber o tamanho dessas escravarias nem as posses de padrinhos, pais e avós.

Outra fonte paroquial do AHCMPA que muito contribuiu para esta pesquisa foram os "Autos matrimoniais". Essa sorte de documentação, também conhecida como "Banhos", era gerada no período antecedente aos casamentos, com o intuito principal de provar que os noivos não eram casados anteriormente ou que não havia outra promessa de casamento, evitando-se o pecado da bigamia. Também era investigada a situação de impedimento matrimonial por parentesco, fosse ele consangüíneo, afim ou espiritual. O fato de um noivo não ter consigo ou não conseguir obter em prazo hábil uma certidão de batismo na paróquia de origem também era motivo para que se gerasse um auto matrimonial, a fim de provar que o noivo era um cristão batizado.

Para essas comprovações eram requeridas testemunhas que conhecessem a vida pregressa dos noivos e de suas famílias, além dos depoimentos dos próprios noivos. Se os depoimentos das testemunhas eram quase unânimes em negar qualquer impedimento – pouco importando aqui se fossem falsos ou verdadeiros – as questões tangenciais ao objetivo dos documentos são muito mais ricas em informações. Neles é possível encontrar dados relativos às atividades exercidas pelos noivos e pelas testemunhas durante sua existência, locais onde residiram, pessoas com ou para quem trabalharam, a idade estimada em que migraram ou mesmo verdadeiras genealogias guardadas na memória das pessoas mais velhas da comunidade. Utilizaram-se os autos matrimoniais de Viamão, do período de 1753-1769.

Nos depoimentos prestados nos "Autos matrimoniais", uma breve história dos noivos é contada por gente oriunda dos locais mais variados dos territórios português e espanhol: da Península, tanto de terras lusas como de terras de Espanha, do Rio de Janeiro, do interior de São Paulo, da Vila de Santos, da Vila de Curitiba, da Vila da Laguna, de várias localidades das Minas e de lugares distintos da América hispânica. Isso denota claramente a mobilidade dessas pessoas, mas não indica quase nada acerca de posses de bens móveis ou imóveis.

A partir da série de "Cartas de sesmarias", especialmente as emitidas na década de 1750 por Gomes Freire de Andrada e publicadas pelo Arquivo Público Mineiro (RAPM, 1929; RAPM, 1933), esboça-se um quadro interessante da dispersão das terras e sua distribuição. Muitos dos pretendentes às terras dadas em sesmarias justificavam a sua ocupação anterior fornecendo, senão um ano preciso, ao menos uma idéia de há quanto tempo estavam na região. Muitos diziam o tipo de produção animal que nessas terras possuíam e algumas benfeitorias. Algumas vezes as cartas trazem a patente ou o cargo exercido pelo beneficiado, dão idéia dos bens possuídos, mas não trazem nenhuma informação sobre o restante da família e mais pessoas que habitavam ou trabalhavam na exploração dessas terras.

Quando assinalados os limites das terras doadas, parentes de uma mesma família de povoadores identificados nos "Róis de confessados" aparecem freqüentemente como lindeiros. O mesmo acontecia com companheiros de armas ou com praticantes de uma mesma atividade, principalmente os comerciantes ou condutores de gado, produtores de animais ou arrematadores de impostos. Em alguns casos percebe-se que gente de algum prestígio fez o pedido de uma sesmaria de três léguas por uma légua, tamanho inferior ao padrão. Todavia, uma carta de sesmaria, por si só, não deixa transparecer o motivo de um pedido modesto.

## Sobre a metodologia empregada

Somente a aglutinação das informações sob uma base de dados única tem permitido o cruzamento das fontes, ampliando o conhecimento da vida das pessoas do extremo-sul da Colônia. A ficha de entrada de dados dessa base, denominada "Gentes", aglutina em campos específicos as informações resumidas de cada uma das diferentes séries documentais que, por sua vez, formam subtabelas da base de dados de acordo com sua natureza. Assim, foram criados tabelas e formulários de entrada de dados para batismos, casamentos e óbitos. O campo vinculado a "Gentes" nessas subtabelas é o nome dos

titulares das fichas. Futuramente, as tabelas associadas serão ampliadas em número e qualidade, abrangendo a documentação das "Cartas de sesmarias" e "Datas de terrenos", entre outras.

As informações obtidas dessa documentação estão sendo organizadas através de base de dados confeccionada no *software Microsoft Access* e a forma de viabilizar tal organização e proceder às buscas foi a utilização do campo "nome" como chave primária, impedindo duplicação de fichas com a mesma titularidade. O nome dos agentes sociais é a principal ferramenta de busca e de vinculação às sub-bases. Disso resultou que os homônimos tiveram de ser acrescidos de um caractere diferenciador. Optou-se por caracteres numéricos, desta forma: Antônio Rodrigues 1, Antônio Rodrigues 2 e assim por diante. Quando pais e filhos possuem o mesmo nome, o recurso utilizado para diferenciá-los foi o acréscimo de "o velho" e "o moço", como eventualmente anotado no século XVIII.

Os formulários compreendem campos específicos para registros de filiação, ano de nascimento, cônjuge, sogro e sogra, ocupação. Foram gerados campos do tipo "memorando" para informações mais extensas e mesmo para comportar a transcrição de trechos dos documentos. Num campo específico arrolam-se as referências documentais e de fontes secundárias, de onde foram extraídas as informações. O formulário individual serve, portanto, como uma ficha desses homens e mulheres e ao mesmo tempo como um índice de fontes sobre essas pessoas. Na ficha principal do "Gentes" e em suas subbases, há sempre um campo para indicar as fontes de tais dados, bem como um campo para "observações", onde são anotadas as dúvidas e as interpretações possibilitadas pelo material obtido. É, portanto, um campo onde as anotações são mutáveis, já que permite textos como: "possível genro de fulano de tal" para posterior confirmação ou rechaço.

Assim, os dados obtidos de fontes que se prestam à seriação e à sua análise "vertical" quantitativa foram desdobrados em dados acerca dos homens e mulheres que viveram ou deixaram registros documentais no Continente do Rio Grande de São Pedro, almejando-se aglutinar o maior número de informações sobre cada um desses agentes sociais. Os dados assim organizados permitiram uma visão "horizontal", personalizada e descritiva, abrindo conexões para outros agentes sociais com os quais o titular da ficha ou seus associados mantiveram alguma forma de relação.

Alguns critérios tiveram de ser adotados, caso contrário a base de dados estaria repleta de "Manuéis", "Marias", "Antônios Crioulos", "Anas Benguelas" e "Marianas do Espírito Santo", sem nenhuma informação adicional além de seu nome próprio. Por exemplo, os escravos e escravas encabeçam um formulário se possuem moradia separada ou se constam informações maio-

res sobre eles, tais como, se casados, o nome de suas esposas, filhos ou filiação. Caso contrário, estão listados na ficha de seus proprietários. Mesmo quando formando fogo próprio, há a vinculação dos escravos com seus proprietários através de outros campos, para que assim não se perca a noção da dimensão de cada uma das unidades domésticas, que são, ao mesmo tempo, unidades complexas, repletas de relações econômicas, sociais, políticas e religiosas.

Essa observação também serve para a imensa maioria das mulheres, que tampouco tiveram registradas informações mais completas. Se solteiras ou casadas e seus nomes são apenas os de batismo ou compostos por partículas que remetem à religião, sem sobrenome, como as várias "Marias de Jesus" e "Marias Rosas", foram anotadas apenas como "cônjuge" na ficha de seus maridos ou arroladas junto com os outros filhos de seus pais. Mas, existindo mulheres que geraram documentos por possuir bens, por serem chefes de fogos, por alguma herança ou negócios, por batizarem várias crianças, uma ficha foi aberta. Muitas mulheres, amiúde, quando da viuvez passam a encabeçar uma unidade doméstica e a possuir uma ficha própria, com anotação que remete à ficha de seu falecido esposo. Em caso de um segundo casamento, os nomes do novo cônjuge e dos sogros são anotados nos campos correspondentes, após o nome do primeiro marido. Esses critérios, portanto, foram opção do pesquisador e podem ser um tanto artificiais. Sobre essa artificialidade contra-argumenta-se, com base nas experiências feitas na pesquisa, que a geração de fichas sob algumas titularidades em nada ajudava no andamento da investigação. Algumas, além de se mostrarem inúteis, aumentavam a confusão gerada pelos homônimos.

A não geração de fichas vale também para os casos em que alguém aparece arrolado ou citado em documento apenas com o nome de batismo e indicações mínimas, como "seu camarada" ou "agregado". Estes, dos quais carecem maiores informações, figuram na ficha do chefe do fogo.

## O método onomástico

A utilização do nome como identificador dos agentes, ainda que não seja fácil, tem sido de grande valia e principal guia nesta pesquisa. Apesar de Ginzburg (1989) afirmar que "o fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome" (p. 174), essa não é a realidade do Continente do Rio Grande São Pedro no período colonial, nem das regiões adjacentes e outras áreas da Colônia (FARIA, 1998, p. 114). A grande quantidade de homônimos, a não utilização de sobrenomes e mesmo a imprecisão

dos registros dos nomes são um complicador. Atualmente, constam na base de dados 14 Antônios Rodrigues, alguns dos quais, por referência em mais de um documento ou por constar a filiação, nome da esposa ou local de origem, puderam ter sobrenome atribuído ou foram identificados como uma mesma pessoa, ou seja, houve tempo em que foram mais que isso.

Mulheres e homens isentos de sobrenome e a imprecisão dos párocos no ato dos registros aumentam essas dificuldades, muito mais que o fato social e religiosamente admitido de uma pessoa trocar de nome em algum momento da vida. As "Constituições primeiras do arcebispado da Bahia" estabeleciam um procedimento para quem quisesse mudar seu nome no momento da crisma ou confirmação do batismo, em conformidade com o Concílio de Trento:

> [A confirmação do batismo] quem o receber poderá mudar o nome que se lhe pôs no batismo, ainda que seja de santo. (...) E sucedendo mudar algum dos crismados o nome que lhe foi posto no batismo, o pároco o declare assim, dizendo: "N., que até agora se chamava N., filho de N. e N". E também se fará a mesma declaração da mudança do nome à margem do assento de seu batismo, se o houver no livro dos batizados de tal Igreja. (DA VIDE, 1707, Título XXV)

Mesmo não tendo o nome sido alterado na crisma, uma "Maria de Jesus" em um documento torna-se "Maria do Espírito Santo" noutro e há a mais absoluta certeza de ser a mesma mulher, dado ser o mesmo marido, a mesma filiação, mãe dos mesmos filhos. Se para Deus basta o nome de batismo para reconhecer as ovelhas de seu rebanho, para o historiador isso não é suficiente.

Questões acerca dos nomes e prenomes são problema historiográfico que demanda pesquisa. Muito já tem sido estudado para a Europa (DUPÂQUIER; BIDEAU; DUCREUX, 1982; PÉROUAS; BARRIÈRE; BOUTIER *et al.*, 1984), mas, no Brasil, é bem mais tímida a investigação da onomástica, ainda que alguns estudos apontem ser esse um terreno fértil para a pesquisa (RIOS, 1990; HAMEISTER, 2003; RIOS; MATTOS, 2005, p. 154-164).

## Estudos de caso

Apesar de todos esses problemas e dúvidas acerca da identidade das pessoas em questão, quando há a identificação positiva, e nessa situação está um grande número dos agentes sociais com ficha na base de dados, atualmente com mais de 3.900 agentes catalogados, o auxílio é imenso. Algumas fichas são bem completas, outras possuem poucos dados. Ainda assim, com esse procedimento puderam ser solucionadas algumas questões e pôde ser um pouco alargado o horizonte de análise da vida no Continente ao século

XVIII. Apresentam-se aqui três situações em que o cruzamento nominativo foi de grande valia.

**Os condutores da família Francisco**

Uma boa ilustração em que foi precioso o auxílio dessa base de dados e do método onomástico com pequenos "refinamentos" é o caso "misterioso" dos condutores de gado da família Francisco. Através de duas listagens de condutores de animais postos a caminho de Curitiba, geradas em datas distintas, 1735 e 1751 (BN-DH, 1928, p. 139 e ss.; FORTES, 1941, apêndice documental), verifica-se a existência de vários membros de uma família da Vila da Laguna, os Francisco, atuando nessa atividade. Em ambas as listagens aparece Antônio Francisco, fazendo três ou mais viagens. Isso atentava contra o que se tem por certo: a sazonalidade da atividade de "conduta de gados" para o sertão, decorrente da variação das condições climáticas características da passagem das estações do ano nas regiões sulinas. Poder-se-ia pressupor, portanto, que os condutores de animais faziam, eventualmente, várias viagens por ano com os seus quadrúpedes, a uma velocidade bastante grande, haja vista a distância entre o pólo produtor e o pólo consumidor dos animais. Esse pressuposto não é de todo verdadeiro, já que não faziam normalmente mais que uma viagem anual. No máximo, faziam duas partidas com comboios de animais, pois viagem de mais de mil quilômetros durava meses. A primeira partida teria de principiar um tanto antes da temporada propícia à jornada, que terminava na Capitania de São Paulo, na Capitania das Minas Gerais ou no Rio de Janeiro. A segunda partida, também fora da temporada propícia, colocaria o condutor de animais a caminho quando os demais condutores já haviam partido. Mas não mais que duas viagens, e ainda assim esse era um jogo muito arriscado – considerando o rigor e as intempéries do inverno sulino – que com boa sorte poderia transformar um ano normal em um ano muito lucrativo.

A explicação para três ou quatro viagens de Antônio Francisco não foi dada pela documentação específica dos Registros de Tropas, mas pelos "nombramentos de patentes" assinados por Gomes Freire de Andrade, durante a sua expedição para demarcação dos limites territoriais determinados pelo Tratado de Madri, na primeira metade da década de 1750 (RAPM, 1929, p. 544-545): da Vila da Laguna engajaram-se dois homens chamados Antônio Francisco, pai e filho, o que elucida o mistério das múltiplas viagens. Não sendo, provavelmente, nem pai nem filho grandes condutores ou comerciantes de animais, as fontes específicas para o estudo do comércio das tropas quase não os mencionam. Somente com informações das fontes de distintas

naturezas, nas fichas sob os nomes próprios desses homens, é que foi possível concatenar tais dados e concluir por dois condutores de tropas, Antônio Francisco pai e filho, sem negar equivocadamente a sazonalidade dos comboios de animais.

## As famílias e o comércio de tropas

Da família de João de Magalhães surge exemplo de como os negócios e as relações de parentesco são a trama e a urdidura que compõem um tecido único.

João de Magalhães, nascido no bispado de Braga, casou-se no limiar do século XVIII com Ana de Brito, filha do capitão-mor da Vila da Laguna, Francisco de Brito Peixoto, com uma índia guarani. Em 1725, o governo de São Paulo mandou Brito Peixoto promover uma expedição às terras meridionais para reconhecimento. Por impedimento deste, foi indicado seu genro, João de Magalhães, acompanhado de 30 homens, em sua maioria escravos pretos e pardos (FORTES, 1941, p. 9-49; NEIS, 1975). O reconhecimento da região, o contato com os gentios e a preia de gados foram os objetivos primeiros dessa expedição.

Numa região desprovida de colonizadores, a terra era, assim, tomada efetivamente por membros da mais influente família da Vila da Laguna. Os laços estreitos entre Brito Peixoto e João de Magalhães foram determinantes para a escolha deste, em detrimento dos homens experientes em cruzar o território do Rio Grande de São Pedro que também estavam na Vila da Laguna, tais como Cristóvão Pereira de Abreu, veterano nas rotas terrestres entre a Colônia do Sacramento e as regiões de São Paulo e Minas Gerais (FORTES, 1931; ALMEIDA, 1942). Esses outros homens participaram da "Frota de João de Magalhães" – curioso nome dado pela historiografia a uma expedição terrestre – mas sem a autoridade de líderes.

Pode-se perceber o prestígio do sogro a derramar-se sobre a vida do genro. Segundo Cabral (1976, p. 60), João de Magalhães foi vereador na Câmara da Laguna por cinco mandatos, inclusive após já ter deixado a Vila e se estabelecido nos Campos de Viamão. Exerceu o cargo de escrivão dessa Câmara. Um outro cunhado seu também foi vereador da Laguna, o que demonstra estarem os genros de Francisco de Brito Peixoto usufruindo do prestígio advindo da ligação estabelecida quando de seu ingresso na família pela via do casamento.

A documentação mostra um contato estreito entre João de Magalhães e Cristóvão Pereira nessa primeira fase de ocupação do Continente, talvez remontando à origem de ambos, no Bispado de Braga. Estiveram lado a lado na

condução de tropas entre o extremo sul e o interior paulista, quiçá chegando às Minas. Na grande empreitada de abertura dos Caminhos das Tropas, unindo os Campos de Viamão e Sorocaba, foram companheiros de 1728 a 1731, tempo que durou essa aventura. Aliás, uma rentável aventura. As regiões centrais da Colônia, cuja economia era ativada pelo desenvolvimento da mineração, necessitadas de animais para corte e transporte, passaram a recebê-los em maior profusão (BOXER, 2000, p. 257-261). Por conseqüência, os campos sulinos e seus gados introduzidos pelos padres da Companhia de Jesus passaram a ter importância e a despertar o interesse dos exploradores-povoadores em conhecê-los.

A conexão do interesse pela ocupação dos territórios meridionais com a descoberta do ouro é inegável. E como decorrência da descoberta do ouro veio a tarefa de conduzir gados, no mínimo, até as imediações da Vila da Laguna, para serem postos, posteriormente, a caminho de seus mercados. A abertura do Caminho das Tropas foi iniciada em 1727 e concluída no início da década de 1730. Somente após uma rota de ligação com o restante da Colônia e provavelmente com a região das Minas, possibilitando a vazão dos animais, foi que se intensificou o povoamento. O *boom* do ouro gerou mercado para os animais, além de ter estimulado a ocupação das porções meridionais.

Os animais transportados na viagem inaugural do Caminho das Tropas renderam de fisco aos cofres de Sua Majestade a quantia estimada de dez mil cruzados (ABREU, 2002, p. 8). Não se tem a conta do que poderia ter rendido a venda dos animais para os cofres dos condutores, mas pressupõe-se um valor bem maior do que os impostos arrecadados. A amizade entre Cristóvão Pereira de Abreu e João de Magalhães, conquistadores do extremo-sul, rendeu informações sobre novos territórios. Rendeu também prestígio, já que procederam à abertura do Caminho, um interesse que compartilhavam com a própria Coroa, à custa de suas fazendas pessoais. O prestígio angariado nesse serviço rendeu-lhes mercês solicitadas posteriormente. Rendeu metais preciosos também, pois foi grande o número de animais levados para as regiões centrais e, dada a grande demanda já existente, esses animais encontraram colocação certa no mercado. Os animais transportados nessa rota, no início do povoamento do Continente, eram a grande fonte de ingresso de receitas.

Quando ainda habitava a Vila da Laguna, João de Magalhães recebera em mercê uma sesmaria na Garopaba (CABRAL, 1976, p. 60). Após sua estada nas terras sulinas, a descendência de Francisco de Brito Peixoto deslocou-se mais ao sul, estabelecendo fazendas de gado próximas da Lagoa dos Patos. A apropriação das terras e dos gados foi fator importante para a fixação dessas famílias no Continente do Rio Grande de São Pedro, já que em 1735 estavam vendendo gados para a Coroa, para o abastecimento da Colônia do Sacra-

mento, sitiada pelos inimigos espanhóis. Como residência, essas famílias optaram pelos Campos de Viamão, nas imediações da atual cidade de Porto Alegre (NEIS, 1975).

No início da década de 1750, João de Magalhães já viuvara da primeira esposa e desposara a segunda, Maria Moreira Maciel. Os dados que permitiram recontar e entender um pouco da história dessa família estão esparsos nos Róis de confessados de Viamão, 1751, 1776, e 1778 do AHCMPA, nos Autos matrimoniais e Livros de batismo do mesmo arquivo e nas Cartas de sesmarias assinadas por Gomes Freire de Andrade durante a expedição para a demarcação dos limites determinados pelo Tratado de Madri (RAPM, 1929; RAPM, 1933).

A nova mulher de João de Magalhães, também viúva, já possuía no mínimo três filhos de seu primeiro casamento com um capitão de Sorocaba, Manuel dos Santos Robalo. E tal como a primeira mulher de João de Magalhães, também seu pai havia sido capitão, mas na Vila de Sorocaba (CABRAL, 1976, p. 60; ALVES, 2002; LEME, 2002). João de Magalhães seguiu coabitando a mesma localidade do núcleo familiar de Brito Peixoto, os Campos de Viamão.

Não se sabe ao certo em que circunstâncias Maria Moreira Maciel e João de Magalhães se conheceram, mas acredita-se que os negócios de tropas de animais tenham servido de elo para esse conhecimento: Sorocaba e Itu, o outro extremo da rota dos gados, eram os locais onde se vendiam os animais.

O capitão Manuel dos Santos Robalo tinha posse não homologada de uma grande porção de terras lindeiras ao Caminho das Tropas, no Continente do Rio Grande de São Pedro, na região denominada Campos de Cima da Serra, onde as terras eram ocupadas principalmente por comerciantes de animais que ali estocavam os gados "colhidos" aos campos até o momento de pô-los a caminho de seus mercados. Manuel dos Santos Robalo era mais um dos ocupantes absenteístas dessas terras. Sua posse era próxima às terras de Cristóvão Pereira de Abreu, notório condutor de tropas desde as primeiras viagens. Pressupõe-se que o capitão de Sorocaba, atuando no comércio de animais, tivesse entrado em contato, em mais de uma ocasião, com João de Magalhães. Daí a saber do estado de viuvez de Maria Moreira Maciel e levá-la ao altar não parece algo impossível para João de Magalhães, genro do antigo capitão-mor da Vila da Laguna e possuidor, portanto, de prestígio pessoal e alguns bens, sendo um futuro marido à altura de Maria Moreira Maciel.

Se os negócios de Manuel dos Santos Robalo tiveram influência sobre a escolha do local onde deter terras, aqui os negócios acabaram contribuindo para a construção de relações familiares.

Os maridos das filhas ou primas de Brito Peixoto, nos Campos de Viamão, concentraram-se entre o Morro Santana, distrito das Lombas e a Beira do Rio,

quando muito até o Rio dos Sinos, entre eles João de Magalhães, sua nova esposa, os filhos do primeiro casamento de ambos e os filhos que tiveram juntos. Para melhor visualizar essa recorrência de casamentos entre duas famílias e duas localidades, ver o Quadro 1.

Quadro I. Casamentos entre familiares de Francisco de Brito Peixoto e Antônio Antunes Maciel.

| | Pais | Cônjuge(s) | Sogros | Fontes |
|---|---|---|---|---|
| João de Magalhães, o velho | João de Magalhães e Maria Velosa | Ana de Brito; Maria Moreira Maciel | pais de Ana: Domingos de Brito Peixoto<br>pais de Maria: Antônio Antunes Maciel e Maria Domingues | AHCMPA – 1º L. Bat. Viamão; Autos Matrimoniais de Antônio Alves Paiva e Andreza Velosa Maciel – 1762 |
| João de Magalhães, o moço | João de Magalhães, o velho e Ana de Brito | Joana Gracia Maciel | Antônio Antunes Maciel e Maria Domingues | AHCMPA – 1º L. Bat. Viamão; Auto de Denúncia que mandou fazer o Reverendo Vigário José Carlos da Silva |
| Lucas de Magalhães | João de Magalhães, o velho e Ana de Brito | Maria Pires | Antônio Pires Bandeira e Joana Gracia Maciel | AHCMPA – 1º L. Bat. Viamão |
| Cláudio Guterres | Agostinho Guterres e Maria de Brito | Gertrudes dos Santos; Catarina Maria da Anunciação | pais de Gertrudes: Maria Moreira Maciel e Manuel dos Santos Robalo<br>pais de Catarina: João Gomes de Oliveira e Apolônia da Silva | AHCMPA – Autos Matrimoniais de Jerônimo Pais de Barros e Benta dos Santos Robalo – 1756; ADPRG – Livros 1, 2, 3 e 4 de Batismos da Vila do Rio Grande; Carvalho, 1975: 133 e ss. |
| Andreza Velosa Maciel | João de Magalhães, o velho e Maria Moreira Maciel | Antônio Alves Paiva | José Alves Gomes e Isabel Soares Pais (prima em 3º grau de Maria Moreira Maciel) | AHCMPA – 1º L. Bat. Viamão, Autos Matrimoniais de Antônio Alves Paiva e Andreza Velosa Maciel – 1762 |

O cruzamento das informações paroquiais que acusam a proximidade dos fogos com as contidas nas cartas de sesmaria deixa antever que a proximidade com as terras de parentes e amigos podia pesar mais que a possibilidade de uma extensão mais vasta. Um neto de Brito Peixoto, Cláudio Guterres, solicitou uma extensão de terra – modesta se comparada com as sesmarias de três léguas por uma légua, doadas mais ao sul. Suas terras mediam "apenas" uma légua por uma légua e meia na carta de sesmaria (RAPM, 1929, p. 205-207), mas distavam poucos quilômetros das terras de seus pais, Agostinho Guterres e Maria de Brito e de outros membros da família.

As terras de Agostinho, embora não se tenha localizado documento que homologasse a sua posse, eram limítrofes às do cunhado João de Magalhães, segundo a carta de sesmaria deste. Cláudio Guterres não ficou, portanto, muito distante da também "pequena" sesmaria de légua e meia de seu tio, João de Magalhães. Tio e sogro, aliás, pois a primeira esposa de Cláudio Guterres foi uma enteada de João de Magalhães, filha de Maria Moreira Maciel com seu falecido marido, Manuel dos Santos Robalo.

As relações de parentesco influenciaram, portanto, na escolha e na aquisição de terras desses homens, que optaram por porções menores de terras numa das regiões mais densamente povoadas do Continente, em detrimento de glebas de três léguas de comprido por uma de largo, mas afastadas dos seus parentes. Ao que parece, manter a proximidade geográfica e mesmo a coesão do grupo familiar era, para esses homens, mais importante para a garantia da defesa e da sobrevivência do que ser um "grande proprietário".

A atividade de comércio de tropas e os deslocamentos periódicos que lhes são correlatos aproximaram os homens dessa família às mulheres de outra família, com bastante prestígio em seu local de origem.

A amizade entre homens de famílias distintas propiciou dinheiro e prestação de serviços à Coroa, de onde advinham as mercês em terras e patentes militares. Com estas, uma posição destacada na sociedade, que os habilitava a casamentos com moças das melhores famílias.

Impossível, portanto, dissociar cada um desses aspectos se o objetivo é estudar a sociedade que se formava. Famílias, amigos e negócios se configuram como peças de um mesmo jogo que admite variações e alguns improvisos. Desses, muitas vezes dependiam a sobrevivência e o sucesso.

## Mobilidade geográfica, mobilidade social e matrimônio

Um terceiro exemplo que remete à utilização da base de dados e ao cruzamento de informações contidas em fontes que se prestam a seriação é o do casamento, em 1760, de Félix Ribeiro, natural de Jundiaí, São Paulo, com Ana Maria, parda forra, natural de Viamão (AHCMPA, 1760 – Autos matrimoniais de Félix Ribeiro e Ana Maria – 1760).

Nada nos testemunhos dados para comprovar o estado de solteiro de Félix Ribeiro aponta para uma origem escrava em três gerações. Seus pais têm nome e sobrenome, sem os termos "escravo", "pardo" ou "forro" agregados aos seus nomes, logo, um homem reconhecido por essa sociedade como plenamente livre. Félix vivia de seu trabalho no campo, o que podia significar tanto um pequeno agricultor em terras alheias, prestando eventualmente jornal a alguém ou trabalhando de peão para outrem, quanto um pequeno agricultor em sua própria posse de terras, homologada ou não. Em sua vontade de pertencer a um grupo ou mesmo à sociedade que se estabelecia, de incluir-se numa rede de solidariedade ou de relações interpessoais de reciprocidade, não vacilou em casar-se com uma mulher dita parda forra.

Esse casamento revela outros aspectos mais complexos das relações existentes entre os diferentes estratos dessa sociedade, só obteníveis com o cruzamento das fontes. Se, por um lado, a parda Ana tinha por nascimento um

*status* social inferior ao de Francisco, por outro Félix, ao que tudo indica, era pobre. Ana Maria era parda forra, mas filha do capitão da Ordenança Pedro da Silva Chaves com Maria Francisca, uma escrava de propriedade de André dos Santos. Isso punha Ana Maria, ao menos quanto ao aspecto financeiro e ao prestígio de sua família, num estrato superior ao do noivo.

Pedro da Silva Chaves, pai da noiva, segundo o Rol de confessados de Viamão – 1751, possuía sesmaria nos Campos de Viamão e no mínimo quatro escravos. A posse dessas terras lhe foi dada por carta de sesmaria em 1752 assinada por Gomes Freire de Andrade. Na solicitação dessa sesmaria alegou possuir também "bastante gado vacum e cavalar" (RAPM, 1929, p. 468-469).

Mas essas não eram as únicas terras de Pedro da Silva Chaves. No Rol de confessados de Viamão – 1751, além dessa sesmaria, mais uma porção de terras. Em suas propriedades está arrolado um homem com prenome ilegível, dada a corrosão do documento, e o sobrenome Ribeiro, com a desinência de "camarada". Tudo leva a crer que fosse o próprio Félix Ribeiro.

Não consta que o capitão tivesse outros filhos. Sabe-se, entretanto, que em 1759 estava casado (AHCMPA, 1759-1765 – 2 L. Bat. Viamão).[3] Isso quer dizer que provavelmente não possuía outros herdeiros forçados além de sua esposa e colocava sua filha natural em condições de herdar alguns de seus bens, já que, ao menos nos Autos matrimoniais não nega a paternidade de Ana Maria. Embora fosse capitão e tivesse muito prestígio pessoal junto a essa comunidade, sendo inclusive um dos primeiros ocupantes das glebas que costeavam o Caminho das Tropas, esse prestígio não fora suficiente para provocar o "esquecimento" acerca do estatuto de "parda" de sua filha, cujo registro de batismo não foi localizado. Ainda que alegando ter nascido em Viamão e ter em torno de 14 anos ao tempo de seu casamento, o registro de Ana, filha de Maria Francisca, escrava de André dos Santos, não está nos livros de batismos dessa localidade.

A filha dita natural do capitão, através de um casamento com um homem plenamente livre – assim Félix Ribeiro era identificado pela sociedade – teria os apodos "forro" e "pardo" retirados de sua família no prazo de uma ou duas gerações.

Félix Ribeiro inseriu-se numa família de proprietários de terras, gados e homens. Tornou-se genro de um capitão de Ordenanças e recebeu possivelmente um dote destinado a Ana Maria, em terras e/ou animais, como era costume da época, ainda que nem sempre formalizado em documentação. Deixou de ser um "subalterno" que vivia do seu trabalho no campo para inserir-

[3] Agradeço a Fábio Kühn e Eduardo Neumann pelo acesso ao material inédito do projeto "Resgate de Fontes Paroquiais – Porto Alegre e Viamão".

se, ainda que possivelmente em situação inferior a de muitos outros homens, na teia de relações à qual pertencia seu sogro, proprietário de sesmaria e comerciante de animais. Deixou de ser um "desgarrado" para constituir família na região. Para esse homem, o casamento parece ter sido um grande negócio. Para a família da moça, um rapaz de origem pobre, todavia distante da mácula da escravidão, parece ter significado também um bom casamento para a filha, que geraria filhos livres e possivelmente "brancos". Para os dois lados, o casamento parece ter sido bastante vantajoso.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

Os exemplos aqui apresentados remetem à importância da aglutinação de informações diversas no estudo dos homens envolvidos com o comércio dos gado. Fica evidente que estes não formavam um grupo fechado e que estabeleciam relações com outras esferas de seu mundo.

Tampouco era o comércio de gado sua preocupação única. Agiam em seu meio social e por ele eram influenciados. Tinham nome, esposas, filhos para casar, terras por adquirir ou por conservar, relações de amizade, de compadrio e um anseio por possuir prestígio entre seus pares e na sociedade. Em detalhes contidos nos documentos que fazem parte de séries históricas encontram-se as pistas para formar o quadro dessa sociedade, composta de homens "rudes" e que, muitas vezes alegada "simples", revela-se bem mais complexa e com padrões de comportamento pouco perceptíveis em uma macroescala.

Apenas uma série documental não daria conta das inúmeras facetas da vida social nas terras do Continente do Rio Grande de São Pedro. Em que pesem os complicadores, a metodologia de seguir os agentes sociais através de seus nomes na documentação existente revela seus méritos. Tal metodologia não é adequada a toda sorte de pesquisa, observação aliás válida para qualquer metodologia, que, antes de ser adotada, deve ser avaliada em termos de responder ou não às perguntas que o pesquisador faz às fontes. Como o objetivo do trabalho era tentar penetrar no universo das relações pessoais, familiares, políticas e de negócios, subjacentes ou interligadas, de uma sociedade estabelecida havia pouco tempo na região e que se integrava às outras partes da Colônia através da produção e do comércio de gado, o chamado "método onomástico" revelou-se bastante fértil.

A "micro-história tapuia", se é feia pelos seus problemas congênitos relativos à carência, deterioração e lacunas das fontes, torna-se mais bela pelos seus resultados. O "tapuia", visto com outros olhos, nem tão feio assim parece. As investigações que seguem por esse rumo têm importante contribuição

a dar aos estudos e à historiografia sobre o Brasil Colonial, ampliando a visão da complexa realidade vivida aos tempos da conquista e povoamento dos territórios para a Coroa lusa.


## Abstract

This study is an exercise that focuses on the commercial use of cattle in the region of *Continente do Rio Grande de São Pedro* in the 18th century, with the application of the Italian micro-history methodology. The process, developed in the 1730s, was strongly based on the exploration of several types of livestock for the market. Animal and animal products trade was one of the factors establishing, from the beginning, the contact of the region with the rest of the Colony. Through the ongoing movement of herds, men who populated routes between the deep south and more central areas of Lusitanian America established alliances, family and business ties. The networks they were inscribed in went beyond *Continente do Rio Grande de São Pedro*'s boundaries, showing that distance did not weaken those links. With basis on Carlo Ginzburg's onomastic method, in his article "*O nome e o como*", included in the work *A micro-história e outros ensaios*, men who acted in that herd trade were tracked along with their families, so as to reveal, through meaningful examples, aspects of that society in its constitution process.


Key words: Brazil as a Colony; Herd routes; *Continente do Rio Grande de São Pedro*; Research methodology; Families and business.

**Abreviações**

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

L. Bat – Livro de Batismo

RAPM – Revista do Arquivo Público Mineiro

BN – DH – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Documentos Históricos

**Fontes e referências**

Fontes primárias manuscritas ou transcritas

ABREU, Cristóvão Pereira de. Do novo caminho que se descobriu das campanhas do Rio Grande, e Nova Colônia do Sacramento. 3ª Prática – Dada pelo Coronel Cristóvão Pereira de Abreu sobre o Mesmo Caminho ao R.P Me. Diogo Soares. In: Biblio-Virt Liphis. 2002. www.liphis.com/bibliovirtual/crispereira_3p.pdf. Acesso em 4/8/2003.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do sul do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 1929.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Demarcação do sul do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 1933.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Documentos históricos*: Provedoria da Fazenda de Santos – leis, provisões, alvarás, cartas e ordens reaes. Coleção n. 445, v. XIII-XX. v. II. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

## Referências

ALMEIDA, Aluísio. Cristóvão Pereira de Abreu. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 80, 1942.

ALVES, Luiz Antônio. Presença açoriana nos Estados de São Paulo e Paraná. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST, 2002.

BOXER, Charles R. *A idade do outro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BRUM, Nilo Bairros de. *Caminhos do sul*. Porto Alegre: Metrópole, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Notas históricas sobre a fundação da Póvoa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In. SANTA CATARINA. Governo do Estado. *Santo Antônio dos Anjos da Laguna*: seus valores históricos e humanos. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1976.

DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth. *Le prénom, mode et histoire*: entretiens de Malher 2 – 1980. Paris: Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Ari Pedro Veríssimo da. *Tropeiros de mula*. Passo Fundo: Gráfica Diário da Manhã, 1990.

FORTES, João Borges. *Rio Grande de São Pedro*: povoamento e conquista. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1941.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi, Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 5, 2002. Disponível em: www.ifcs.ufrj.br/ ~ ppghis/pdf/topoi5a2.pdf.

GIL, Tiago Luís. *A produção de gado muar no Rio Grande de São Pedro*: o caso dos criadores da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Jesus do Triunfo. 2000. Monografia (graduação) – Porto Alegre: monografia de bacharelado, 2000.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O segredo do pajé*: o nome como um bem (Continente do Rio Grande de São Pedro, c. 1735-c.1777). Rio de Janeiro: Liphis/IFCS/UFRJ – manuscrito inédito, 2003.

JACOBUS, André Luiz. *Resgate arqueológico e histórico do registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antônio da Patrulha, 1997)*. 1997. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre.

KÜHN, Fábio. *Projeto*: Róis de confessados – Rio Grande de São Pedro (séculos XVIII-XIX). Porto Alegre: Dactiloescrito, 2002.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Macromedia, 2002. CD Rom.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada. *Microstoria*: escalas, indícios e singularidades. 1999. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

NEIS, Ruben. *Guarda velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

PÉROUAS, Louis; BARRIÈRE, Bernardette; BOUTIER, Jean *et al*. *Léonard, Marie, Jean et les autres*: les prénoms en Limousin depuis un millénaire. Paris: Éditions du Centre National de La Recherche Scientifique, 1984.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*: um empresário da época da Independência. São Paulo: Nacional, 1976.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

RIOS, Ana Maria Lugão. Família e compadrio entre escravos das fazendas de café: Paraíba do Sul, 1871-1888. *Cadernos do ICHF*, Rio de Janeiro, n. 23, ago. 1990.

RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD Editora, 1995.

# Objetos do cotidiano e escravidão no século XIX: Bonfim do Paraopeba – Minas Gerais*

Cláudia Eliane P. Marques Martinez**

## Resumo

Este artigo investiga aspectos da vida material de um distrito rural de Minas Gerais no século XIX, Bonfim do Paraopeba. A partir de um banco de dados composto por 210 inventários *post-mortem*, aborda questões relacionadas ao mobiliário, aos utensílios domésticos e às vestimentas dos diversos estratos sociais. Parte-se do pressuposto de que existia uma relação direta entre os objetos do cotidiano e a posse de cativos.

Palavras-chave: Vida material; Escravidão; Família; Minas Gerais; Século XIX.

Da economia de abastecimento interno às plantações de café na Zona da Mata, o trabalho escravo matizou as relações sociais e econômicas de Minas Gerais. Este artigo busca entender a analogia existente entre a posse de cativos e a vida material dos diferentes estratos sociais que compunham o cotidiano das famílias localizadas em Bonfim do Paraopeba, entre 1840 e 1888.

A análise teve como critério os pressupostos da história quantitativa e serial. A partir de um conjunto de dados composto por 210 inventários *post-mortem*, foi possível contemplar aspectos da vida material, como o mobiliário, o vestuário e os utensílios domésticos.

* Este artigo foi apresentado no II Seminário de História Quantitativa e Serial, coordenado pelo Prof. Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho e realizado na PUC Minas, em 2001. Para uma versão mais completa, ver Marques (2000).

** Doutoranda da Universidade de São Paulo.

O termo "vida material" é aqui entendido na perspectiva do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, para quem os artefatos devem ser pensados segundo uma série de problemáticas que envolveriam, por exemplo, a relação do objeto com a economia e a sociedade nas quais foi produzido ou encontrado.[1] As diferenças regionais, as transformações econômicas, a performance cultural do artefato e, nesse caso, as relações estabelecidas com a escravidão em Minas Gerais também ajudaram a entender o sentido da vida material em Bonfim do Paraopeba.

Por outro lado, as fontes cartorárias permitiram perceber como as moradias, os escravos, os objetos e os artefatos do cotidiano estavam distribuídos nos diferentes estratos da sociedade – os não escravistas, os pequenos, médios, grandes e excepcionais proprietários de cativos (MARQUES, 2000).[2] A segmentação das famílias, segundo a quantidade de cativos, configurou, por sua vez, a estratificação refletida nas características específicas de cada setor social. Nessa dinâmica, os inventários revelaram também a posição preponderante dos escravos no conjunto dos bens.

A partir dessa realidade, os imóveis e as terras adquiriram gradualmente maior destaque entre as décadas de quarenta e oitenta, sinalizando, entre outros aspectos, o efeito da Lei de Terras (1850). Da mesma maneira, a complexa categoria dos artefatos[3] mostrou sensível alteração, apresentando índices mais elevados ao final do período abordado – a década correspondente à Abolição e ao fim do Império.

Na categoria dos artefatos destacam-se, nesse momento, a sua pluralidade, bem como sua função social, cultural e econômica implícitas na posse ou não de determinados objetos – o mobiliário, os utensílios domésticos e a vestimenta das famílias escravistas. Simultaneamente, aborda-se a composição dos objetos quanto à sua quantidade, qualidade e valor monetário nos diferentes setores ou faixas de famílias.

Com este estudo foi possível identificar as relações implícitas entre o número de escravos que uma família possuía e a quantidade e a qualidade de seus pertences, confeccionados na própria localidade ou provenientes de outras localidades, como o Rio de Janeiro. Notam-se com isso o processo de circulação de mercadorias, os "jogos das trocas", os produtos locais e, por

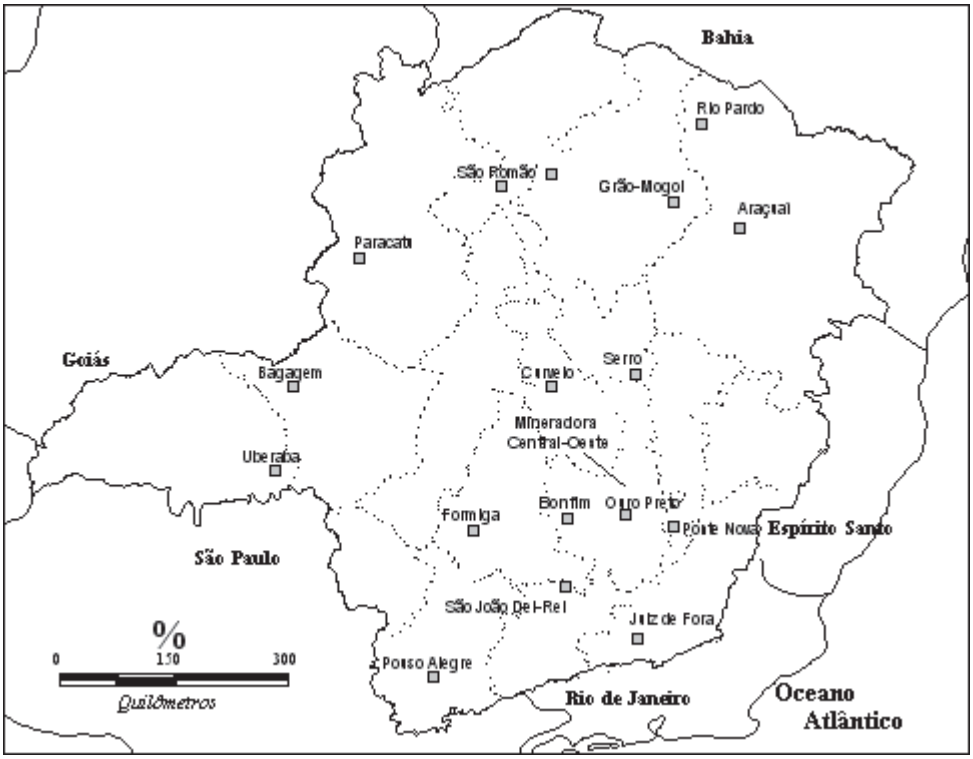
[1] Ver especialmente Meneses (2000); Silva (2002); Carvalho (2001); Barbuy (2001); Araújo (2003).
[2] Cinco estratos ou grupos sociais foram definidos a partir das fontes cartorárias e censitárias trabalhadas: os não escravistas, os pequenos (um a três escravos), os médios (quatro a dez), os grandes (11 a 35) e os excepcionais donos de cativos (36 ou mais).
[3] Os bens foram divididos em três categorias de análise: 1) bens de raiz (terras, casas e fazendas); 2) escravos e animais; 3) artefatos (móveis, utensílios profissionais e domésticos, indumentária, jóias e todos os objetos pessoais, da casa e do trabalho). Neste artigo será observada apenas a categoria dos artefatos, com destaque para o mobiliário, a vestimenta e os utensílios da casa.

fim, alguns aspectos da economia de mercado disseminados no cotidiano do Segundo Reinado (BRAUDEL, 1995).

Observou-se, por outro lado, o papel preponderante que os comerciantes e os tropeiros exerceram nessa sociedade do interior de Minas Gerais. Eram os portadores das "novidades" do mundo exterior. Pelos homens de negócios e pelos intrépidos tropeiros, a produção local (cargas de secos e molhados, tecidos, rapadura, toucinho e aguardente) era exportada, enquanto produtos que a comunidade não possuía – tecidos importados, móveis sofisticados etc. – eram trazidos e incorporados pelas famílias abastadas, os médios e grandes escravistas.

Em geral, esses grupos sociais plagiavam a indumentária usada na Europa, procuravam imitar hábitos musicais – o piano e a flauta – e modos de vida sofisticados como o uso de baixelas com talheres de prata ou o privilégio exclusivo de possuir determinados móveis e adornos desconhecidos pela maioria da população.

Antes de examinar tais questões, é necessária uma referência geográfica da localidade em estudo. Por meio das informações fornecidas pelo Mapa 1 é possível, por exemplo, situar e dimensionar as principais cidades mineiras na década de 1870, bem como a posição espacial de Bonfim no contexto provincial.




Mapa 1. Bonfim e as principais cidades de Minas Gerais no século XIX.
Fonte: Geominas – http://www.geominas.mg.gov.br

## O MUNDO DO MOBILIÁRIO

A mobília ocupa um lugar especial na análise das necessidades, das comodidades, do luxo, dos meios e dos recursos de uma sociedade. Seu estudo permite ao pesquisador saber como as pessoas dormiam, recebiam, consumiam e executavam as tarefas domésticas. Segundo Daniel Roche (2000), os

> móveis simbolizam o percurso da vida: o cofre, a cama, a mesa e as cadeiras, a masseira, o relógio. Dos interiores modestos às moradias complexas, eles podiam aumentar em quantidade e melhorar em qualidade, responder às necessidades de arrumação desenvolvidas pela riqueza e acumulação, mudar de significado. (p. 226)

Analisando-se a composição da mobília, destacou-se seu papel universal e seletivo no cotidiano da sociedade inventariada (BARROSO, 1947).[4] De modo geral, as famílias possuíam dois tipos de móvel, os básicos e os sofisticados. Os primeiros – bancos, tamboretes, mesas, caixas, caixotes, caixões, caixinhas e catres – apareceram em praticamente toda casa ou fazenda, sendo amplamente usados em todos os estratos considerados neste artigo. Pôde-se, no entanto, perceber que os escravistas de médio e grande porte possuíam maior quantidade de tais mobílias. Notou-se também que o tamanho da posse de escravos era diretamente proporcional à média dos preços. Ou seja, quanto maior o preço médio de um móvel, maior era o plantel de escravos dessa mesma família.[5]

Por que o valor de um móvel básico – catre, banco, mesa etc. – de uma família não escravista era significativamente inferior ao das famílias detentoras de grandes plantéis? A resposta está associada à qualidade de tal mobiliário. Ou seja, um catre podia conter diferentes qualidades: ser de madeira (6.000 réis), de tabuleta (4.000 réis), grande torneado (7.000 réis), inferior (2.000 réis), mais usado (3.000 réis), muito velho e liso (500 réis), com armação e cortinado (8.000 réis), lavrado (1.920 réis), ordinário (2.000 réis) etc. Todas essas características incidiam diretamente em seu valor, variando conforme a sua complexidade. A confecção das tabelas com as médias dos valores evidenciou a qualificação do mobiliário. O exemplo do catre pode ser estendido aos demais objetos do cotidiano.

Quanto aos móveis sofisticados ou incomuns – guarda-roupa, marquesa de palhinha, canapé, sofá, frasqueira, cantoneira de mármore, cômoda, baú –

[4] Segundo Gustavo Barroso, "os tratadistas clássicos do mobiliário dividem os móveis, para os efeitos da classificação, em seis grupos principais: o das arcas, o dos assentos, o dos leitos, o das mesas, o dos aparadores e o dos armários".

[5] Apenas uma família cujo plantel excedia a 36 escravos foi encontrada. Em razão de sua pouca expressão numérica, seus bens e objetos foram analisados com especial cuidado, levando-se em consideração a pouca quantidade encontrada.

eram em número pouco expressivo se comparados com a categoria dos básicos e sua presença foi identificada em apenas alguns setores – entre os médios e grandes escravistas. O número muito reduzido desses móveis ou mesmo sua completa ausência em determinados setores sinalizavam uma possível definição de luxo nessa sociedade. Possuir um sofá, um guarda-roupa, uma cama aparelhada e torneada, enquanto a maioria da população assentava-se em toscos bancos de peroba, guardava seus objetos em caixas e caixotes e dormia em catres ordinários, revelava não só o poder aquisitivo de quem possuía tais objetos, mas também um modo de vida mais requintado e tido como "civilizado".

O estudo constatou que o luxo não estava necessariamente associado ao conforto, mas, antes, à ostentação e ao prestígio social. O sofá, a cama aparelhada com cortinado e a cantoneira de mármore constituíam, assim, a expressão máxima do que viria a ser considerada sofisticação no mundo da mobília.

Já o sentido de riqueza apreendido na documentação permitiu concluir que ser rico naquela sociedade implicava uma relação direta com o tamanho da posse de escravos. A quantidade de cativos tornou-se, assim, o diferencial necessário para identificar a posição econômica das famílias. Por outro lado, a riqueza – definida aqui pela quantidade de escravos – era, na maioria das vezes, a condição ideal para a identificação do luxo.

Tabela 1. Mobiliário universal por quantidade e valor médio – Bonfim (1840-88).

| Plantel de escravos | S/E | | P | | M | | G | | E | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Móveis | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M |
| Catre | 51 | 4.434 | 64 | 4.852 | 94 | 5.463 | 36 | 10.563 | 3 | 1.533 | 248 | 5.786 |
| Mesa | 55 | 3.993 | 56 | 5.947 | 115 | 4.973 | 78 | 6.061 | 5 | 7.000 | 309 | 5.283 |
| Banco | 25 | 759 | 21 | 851 | 68 | 142 | 27 | 1.613 | 2 | 3.250 | 143 | 675 |
| Caixa/Caixote/Caixão | 89 | 3.649 | 123 | 3.293 | 143 | 5.018 | 72 | 7.570 | 3 | 12.600 | 430 | 4.721 |
| Canastra | 11 | 6.700 | 14 | 6.864 | 26 | 7.533 | 12 | 7.667 | 1 | 0 | 64 | 7.151 |
| Cama | 2 | 4.500 | 14 | 7.071 | 23 | 12.767 | 16 | 17.593 | 1 | 0 | 56 | 12.199 |
| Espreguiceiro/Preguiceiro | 5 | 4.920 | 14 | 2.660 | 20 | 4.604 | 13 | 5.215 | 1 | 0 | 53 | 4.183 |
| Armário | 13 | 8.433 | 16 | 9.969 | 26 | 10.546 | 26 | 10.320 | 1 | 10.000 | 82 | 10.020 |
| Cadeira | 4 | 2.000 | 10 | 3.660 | 20 | 4.500 | 15 | 23.520 | 11 | 57.000 | 60 | 18.573 |
| Tamborete | 12 | 1.538 | 9 | 5.371 | 17 | 3.344 | 12 | 7.702 | 0 | 0 | 50 | 4.321 |
| Média Total | 267 | 4.093 | 341 | 5.054 | 552 | 5.889 | 307 | 9.782 | 28 | 9.138 | 1.495 | 6.238 |

Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem* (1840-88).
S/E = não escravistas; P= pequenos escravistas (um a três escravos), M= médios escravistas (quatro a dez);
G= grandes escravistas (11 a 35); E= excepcionais donos de cativos (36 ou mais).
(Q) Quantidade de objetos por faixa; (M) Média dos preços em réis.
Essa informação vale para as demais tabelas.

Para uma análise mais detalhada do domínio dos móveis, uma tipologia foi elaborada, procurando traduzir integralmente a complexidade, a simplicidade e a rusticidade dos interiores na segunda metade do século XIX. A variedade das descrições apontou alguns critérios: o estado de conservação (em

Tabela 2. Mobiliário sofisticado por quantidade e valor absoluto – Bonfim (1840-88).

| Plantel de escravos | S/E | | P | | M | | G | | E | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Móveis | Q | S | Q | S | Q | S | Q | S | Q | S | Q | S |
| Cantoneira | 0 | 0 | 1 | 10.000 | 2 | 16.000 | 2 | 16.000 | 3 | 25.000 | 8 | 67.000 |
| Frasqueira | 1 | 3.200 | 3 | 9.000 | 6 | 35.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 10 | 47.200 |
| Baú | 0 | 0 | 1 | 4.000 | 1 | 32.000 | 5 | 20.000 | 0 | 0 | 7 | 56.000 |
| Guarda roupa | 1 | 15.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 15.000 |
| Guarnições para camisa | 1 | 20.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 20.000 |
| Marquesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 16.000 | 1 | 10.000 | 0 | 0 | 3 | 26.000 |
| Estante | 1 | 6.000 | 0 | 0 | 1 | 8.000 | 2 | 14.000 | 0 | 0 | 4 | 28.000 |
| Canapé | 0 | 0 | 3 | 40.000 | 2 | 20.000 | 2 | 41.000 | 0 | 0 | 6 | 101.000 |
| Sofá | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 25.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 25.000 |
| Cômoda | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 30.000 | 3 | 45.000 | 1 | 33.000 | 6 | 108.000 |
| Total | 4 | 44.200 | 8 | 63.000 | 18 | 182.000 | 15 | 146.000 | 4 | 58.000 | 48 | 493.200 |

Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem* (1840-88).
(Q) Quantidade de objetos por faixa; (S) Soma monetária em réis.

bom uso, muito ruim, inferior, novo, velho); a sofisticação do processo de elaboração (fino, torneado, grosso, liso, ordinário); o tamanho (menor, maior, grande, pequeno); a localização (da fazenda, da cozinha, da sala, da salinha de dentro, da botica); a matéria-prima (forrado de couro, de madeira, de palha, de mármore); a funcionalidade (de encosto, de carapina, de carpinteiro, de dormir, de assento, de descanso, de estoque).

Em relação aos móveis básicos (catre, mesa, banco, caixas etc.), em função da sua rusticidade e da matéria-prima utilizada, pode-se afirmar terem sua origem na própria comunidade. A existência de carpinteiros em Bonfim confirma essa hipótese.[6] Por outro lado, as cantoneiras de mármore, as cadeiras de palhinha e as camas finas aparelhadas e torneadas eram, provavelmente, importadas de outros lugares. Frédéric Mauro (1991), que estudou a vida cotidiana do brasileiro no tempo de Dom Pedro II, escreveu:

> Nos dormitórios (cariocas) as camas continuavam sendo imponentes, com um quê de sagrado, às vezes com travesseiros e almofadas da Índia ou da China, e os lençóis geralmente limpos e convidativos. Essas camas eram de jacarandá, de vinhático, conduru ou pau-santo. Também nesse caso, porém, imperava a herança do sistema patriarcal. As madeiras nobres só eram usadas para mobiliar as casas nobres. Alguns desses móveis eram fabricados no Brasil. Outros eram feitos com madeiras brasileiras, mas na Europa por artistas de renome. (p. 27-28)

No distrito de Bonfim foi encontrada uma realidade semelhante. Pela descrição da matéria-prima e do processo de elaboração, pôde-se identificar o que era de procedência local ou externa. Os bancos confeccionados com as madeiras da região – peroba, jacarandá, ipê, braúna, cabiúna, vinhático e

[6] Foram encontrados carpinteiros na lista nominativa de 1831-32, 1838 e no Censo de 1872. De modo geral, as atividades manuais e mecânicas, que incluíam o grupo da madeira, assumem lugar de destaque no quadro geral das ocupações e nesse distrito.

cedro – possuíam acabamentos mais rústicos e eram trabalhados nas marcenarias locais. Já as camas torneadas e as cantoneiras de mármore eram importadas pelas famílias abastadas dos médios e grandes escravistas.

O estudo dos móveis, associados ao perfil econômico da localidade, define algumas características dessa sociedade, marcada sensivelmente pela circulação de bens e mercadorias. Temos aqui uma questão central: Qual seria a procedência desses móveis? E, além disso, como as famílias os adquiriam? Sem dúvida, as estradas e os caminhos contribuíram para a maior difusão de mercadorias e a interação dos espaços geográficos (LIMA JÚNIOR, 1978). Embora ainda precários e tortuosos, como observaram vários viajantes estrangeiros, os caminhos eram visivelmente superiores àqueles da primeira metade do século, possibilitando melhor acesso às tropas de burro e aos carros de boi (BURTON, 1979). Tropeiros e "veículos" movidos à força de bois não só desempenhavam importante papel no trabalho das fazendas, como ainda podiam transportar móveis importados e outros objetos (SOUZA, 1958; PRADO JÚNIOR, 1995).

As mobílias importadas eram provavelmente procedentes de Ouro Preto, São João Del Rey e Rio de Janeiro. A função político-administrativa de capital da Província possibilitava a formação, em Ouro Preto, de uma infra-estrutura mais complexa, com grande número de artífices e efervescente comércio. Era provável que, ao abastecer a capital da Província com seus produtos agrícolas, os comerciantes e tropeiros bonfinenses comprassem ali outros objetos e iguarias que o mercado de sua cidade não oferecia.

Por outro lado, a posição geográfica de São João Del Rey e sua relação com a praça do Rio de Janeiro faziam dessa cidade um grande entreposto comercial (LENHARO, 1993; GRAÇA FILHO, 1998). Era possível que cantoneiras de mármore, *sophas* ingleses e franceses, cadeiras de palhinha e outros mencionados na Tabela 2 viessem da capital do Império e, a partir do sul de Minas, fossem escoados para o interior. Em 1853, no inventário do cirurgião e boticário José Joaquim de Andrade, constava uma dívida de 67$980 réis à loja João Evangelista de Magalhães, localizada em São João Del Rey,[7] informação que confirma a existência de comércio entre essas duas cidades.

A documentação analisada sugere ainda uma terceira alternativa. As notas de compra dos negociantes bonfinenses revelaram o comércio estabelecido entre Bonfim e a praça carioca. Evidências disso são as casas comerciais cariocas identificadas nos inventários: João de Sequeira Dias & Filhos, Chaga & Pinto, Ferreira Lobato & Cia, Francisco Domingos Gontijo & Cia, Magalhães & Veiga, Silvério José Borges & Cia e Lima Costa & Batista.

[7] Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CPO 04 (17).

As notas de compra e as dívidas passivas dos inventários permitiram identificar o que exatamente os negociantes bonfinenses compravam naquela localidade. A título de exemplo, foi incorporado aqui um documento do ano de 1859 (Documento 1), reproduzido do inventário do comerciante Antônio José Parreiras Coelho que, no momento de seu falecimento, estava a dever a João de Sequeira Dias & Filhos, casa situada na praça do Rio de Janeiro.[8]

Nesse documento, a discriminação da mercadoria referia-se à compra de tecidos e chapéus importados, de indumentárias mais complexas como vestidos de seda, bocetas de luxo, acessórios variados, sapatos, botinas, produtos de armarinho, cartas de ABC etc. Também foram arroladas iguarias como passas, bacalhau, nozes, vinhos do Porto e sal.

No entanto, não consta nenhum móvel, o que leva a supor que as famílias mais afortunadas encomendavam tais mobílias ou as compravam diretamente de lojas especializadas, como demonstrou, com base em anúncios de jornais, Gilberto Freyre (1996) em *Sobrados e mocambos*:

> Este novo estabellecimento, caprichosamente montado, pode preparar em suas oficinas, com garantido esmero modicidade de preço, toda e qualquer obra de marcenaria e carpintaria e também mobílias completas de diversos systemas: meio medalhão, medalhão a Luiz XV, hamburguezas, portuguezas e americanas. Dispõe de pessoal habilitado. Sendo parte de sua ferramenta do systema americano, pode fazer todos os trabalhos que lhe forem confiados, com muita presteza. Prepara-se caixotes funerais, peças, &. &. PROPRIETÁRIO OLYNPIO RODRIGUES DA SILVA. (p. 186)

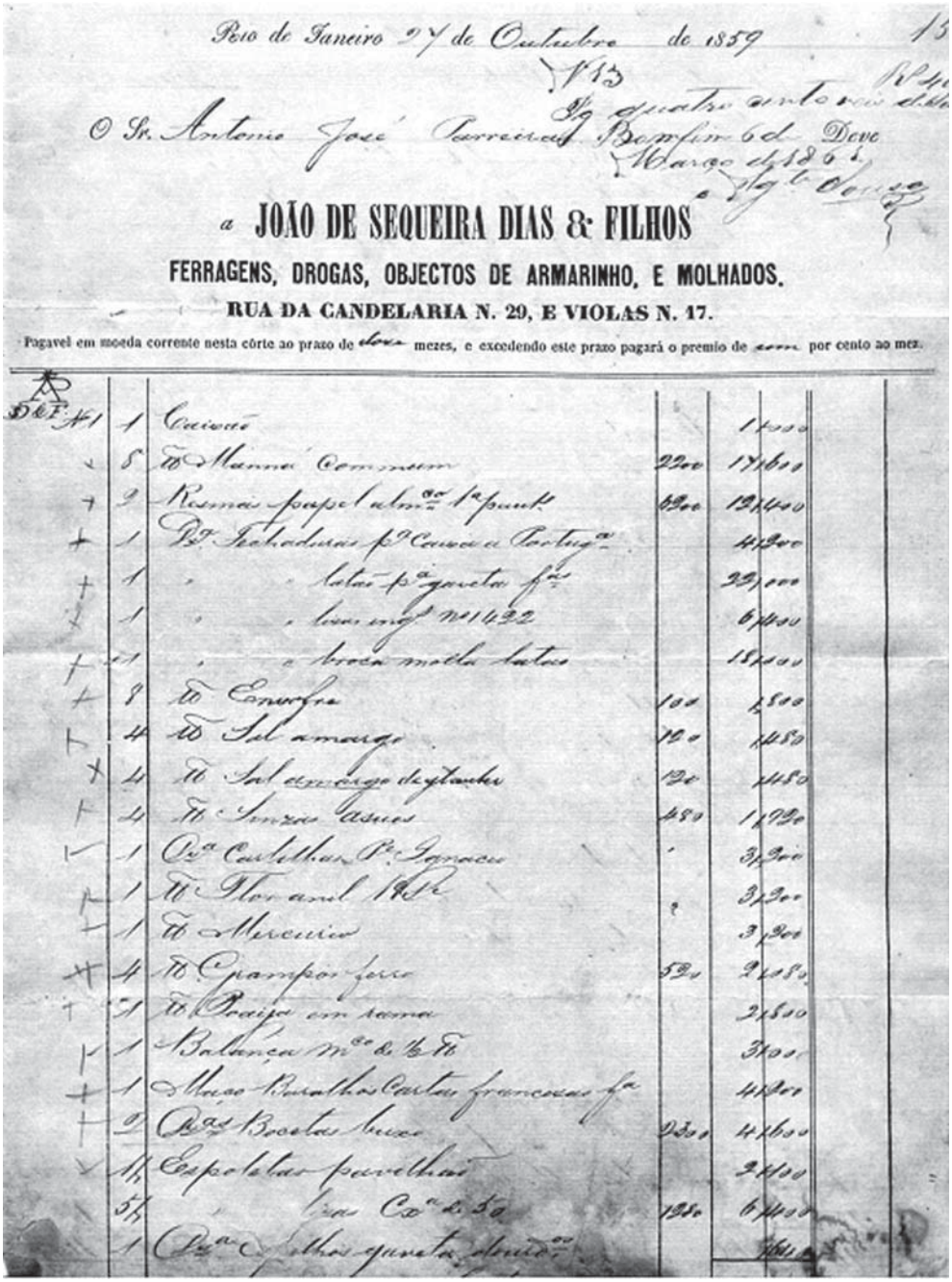
Por meio das tropas de burro e dos carros de boi, as marquesas de palhinha, os sofás, as cantoneiras de mármores e outros objetos luxuosos e exóticos, como os pianos e a máquina de fazer água gasosa, penetraram gradualmente naquela sociedade do interior de Minas Gerais.

## Referências da indumentária e dos utensílios domésticos

A história da vestimenta e dos objetos da cozinha acompanha a trajetória das relações sociais. Estudar a indumentária e os utensílios domésticos significa penetrar no universo da hierarquia, da moda, da aparência e do luxo, permitindo identificar o que era, provavelmente, corriqueiro, diferente e exótico numa determinada sociedade. Para Daniel Roche (2000):

> O traje não podia ficar isolado do conjunto do sistema da civilização material; ele seguia as transformações e tinha um papel essencial, de três maneiras. Ele valo-

[8] Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CPO 63 (18).



Rio de Janeiro 27 de Outubro de 1859

O Sr. Antonio José Parreiras Bonfim 6d Deve

a JOÃO DE SEQUEIRA DIAS & FILHOS

FERRAGENS, DROGAS, OBJECTOS DE ARMARINHO, E MOLHADOS.

RUA DA CANDELARIA N. 29, E VIOLAS N. 17.

Pagavel em moeda corrente nesta côrte ao prazo de dous mezes, e excedendo este prazo pagará o premio de ... por cento ao mez.

Documento 1. Reprodução de documento do inventário do comerciante Antônio José Parreiras Coelho (1859).
Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim – MG. Nota de compra, DC CPO 63 (12), 1859.

rizava as topografias sociais e seus diferentes consumos; distinguia as situações ordinárias e extraordinárias, a festa e o cotidiano; permitia ver a influência da circulação e das trocas, tanto através dos movimentos verticais (os hábitos indumentários podiam se deslocar do alto para a base da sociedade, mas também no sentido inverso), quanto através dos movimentos horizontais, pondo em causa o comércio e a indústria. (p. 260)

Nesse sentido, a indumentária e os utensílios domésticos foram analisados, captando-se aspectos relativos ao comércio e à circulação de mercadorias. Pôde-se identificar o que era produzido e importado pela sociedade bonfinense. Mais uma vez, as notas de compra encontradas nos inventários dos comerciantes e os dados dos inventários de tropeiros permitiram decodificar algumas nuanças da dimensão material.

Um fato interessante é a reivindicação judicial do tropeiro Irineu José Souto. Em 1845, com o falecimento de seu pai, Joaquim José Souto, também tropeiro, a queixa apresentada permitiu identificar algumas mercadorias exportadas para outros lugares da Província e, ainda, para a Corte do Rio de Janeiro. O caso transcorreu de maneira singular. Diante da morosidade judicial, Irineu pediu urgência na divisão do processo de seu falecido pai, pois sua "tropa se acha carregada de molhados e louças que vai entregar na vila de Carmelo" e protestou exigindo que os bens fossem logo divididos.[9]

Esse mesmo documento registra vários recibos de entregas realizadas no Rio de Janeiro, como atesta o próprio termo de declaração:

> *Declarou o procurador do inventariante em nome de sua constituinte ter se achado entre os papeis do falecido entestado (Joaquim José Souto) um recibo firmado no Rio de Janeiro* em 14 de junho de 1845 por José Bernardino Teixeira do qual consta ter entregado o mesmo por conta da ordem de Francisco Pires Ribeiro 430$000 réis. Outro firmado pelo mesmo a 18 de junho de 1845 do qual consta ter entregado ao mesmo por conta e ordem dos Pires 47$000. Assim mais outro recibo firmado por José Bento Martim em 18 de junho de 1845 do qual consta ter entregado ao mesmo por conta do alferes Ignácio José da Silva Malta a quantia pro dito de *32 varas de pano*. Assim mais outro recibo firmado em 19 de Abril de 1845 por Luiz José Pereira de Azevedo do qual consta entregar ao mesmo por conta de Antônio José Maciel a quantia de 50$000 réis. *Quitadas estas quantias tinha ele falecido recebido e usado das ditas pessoas para fazerem entregas no Rio de Janeiro que fiz na forma que conta dos mesmos recibos e que fazia esta declaração para constar*. (grifos nossos)[10]

Reitera-se, assim, uma das questões centrais deste artigo: havia uma produção local e parte do excedente era escoada para outras localidades da Província e para o Rio de Janeiro, fomentando e viabilizando um intercâmbio comercial e cultural. Pela descrição supracitada, foi possível aferir os produtos comercializados. A carga de molhados referia-se, certamente, a toucinho e queijos, fato que justificava o protesto de Irineu José Souto para que os bens fossem logo divididos, pois se tratava de produtos perecíveis. Pela súpli-

[9] Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CSO 50 (03). (Grifos nossos)

[10] Ver Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CSO 50 (03), p. 13 e 14.

ca de Irineu resgataram-se alguns tipos de mercadoria transportados em lombo de burros.

Nessas descrições foram mencionadas também as varas de pano. Esse detalhe contido no documento é extremamente importante para o entendimento da história da fabricação de tecidos em Bonfim do Paraopeba. Constatou-se, em estudos anteriores, a importância da fiação e tecelagem no universo feminino (MARQUES, 2000). A representativa quantidade de mulheres livres e escravas envolvidas nessa atividade só se justificaria se ocorresse, paralelamente, o escoamento de parte da produção. O envolvimento de tropeiros com entregas de tecidos na capital do Império confirma essa hipótese.

Como se pode perceber no ir e vir das tropas, a comunidade vendia os produtos da terra. Por outro lado, era economicamente inviável que as tropas voltassem vazias. Retornavam provavelmente carregadas de outros tantos produtos, como aqueles localizados nos estabelecimentos comerciais da cidade. Assim, os tecidos franceses, ingleses, os adornos sofisticados como chapéus de senhoras, os espartilhos, as botas, os sapatos e outros objetos e badulaques incomuns àquele mundo podiam, gradualmente, ser incorporados à sociedade, pelo comércio e pelos "jogos das trocas" (BRAUDEL, 1995).

## Vestimenta sinalizando as diferenças sociais

O ato de se vestir cumpre vários papéis na sociedade ocidental. Seu estudo permite vislumbrar as permanências, as mudanças, as tradições, as diferenças sociais, a moda, a cultura feminina e masculina e a circulação de mercadorias. Segundo Gilda de Mello e Souza (1997), o vestuário permite entender o gesto, a atitude, os "antagonismos entre os sexos e os grupos sociais" (p. 111). É essa possível diferença entre os diversos setores ou grupos da sociedade inventariada que se pretende vislumbrar.

Bonfim do Paraopeba possuía uma sociedade de base escravista, vivia da agropecuária e do comércio dos gêneros da terra. Paralelamente, os inventários *post-mortem*, os censos e as memórias de viajantes estrangeiros revelaram um significativo trabalho artesanal de fiação e tecelagem. Em 1877, José Joaquim da Silva (1997), ao visitar Bonfim, salientou que

> os fazendeiros tratam de criação e de lavoura, e esta consta essencialmente de cana, gêneros alimentícios e também de algodão, de que fazem excelentes tecidos. A maior parte dos gêneros de sua lavoura é exportada para o comércio da capital da Província. (p. 138)

Com base nas evidências encontradas e na minuciosa descrição da vestimenta, pôde-se levantar algumas questões pertinentes ao estudo aqui realiza-

do. Em primeiro lugar, foram separados dos 210 documentos aqueles referentes aos comerciantes. Assim, pôde-se identificar o que era vendido, por exemplo, na Casa Baeta Neves ou na Casa da Barateza de Fernandes e Irmãos, ambas localizadas no centro de Bonfim, mais precisamente na rua do Fogo e na rua do Comércio, como atestam as notas de compra reproduzidas neste artigo.

Ao conjunto de documentos de natureza comercial associam-se algumas fotos de 1870-80, retiradas de um álbum de família. Das 25 existentes foram selecionadas quatro que ilustram a sofisticação dos grandes escravistas na segunda metade do século XIX. Ao que tudo indica, o capitão Manoel Soares Parreiras, casado com Dona Maria Feliciana de Jesus, identificado na Foto 1 do documento seguinte, contratou na década de 1870 os serviços de um fotógrafo.

Por essas imagens, avalia-se o prestígio social e econômico das famílias da elite local. Os trajes, as jóias, os acessórios e as poses demonstram a sofisticação que os estratos mais elevados da sociedade desejavam alardear. Os vestidos em tecido trabalhado, os brincos, os anéis, o passador de cabelo, o leque e o lenço de seda vistos nas Fotos 1 e 2, ambas datadas da década de 1870, dão conta do apuro feminino. Nas Fotos 3 e 4 destacam-se o chapéu de libre e os relógios de algibeiras como detalhes importantes da vestimenta masculina. Em seu conjunto, essas fotografias ressaltam, ainda, os detalhes da mobília. Cantoneiras trabalhadas em mármore e madeira dão o necessário requinte ao ambiente retratado.

As reproduções fotográficas aqui apresentadas foram confeccionadas pela Photographia Artística Italiana, de J. Gallotti, e pela Casa Santos Moreira Photographos, ambas localizadas na rua do Hospício, no Rio de Janeiro (FREYRE, 1996, p. 160).[11] A sofisticação das vestimentas, os acessórios igualmente suntuosos, associados à relativa distância entre Bonfim e a Corte, são indícios do quão abastadas deveriam ser essas famílias, que se deslocavam dos sobrados e das fazendas no interior da província mineira para usufruírem o requinte, o luxo e, principalmente, as "novidades" da Corte.

A nota de compra da loja Caetano Baeta Neves, conforme Documento 2, traz o seguinte anúncio:

> Compre um grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinhos, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos.
> Compra e vende sal e todos os gêneros do país.
> Compra também escravos de ambos os sexos de 14 a 25 annos.[12]

[11] O autor ressaltou nos anúncios de jornal do Rio de Janeiro os serviços prestados por casas especializadas, entre as quais a denominada Retratos Americanos.
[12] Nota de compra da Casa da Barateza. DC CPO 88 (13).

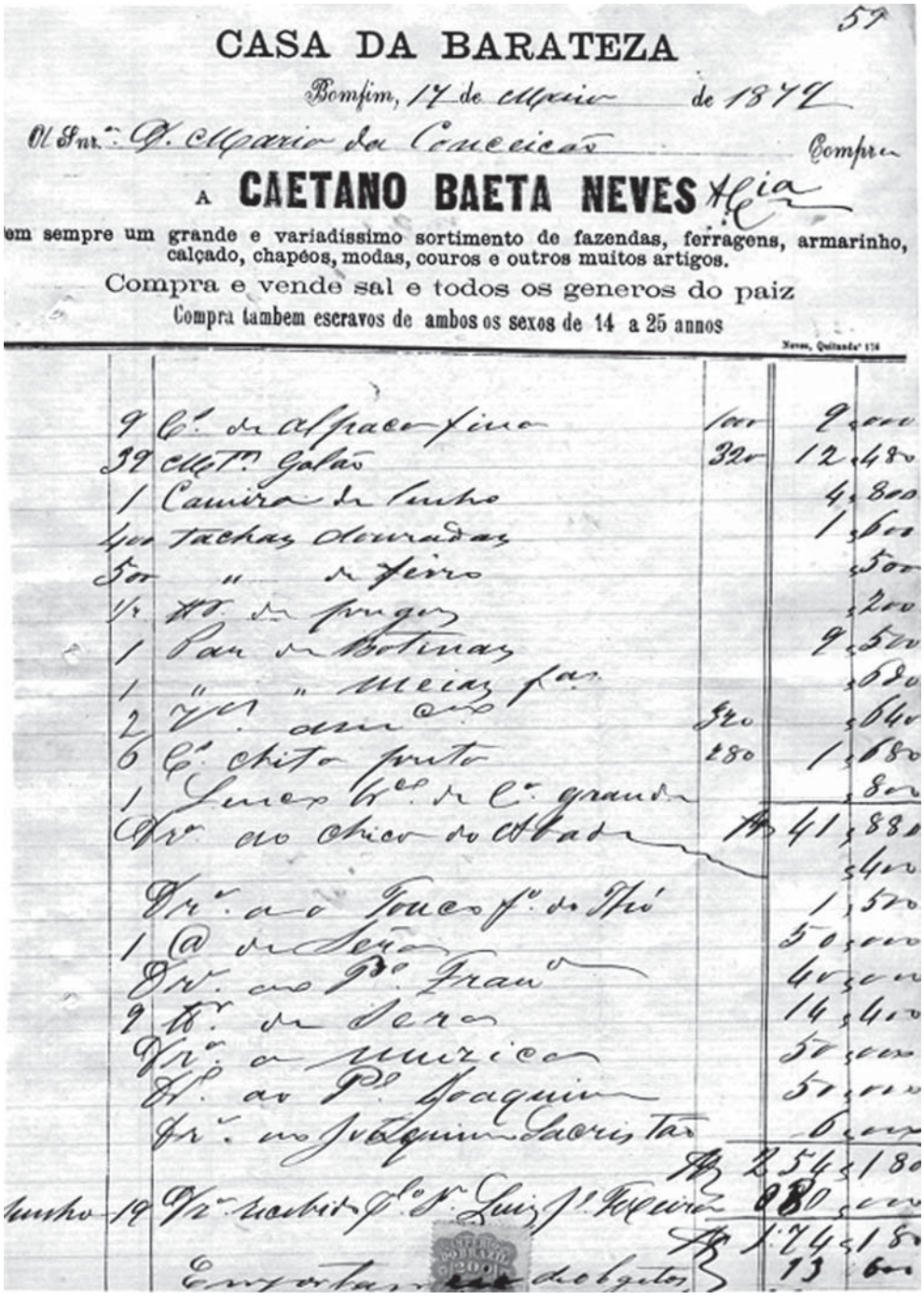
Foto 1

Foto 2

Foto 3

Foto 4

Fonte: Acervo particular, fotos da família Parreiras, Vale do Paraopeba, 1870.



CASA DA BARATEZA

Bomfim, 17 de Maio de 1879

Ao Snr.ª D. Maria da Conceição Compra

A CAETANO BAETA NEVES & C.ia

em sempre um grande e variadissimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéos, modas, couros e outros muitos artigos.

Compra e vende sal e todos os generos do paiz

Compra tambem escravos de ambos os sexos de 14 a 25 annos

Neves, Quitanda 174

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 9 | C.s de alpaca fina | 1000 | 9 | 000 |
| 39 | Mt.s Galão | 320 | 12 | 480 |
| 1 | Camisa de linho | | 4 | 800 |
| 400 | tachas douradas | | 1 | 600 |
| 500 | " de ferro | | | 500 |
| 1/2 | lb. de pregos | | | 200 |
| 1 | Par de Botinas | | 9 | 500 |
| 1 | " " meias f.as | | | 680 |
| 2 | V.s am.cos | 320 | | 640 |
| 6 | C.s chita preta | 280 | 1 | 680 |
| 1 | Lenço br.co de C.a grande | | | 800 |
| | Dr.a ao chico do Abade | Rs | 41 | 880 |
| | | | | 400 |
| | Dr.a ao Touco f.o do Thó | | 1 | 500 |
| 1 | @ de Sera | | 50 | 000 |
| | Dr.a ao P.e Fran.co | | 40 | 000 |
| 9 | lb. de Sera | | 14 | 400 |
| | Dr.a a Muzica | | 50 | 000 |
| | Dr.a ao P.e Joaquim | | 50 | 000 |
| | Dr.a ao Joaquim Sacristão | | 6 | 000 |
| | | Rs | 254 | 180 |
| Junho 19 | Dr.a recebido p.lo S.r Luiz J.e Ferreira | | 080 | 000 |
| | | Rs | 174 | 180 |
| | Emportam [illegible] de objetos | | 13 | 600 |

Documento 2. Reprodução de nota de compra da Casa Baeta Neves.
Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim – MG. Nota de compra, DC CPO 88 (13), 1879.

Vislumbra-se aí um amplo e variado comércio estabelecido em lojas, vendas e casas comerciais. Segundo as notas encontradas, vendiam-se e compravam-se "botinas, metros de americanos, casimira e morim, lenços, carretéis

de linha, ferramentas de trabalho, camisas de linho, ceras e velas para funerais, vestidos de seda, sal, escravos e todos os gêneros do país".[13]

Nessas lojas as famílias podiam adquirir as "necessidades" e os "desejos" do dia-a-dia (BERRY, 1994). O supérfluo e o básico mesclavam-se a artigos e objetos como "ferragens, pregos, meias finas, alpaca fina, metros de galão (espécie de tecido), camisas de linho, chitas, chapéus, paletozinhos para crianças, mantimentos como farinhas, café, pílulas Bristol, vinho do Porto, aguardente, maços de fósforos, sapatos para homens e senhoras brancos e sapatos para homens e mulheres pretos".[14]

Assim como os móveis, a vestimenta pessoal e as roupas de cama e mesa seguiram a mesma lógica descrita. A quantidade e o valor médio de praticamente todos os itens arrolados – Tabelas 3 e 4 – aumentavam à medida que crescia a faixa da posse de escravos. Ter muitos escravos constituiu, mais uma vez, o indicador que propiciava o acesso a um tipo de vida mais sofisticado e complexo.

Tabela 3. Indumentária pessoal por quantidade e valor médio – Bonfim (1840-88).

| Plantel de escravos | S/E | | P | | M | | G | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Indumentária | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M |
| Xale | 0 | 0 | 1 | 640 | 1 | 2.500 | 1 | 2.450 | 3 | 1.863 |
| Calça/calção | 5 | 308 | 9 | 538 | 23 | 2.307 | 6 | 2.800 | 43 | 1.773 |
| Camisa/jaqueta | 9 | 4.322 | 14 | 5.280 | 32 | 6.669 | 7 | 8.890 | 62 | 6.265 |
| Chapéu | 7 | 3.310 | 19 | 3.867 | 27 | 4.304 | 6 | 5.300 | 59 | 4.147 |
| Lenço | 0 | 0 | 1 | 1.600 | 3 | 946 | 2 | 5.000 | 6 | 2.406 |
| Poncho | 1 | 4.000 | 4 | 5.443 | 1 | 10.000 | 3 | 6.790 | 9 | 6.238 |
| Roupão | 0 | 0 | 1 | 3.000 | 0 | 0 | 1 | 4.500 | 2 | 3.750 |
| Robe de libre | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5.000 | 0 | 0 | 1 | 5.000 |
| Ceroula | 0 | 0 | 2 | 1.600 | 3 | 2.546 | 5 | 3.875 | 10 | 3.021 |
| Sobrecasaca | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 2.546 | 1 | 3.121 | 4 | 2.690 |
| Saia | | | 2 | 1.100 | 3 | 1.280 | 4 | 2.356 | 9 | 1.718 |
| Vestido | 0 | 0 | 3 | 1.166 | 7 | 2.286 | 9 | 7.681 | 19 | 4.665 |
| Total | 22 | 1.085 | 56 | 2.020 | 104 | 3.365 | 45 | 4.397 | 227 | 3.017 |

Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem* (1840-88).
(Q) Quantidade de objetos por faixa; (M) Média dos preços em réis.

Os dados das Tabelas 3 e 4 mostram que as roupas de cama e mesa – colchas, cobertores, lençóis, fronhas e toalhas – e as de uso pessoal não eram muitas, mesmo entre as famílias consideradas abastadas. Embora os números sinalizem uma proporção crescente da indumentária, aumentando o valor e a quantidade entre os não escravistas ante os grandes proprietários, ain-

[13] Nota de compra da Casa da Barateza. DC CPO 88 (13).
[14] Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, DC CPO 80 (02), DC CSO 113 (08), DC CPO 88 (13). Foram selecionados alguns dos inúmeros objetos e bens contidos nas notas de compra anexadas aos inventários.

da assim a roupa pessoal e de cama e mesa contemplava um universo restrito de famílias, se comparado ao total existente. A ausência de informação mais detalhada estaria associada à escassez da indumentária? Não necessariamente.

Tabela 4. Indumentária geral por quantidade e valor médio – Bonfim (1840-88).

| Plantel de escravos | S/E | | P | | M | | G | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Indumentária | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M |
| Colcha/cobertor | 6 | 2.100 | 15 | 5.000 | 22 | 6.445 | 10 | 16.875 | 53 | 7.512 |
| Fronha | 1 | 800 | 4 | 960 | 8 | 1.246 | 6 | 8.000 | 19 | 3.295 |
| Lençol | 7 | 2.053 | 13 | 2.833 | 22 | 6.000 | 2 | 28.500 | 44 | 5.459 |
| Rede | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2.800 | 0 | 0 | 1 | 2.800 |
| Toalha | 5 | 336 | 18 | 488 | 24 | 2.800 | 8 | 3.973 | 55 | 1.990 |
| Colchão | 2 | 2.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 22.500 | 4 | 12.250 |
| Total | 21 | 1.215 | 50 | 1.547 | 77 | 3.215 | 28 | 13.308 | 176 | 4.108 |

Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem* (1840-88).
(Q) Quantidade de objetos por faixa; (M) Média dos preços em réis.

Os valores irrisórios das roupas de algodão – feitas na própria localidade – podem ter contribuído para que não fossem considerados pelos louvados, indivíduos nomeados pelo juiz para avaliar os bens, os objetos e os escravos das famílias inventariadas. A freqüência das rodas de fiar e dos teares no conjunto total de inventários aponta uma regular produção de tecidos, transformados, por sua vez, em peças do dia-a-dia. Por isso subentende-se que, assim como os carpinteiros de Bonfim produziam os móveis básicos, as mulheres da comunidade produziam as vestimentas para toda a família. O caso do tropeiro Joaquim José Souto (1845) e o relato do estudioso José Joaquim da Silva (1877) confirmam, inclusive, que o excedente da produção era exportado para a capital da Província e para o Rio de Janeiro.

Constata-se nos inventários que as peças de roupas confeccionadas com os tecidos de algodão adquiriam preços irrisórios. Logo, provavelmente deveriam existir mais toalhas, lençóis, roupas pessoais, mas, devido a seu baixo valor de mercado, não foram contempladas pelos louvados. A menção e avaliação nas fontes cartoriais das camisas de algodão e demais peças da mesma natureza devem-se provavelmente ao fato de terem sido consideradas as melhores do gênero. É o que se observa também com os objetos de madeira e barro, praticamente ausentes dos inventários, como se verá no exame dos utensílios domésticos.

Os resultados apresentados nas tabelas seguintes apontaram os valores encontrados para um conjunto de peças da indumentária pessoal e geral. Na impossibilidade de traduzir todas as variações contidas em cada uma das referências, os seus preços foram analisados levando-se em conta as respectivas faixas de posse de escravos. A análise dos valores monetários aponta, por

exemplo, que o lençol de uma família não escravista valia em média 2$053 réis, enquanto o de uma grande escravista chegava a 28$500 réis. Por trás dos diferentes valores estavam as matérias-primas (algodão, linho, seda, cânhamo, americano, morim etc.) e a sua procedência (interna ou importada). O exemplo do lençol pode ser estendido às demais peças de roupa.

Na análise dos inventários *post-mortem* uma série de detalhes revela a diversidade e complexidade das descrições da indumentária, do mesmo modo que as anteriormente apresentadas para o mobiliário e os utensílios domésticos. Um amplo universo pode ser contemplado, desde "bocetas de luxo, xales, colchão de lã adamascada ou de cabelo, côvados de gazimira francesa de cor, dúzias de botões de seda para vestidos, metros de popelina de seda"; os mais variados tecidos, como "morim, chita, lã, riscado, americano, toalhas de babado, peças de renda, pares de meias para meninas e pares de meias para senhoras, poncho e camisinhas para senhoras, botins e sapatinhos de meninas, chinelas, tapete, paletós, grampos para cabelos"; e muitas outras peças de vestimenta e acessórios.

As tabelas anteriores mostram como os valores dos objetos aumentavam gradualmente nas diversas faixas de posse de escravos.

## Produzindo tecidos de algodão, importando seda, lã e outros

Na descrição dos inventários foi possível encontrar uma variedade de calças, vestidos, toalhas, saias e camisas de algodão grosso e outras de americano, morim, riscado, da Macedônia, de seda da Índia, pano fino, brim, chita e lã. Para ilustrar a diferença monetária entre as de algodão e as demais, tornou-se necessário comparar o preço de algumas peças do vestuário e dos acessórios. O valor de um vestido de seda cor preta era, em média, 1$000 réis, enquanto outro de algodão grosso não chegava a $200 réis. Uma camisa de algodão grosso valia $300 réis, enquanto outras de americano, em bom uso, $800 réis. Vestimentas sofisticadas como ponchos, casacas, capotes, robes e lenços eram todas descritas como de morim, de seda, de americano e nunca de algodão. Os chapéus de palha possuíam valores irrisórios, 80 réis, se comparados com os de sol, provavelmente importados, avaliados em 1$500 réis. Um "chapéu de senhora" chegava a custar 6$000 réis. O chapéu de sol do Sr. Antônio Dias Braga, mesmo descrito como "arruinado", valia 1$200 réis,[15] preço muito superior ao de palha mencionado acima.

[15] Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CPO 78 (27).

O que de fato interferia e definia o preço das vestimentas e dos acessórios era a sua procedência – local ou importada – e a matéria-prima utilizada na sua confecção. Os chapéus de palha, os vestidos, as calças, os paletós e outras vestimentas do dia-a-dia tendiam a ser confeccionados na própria localidade. Feitos a partir do algodão, eram fiados nas rodas e tecidos nos teares. Dessa forma, tinham preços menores e, geralmente, apareciam nos inventários dos menos afortunados – dos não escravistas e dos pequenos donos de escravos.

Ao longo dos anos 1840-88 foram localizados nas fontes cartoriais 202 rodas de fiar e 110 teares, o que permitiu avaliar o quão importante e difundida era essa atividade artesanal. De fato, há resquícios desse engenhoso trabalho ainda na atualidade. Nas entrevistas realizadas com duas tecedeiras setuagenárias buscou-se entender como era praticada a arte de fiar e tecer na região.[16] Senhoras como Dona Venina Matos e Dona Maria de Oliveira são exemplos de artesãs que, preservando técnicas do passado, confeccionam fios e tecidos em antigos instrumentos de trabalho que pertenceram às suas avós e bisavós.

Segundo o depoimento dessas senhoras, com esse tipo de equipamento de trabalho, o único antigamente disponível, a produção diária de uma pessoa podia render até doze metros de pano. Herdaram a tradição, preservaram a técnica e transmitem a cultura de outros tempos.

Em meados do século XIX, em Bonfim, a fiação e a tecelagem assumiram uma proporção significativa e o excedente da produção era exportado para o Rio de Janeiro, como revelou, em 1845, o inventário do tropeiro Joaquim José Souto.[17] Décadas mais tarde, parte da produção local também era escoada para Ouro Preto, como afirmou, em 1877, José Joaquim da Silva (1997).

A indumentária podia ser confeccionada em seda, cetim, lã e provinha de lugares como França, Inglaterra, Macedônia, Índia, China. A identificada por adjetivos como "seda fina" era importada e, em sua maioria, adquirida pelos médios e grandes escravistas. Possuir "um vestido de cetim preto e outro rosa, um chapéu inglês, sapatos brancos, botas e uma casaca de pano fino fora do uso" (os louvados quiseram dizer "velha" ou "fora de moda?") nessa sociedade hierarquizada aponta uma possível distinção social entre os seus membros.

A cor dos tecidos constitui um outro detalhe especial nesse universo:

[16] As entrevistas foram realizadas em 2000 e seguiram um questionário previamente elaborado, no qual se destacaram questões referentes ao processo de fiação e tecelagem, às técnicas utilizadas, à história de vida das tecedeiras e aos equipamentos herdados de suas avós e bisavós.
[17] Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem*, DC CSO 50 (03) p. 13-14.

> Este gosto pelo escuro, pelas roupas à européia, com camisas de colarinhos engomados e punho rígido, terno com colete, mesmo que sejam de alpaca leve ou de seda, estava ligado à vontade de diferenciar-se do escravo negro e até do índio, de guardar o selo da Europa, da civilização. (...) Faz-se um esforço, aliás, para seguir as modas européias. É de bom tom vestir-se como em Paris ou em Londres. (MAURO, 1998, p. 41)

Acessórios como xales e chapéus eram parte fundamental do traje feminino: "Havia xales de todos os tipos: de seda, lã, pêlo de camelo, renda, tricô, musselina bordada em ouro ou prata e até de linho. Também se usavam corseletes de renda e musselina e uma espécie de gibão justo ao corpo, feito de cetim" (MAURO, 1998, p. 44). No mundo masculino, as botas e os sapatos dos homens da "boa sociedade", segundo Frédéric Mauro, eram caríssimos, sobretudo os ingleses, que, em média, custavam o dobro do preço dos franceses.

Se nas fontes cartoriais foram encontradas referências a apenas três xales para senhoras, outras fontes informam que existiam com certa fartura no mercado: na Casa da Barateza, por exemplo, havia "mais de vinte para serem vendidos". Por sua vez, poucos sapatos foram encontrados na posse de homens e mulheres inventariadas. Mas no estabelecimento Baeta Neves havia mais de "trinta tamancos para senhoras e senhores brancos e outros tantos para mulheres e homens pretos". Numa sociedade escravista e hierarquizada, na qual as famílias dos abonados buscavam vestir-se de preto para distanciar-se da indumentária dos escravos e aproximar-se da vestimenta européia, era compreensível que os sapatos, ou mesmo os simples tamancos, variassem em função das distintas posições sociais e econômicas.

## Universo da cozinha: dos vasos de barro às baixelas de prata

Alcântara Machado (1953), analisando os inventários setecentistas, alertou que, para São Paulo, "é nas baixelas e nas alfaias de cama e mesa que a gente apotentada faz timbre em ostentar a sua opulência" (p. 97). Para a região bonfinense, ainda na segunda metade século XIX, essas peças parecem continuar sinalizando as diferenças sociais. As fontes cartoriais apontam um total de 38 tipos de peças, listadas na Tabela 5. Uma rápida análise dessa tabela comprova que aqueles que possuíam açucareiros, aparelhos de café, cálices de vinho, faqueiros de prata, sopeiras, castiçais ou uma exótica campainha eram os mesmos que possuíam móveis sofisticados e vestiam-se melhor – pelo menos nos dias de festa.

Entre os utensílios domésticos nota-se também uma variada tipologia. À semelhança dos móveis, a descrição do vasilhame indica o estado de conser-

vação, o tamanho, a matéria-prima e a funcionalidade. Assim, têm-se bacias de barro, de "arame" (estanho), de ferro, de cobre (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 113).[18] A sua função era igualmente destacada como a "gamela de lavar os pés, a gamela grande de lavar o corpo". Havia ainda o cuidado de declarar o estado de conservação dos objetos, como: uma gamela rachada, quebrada, ordinária, velha com uma banda quebrada etc. O peso dos tachos e tachas podia variar de uma a 179 libras de cobre.

A cada descrição seguia um preço compatível com suas qualidades. Entretanto, alguns utensílios, em razão de sua raridade, por si só impunham o seu valor e determinavam o perfil das famílias que os possuíam. A Tabela 5 define o vasto universo da cozinha. Uma simples xícara ou uma singela colher poderiam variar sensivelmente de valor, quando se situa o(a) proprietário(a) nas diversas faixas da posse de escravos.

Por trás dessas diferenças reside a sofisticação do material utilizado na elaboração. Assim, uma xícara poderia ser de "porcelana inglesa", mas, se descrita com sua "asa quebrada", subentende-se uma relativa depreciação de seu valor. O mesmo acontecia com as colheres de ferro, estanho ou prata. A tabela seguinte deixa transparecer essas sutilezas pelos valores diferenciados entre aqueles que poderiam pagar pelos produtos mais caros, como os grandes escravistas, e aqueles que usufruíam apenas das necessidades básicas do dia-a-dia.

Se o vasilhame importado era necessariamente arrolado, dado o elevado preço de mercado, o mesmo não parece ocorrer, por exemplo, com os utensílios de barro. Estudando a província do Rio de Janeiro, Hebe Mattos de Castro (1987) e Sheila de Castro Faria (1998) mencionaram que as panelas de barro e os talheres de madeira deveriam ser muito comuns na vida das pessoas. Possuíam um valor comercial muito baixo, sendo, por isso, ignorados e abstraídos no arrolamento dos bens. Daí a ausência de tais objetos na documentação, o que não significa que não existissem ou não fizessem parte do cotidiano.

Augusto de Lima Júnior (1978), estudando os utensílios domésticos para a capitania de Minas Gerais, salientou:

> Desde 1730, junto das pedreiras de sienita (pedra sabão) nas vizinhanças de Ouro Preto e de Mariana, fundaram-se os Arraiais de Cachoeira do Brumado, de Santa Rita e Congonhas do Campo, onde se estabeleceu a indústria das panelas de pedra, fabricadas em torno de madeira. Essas panelas de pedra, de uso generalizado, perpetuaram-se em Minas até os nossos dias, e em outras localidades, como arredores de São João Del Rei e Distrito de União, em Barbacena, desde

[18] Para Augusto Lima Júnior, "arame" era o nome dado ao ferro estanhado.

Tabela 5. Utensílios domésticos por quantidade e valor médio – Bonfim (1840-88).

| Plantel de escravos | S/E | | P | | M | | G | | E | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Utensílios | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M | Q | M |
| Açucareiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 480 | 0 | 0 | 1 | 480 |
| Almofariz | 10 | 1.888 | 15 | 2.122 | 22 | 2.050 | 12 | 2.126 | 1 | 1.600 | 60 | 2.049 |
| Aparelho de café | 0 | 0 | 1 | 4.000 | 1 | 12.000 | 3 | 10.000 | 0 | 0 | 5 | 9.200 |
| Coador de café | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 506 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 506 |
| Bule | 1 | 1.280 | 8 | 10.000 | 8 | 1.050 | 1 | 3.000 | 0 | 0 | 18 | 5.149 |
| Cafeteira | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 320 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 320 |
| Assadeira de quitanda | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 2.009 | 0 | 0 | 11 | 2.009 |
| Bacia | 1 | 5.861 | 16 | 5.502 | 39 | 10.950 | 28 | 10.691 | 1 | 2.000 | 85 | 9.674 |
| Balança | 0 | 0 | 4 | 2.250 | 5 | 3.170 | 1 | 10.000 | 1 | 3.000 | 11 | 3.441 |
| Bandeja | 3 | 1.306 | 6 | 1.850 | 14 | 1.960 | 7 | 3.200 | 0 | 0 | 30 | 2.162 |
| Barrica/barril | 4 | 900 | 1 | 1.000 | 3 | 500 | 1 | 27.000 | 0 | 0 | 9 | 3.678 |
| Copo | 5 | 608 | 5 | 516 | 11 | 1.680 | 2 | 2.000 | 0 | 0 | 23 | 1.222 |
| Caneca | 6 | 290 | 3 | 386 | 6 | 433 | 1 | 240 | 0 | 0 | 16 | 359 |
| Cálice de vidro para vinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 560 | 1 | 1.200 | 0 | 0 | 3 | 773 |
| Colher | 3 | 492 | 13 | 517 | 20 | 698 | 19 | 2.990 | 0 | 0 | 55 | 1.436 |
| Faca | 4 | 3.700 | 2 | 3.805 | 10 | 7.588 | 3 | 9.733 | 0 | 0 | 19 | 6.710 |
| Cabo de faca em prata | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 26.880 | 0 | 0 | 4 | 26.880 |
| Faqueiro de prata | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 400.000 | 1 | 160.000 | 3 | 320.000 |
| Ferro de engomar | 7 | 2.600 | 3 | 2.300 | 15 | 2.404 | 4 | 2.480 | 1 | 2.000 | 30 | 2.436 |
| Forno | 4 | 11.550 | 8 | 11.073 | 21 | 13.356 | 9 | 15.967 | 0 | 0 | 42 | 13.309 |
| Fogão | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 20.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 20.000 |
| Gamela | 13 | 1.144 | 18 | 1.042 | 42 | 6.712 | 7 | 5.914 | 0 | 0 | 80 | 4.462 |
| Jarro | 1 | 1.280 | 2 | 1.150 | 2 | 1.500 | 4 | 1.920 | 0 | 0 | 9 | 1.584 |
| Panela | 33 | 1.511 | 38 | 2.467 | 73 | 5.013 | 25 | 4.972 | 4 | 1.933 | 173 | 3.709 |
| Prato | 5 | 768 | 29 | 1.350 | 22 | 1.801 | 11 | 4.081 | 0 | 0 | 67 | 1.903 |
| Tacho | 51 | 12.753 | 102 | 11.186 | 168 | 11.325 | 113 | 29.161 | 3 | 10.113 | 437 | 16.063 |
| Tigela | 1 | 200 | 2 | 300 | 10 | 2.900 | 4 | 2.525 | 0 | 0 | 17 | 2.347 |
| Travessa | 0 | 0 | 4 | 885 | 8 | 1.987 | 3 | 966 | 0 | 0 | 15 | 1.489 |
| Xícara | 2 | 456 | 4 | 600 | 8 | 1.564 | 4 | 1.440 | 0 | 0 | 18 | 1.199 |
| Terina | 1 | 200 | 1 | 5.000 | 1 | 25.000 | 2 | 2.250 | 0 | 0 | 5 | 6.940 |
| Sopeira | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 800 | 1 | 14.200 | 0 | 0 | 2 | 7.500 |
| Chaleira/chocolateira | 7 | 1.152 | 9 | 2.602 | 19 | 1.200 | 5 | 1.240 | 0 | 0 | 40 | 1.512 |
| Caçarola | 4 | 1.265 | 7 | 1.752 | 6 | 758 | 1 | 2.400 | 0 | 0 | 18 | 1.348 |
| Caldeirão | 7 | 2.362 | 14 | 2.565 | 14 | 3.295 | 7 | 17.514 | 11 | 29.760 | 53 | 10.350 |
| Campainha de bronze | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 320 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 320 |
| Candeia | 3 | 540 | 7 | 942 | 11 | 947 | 4 | 2.685 | 0 | 0 | 25 | 1.175 |
| Cantil | 2 | 2.600 | 0 | 0 | 2 | 1.140 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1.870 |
| Castiçal | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1.060 | 0 | 0 | 2 | 33.000 | 4 | 17.030 |
| Total | 178 | 1.492 | 322 | 2.031 | 574 | 3.857 | 301 | 16.349 | 25 | 6.405 | 1.400 | 5.867 |

Fonte: Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais, inventários *post-mortem* (1840-88).
(Q) Quantidade de objetos por faixa; (M) Média dos preços em réis.

tempos imemoriais existem fábricas desses objetos. (...) Esses objetos de pedra dúctil foram desde épocas remotas usados em Portugal e remontam talvez a reminiscências judaicas. Das pedreiras de Santa Rita, Cachoeira do Brumado e Congonhas do Campo, foi extraída quase toda a pedra azulada empregada nas obras mineiras do século XVIII e em milhares de pequenos objetos, além de imagens, candeeiros, canecas, pratos, lamparinas, castiçais etc. (p. 121)

Várias panelas de pedra compunham o vasilhame da cozinha. A proximidade de Bonfim com as povoações citadas por Lima Júnior sinaliza que as

panelas daquele material podiam ser adquiridas em Brumado, Santa Rita e Congonhas do Campo, ou fabricadas no local. De fato, entre os pertences de José Guedes, falecido em 1844 em Bonfim do Paraopeba, havia cinco escravos (quatro africanos e uma crioula) e inúmeros utensílios ligados à carpintaria e à ferraria. Entre seus utensílios profissionais, uma "roda de fazer panela", bem como 2.304 objetos dessa natureza.

José Guedes e membros de sua família foram identificados nos censos de 1831 e de 1838. A ele foi dada a ocupação de agricultor. Sua mulher, Dona Constância, e sua filha foram, no entanto, arroladas como paneleiras. O reconhecimento do trabalho das mulheres e a quantidade desses objetos nos inventários sugerem que aquela produção era comercializada e consumida na própria comunidade.

No conjunto das fontes cartoriais foram encontradas, porém, apenas oito panelas de barro, o que faz pensar que seus preços eram irrisórios e, por isso, ignorados pelos louvados. Os preços das panelas de barro não ultrapassavam, em média, $200 réis, chegando algumas a serem avaliadas em apenas $40. As panelas de pedra chegavam, por outro lado, a custar 2$000 réis.

Papel diferente desempenhavam os utensílios de metal – ferro, estanho, arame, cobre, prata e ouro – e os de madeira nobre, trabalhada na comunidade ou adquirida em outros mercados. É certo que foram encontrados alguns potes e jarros de barro, mas em poucos exemplares, assim como as referidas panelas. A inexistência de talheres de madeira vem corroborar a tese de Faria e Castro da completa ausência de valor comercial para tais utensílios, fazendo com que fossem ignorados pelos louvados.

Chama a atenção que no conjunto dos utensílios tenham sido identificadas algumas colheres de prata e outras tantas facas do mesmo metal, mas nenhum garfo. A ausência de exemplares arrolados um a um faz pensar que a colher reinava absoluta no mundo dos talheres. Essa hipótese se confirmou quando foram encontradas apenas três famílias que possuíam faqueiros de prata. Estes, na década de 1840, valiam em média 400$000 réis, preço equivalente a um escravo do sexo masculino de "boa qualidade" ou a cinco "bois gordos".

Segundo Alcântara Machado (1953), "o garfo não conseguiu se impor à sociedade francesa senão em fins do século XVII" e no Brasil do século XVI era uma raridade:

> A própria colher não era objeto de primeira necessidade. Embebia-se na sopa e iguarias congêneres um pedaço de pão, e era quanto bastava. Mesmo na mesa da gente de distinção uma só escudela servia para duas pessoas, 'chacum ayant dame ou une pucelle à son écuelle', à moda francesa. (p. 81)

Três séculos se passaram e o garfo continua escasso no século XIX, mesmo entre os segmentos afortunados. Por sua raridade, devia entrar em cena apenas nos dias em que as famílias recebiam visitas, nas festividades como casamentos e batizados, enfim, nas situações excepcionais. Nas eventualidades do cotidiano alimentavam-se com o auxílio da mão ou da faca, mais comumente encontrada nas moradias de todos os segmentos sociais.

Por isso, possuir talheres – principalmente o garfo – sinalizava, entre outras questões, uma possível definição de luxo e distinção. Assim como algumas peças do mobiliário – sofá, cantoneiras de mármore – outras da indumentária – chapéu para senhora, vestido de seda ou lenço da Índia – o vasilhame contribuiu para definir o que viria a ser uma família rica na Bonfim do Segundo Reinado. Outros indicativos, além da posse de escravos, também esclarecem o sentido de riqueza e sofisticação, bem como os antagonismos dessa relação no universo social e econômico.

## Considerações finais

A segmentação das famílias em não escravistas, pequenos, médios, grandes e excepcionais donos de escravos suscitou algumas questões pertinentes à historiografia mineira e àquela relacionada à história do Brasil Império. A circulação de mercadorias entre Minas Gerais e a Corte do Rio de Janeiro deixou transparecer as relações comerciais e culturais entre as províncias brasileiras. Por outro lado, os estratos sociais revelados nas fontes cartorárias apresentaram características distintas, assumindo entre si comportamentos heterogêneos e singulares.

Na sociedade de Bonfim, ter nenhum, poucos ou muitos cativos estabelecia o perfil socioeconômico das famílias, definia a qualidade e quantidade do mobiliário, dos utensílios domésticos e da indumentária. A quantidade de cativos refletia-se diretamente na aquisição de acessórios sofisticados como chapéus ingleses, lenços da Macedônia, da Índia, xales bordados, roupas importadas de França e Inglaterra e tantos outros elementos que conformavam a vida material daquela sociedade imperial. Também o tamanho da posse de escravos interferia no padrão de riqueza, sofisticação e luxo dos escravistas, povoando o cotidiano individual e coletivo de Bonfim durante o século XIX.

## Abstract

This article aims to investigate the aspects of the material life of a rural district called Bonfim do Paraopeba, in the State of Minas Gerais, Brazil, in the 19th century. From a database comprising of 210 *post-mortem* inventories, it approaches issues related to furniture, household tools and clothing from several social classes. It is assumed that there was a direct relation between objects of daily use and the possession of slaves.


Key words: Material life; Slavery; Family; Minas Gerais; 19th century.

### Fontes primárias

Arquivo Municipal de Bonfim/Minas Gerais.

Inventários *post-mortem* de Bonfim do Paraopeba (1840 a 1888).

### Referências


ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

BARBUY, Heloísa Maria Silveira. *A cidade-exposição*: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914: estudo de história urbana e cultura material. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo.

BARROSO, Gustavo. Classificação geral de móveis antigos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 587-594, 1947.

BERRY, Christopher J. *The idea of luxury*: a conceptual and historical investigation. Cambridge: Great Britain at the University Press, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1953. 2 v.

BRUNO, Ernani da Silva. *Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira*. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. 5v.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

CARVALHO, Vânia Carneiro. *Gênero e artefato*: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material (São Paulo, 1870-1920). 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes*: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Lúcio. Notas sobre o mobiliário luso-brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 135-146, 1939.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GODOY, M. Pimentel de. *Expressão econômica do Vale do Paraopeba*. Belo Horizonte: Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais, 1957.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste*: elite mercantil e econômica de subsistência em São João Del Rey (1831-1888). 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LIMA JÚNIOR, Augusto. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins, 1953.

MARQUES, Cláudia Eliane Parreiras. *Riqueza e escravidão*: dimensões materiais da sociedade no segundo reinado. Bonfim/MG. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo.

MAURO, Frédéric. *A vida cotidiana*: o Brasil no tempo de Dom Pedro II. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *O fogão da Société Anonyme Du Gaz*: sugestão para uma leitura de imagem publicitária. São Paulo: Projeto História, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*: nascimento do consumo, século XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, J. Wasth. Mobiliário, vestuário, jóias e alfaias dos tempos coloniais. Notas para uma nomenclatura baseada em documentos coevos. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 159-175, 1940.

RODRIGUES, J. Wasth. Móveis antigos de Minas Gerais. *Revista do Serviço do Patrimômio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 179-194, 1943.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, José de Almeida. O estilo brasileiro de Dona Maria ou colonial brasileiro. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 319-355, 1942.

SILVA, João Luiz Máximo da. *O impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana*: 1870 a 1930: estudos de cultura material no espaço doméstico. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

SILVA, José Joaquim. *Tratado de geografia descritiva espacial da província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, 1997.

SOUZA, Bernardino José de. *Ciclo do carro de bois no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (Série 5, Brasiliana. v. 15).

SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas*: a moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

# Saindo de casa: a presença feminina nos recenseamentos gerais da população. Brasil 1920-1970*

Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy**

## Resumo

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o emprego da categoria gênero nos estudos de demografia histórica. Baseia-se em números do sexo de três diferentes recenseamentos gerais da população brasileira, notadamente os relacionados à educação e ao trabalho, buscando identificar os avanços e recuos da situação histórica das mulheres em nosso país. E tem como outro objetivo mostrar algumas das dificuldades e potencialidades do uso de dados seriais e quantitativos.

Palavras-chave: Gênero; Demografia histórica; Mulher; Educação; Trabalho.

Nos últimos 30 anos, entre outros estudos, os sustentados pela demografia histórica têm permitido questionar a visão historiográfica tradicional sobre a presença feminina em nosso país. De figuras a-históricas, apagadas e subservientes, dóceis e ignorantes, restritas ao ambiente doméstico, subjugadas à autoridade do pai e do marido, as mulheres emergiram contestadoras da norma social excludente, exercendo todas as funções necessárias à sua sobrevivência e à de seus familiares. Sintonizada com a comunidade científica internacional, a academia brasileira reconhecia, por fim, a impossibilidade de continuar ignorando a efetiva participação feminina na constituição de nossa sociedade.

* Texto apresentado para discussão, em sua versão preliminar, no II Seminário de História Quantitativa e Serial, coordenado pelo Prof. Dr. Tarcísio R. Botelho e patrocinado pelo Ipea, Belo Horizonte (MG), 2001.

** Doutora em História Econômica, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Contrapondo-se à historiografia tradicional, foram os estudos sobre a família e, em especial, sobre a família patriarcal que, de início, melhor demonstraram a necessidade de rever a questão da mulher brasileira. O recurso às fontes seriais – matéria-prima da demografia histórica – foi acatado, então, por serem estas entendidas como a expressão indireta das dinâmicas que percorrem o universo social. Os números que emergiram dessas séries não apenas quantificavam a presença feminina, como nela identificavam as que extrapolaram os limites da família patriarcal. Independentemente de seu *status* social, econômico e/ou jurídico, as mulheres surgiram envolvidas em todas as atividades necessárias à reprodução cotidiana e/ou reivindicando espaço participativo, dentro e fora dos limites da família.[1]

Reconhecendo, *a priori*, a ausência de equilíbrio político entre homens e mulheres, os estudiosos dessa questão discriminaram a população pelos números do sexo e, assim, puderam identificar melhor os estereótipos que dificultavam a apreensão do universo feminino, sua natureza e sua identidade. Não mais meramente complementares, os papéis femininos não ficariam restritos à maternidade e ao maternar, à esfera doméstica e à família. Os papéis masculinos, por sua vez, não mais seriam os únicos a permitirem o exercício do poder, do trabalho socialmente reconhecido como o proverbial provedor das necessidades de suas famílias.

Sob essa perspectiva, a incorporação da categoria gênero à demografia histórica fez-se fundamental nas análises realizadas ao longo das três últimas décadas. Apoiando-se em Joan W. Scott, entre outras autoras, os estudos de gênero procuraram identificar a construção cultural das diferenças sociais entre os sexos (SCOTT, 1990). Tratava-se, pois, não apenas de promover análises circunscritas à esfera feminina, mas especificar as complexas conexões entre os sexos nas várias formas de interação humana.[2]

Se a categoria gênero refere-se, portanto, à construção cultural da diferença entre os sexos, torna-se evidente que identificar o feminino traz em si informações sobre o masculino. Os mais recentes estudos sobre a fisiologia humana reconhecem que a oposição binária entre o macho e a fêmea não esgota as possíveis combinações do sexo biológico. Para além da reprodução

[1] Não se pretende promover um balanço historiográfico da extensa e pluralista produção acadêmica sobre o estudo da família brasileira, do qual derivam inúmeros trabalhos sobre a mulher, nem mesmo dos que surgiram sem tornar explícita essa correlação. Para melhor compreensão da interdependência entre família, mulher e demografia histórica, ver, entre os mais recentes, Teruya (2000); Tupy (2004).

[2] Para um aprofundamento da categoria gênero, das possibilidades e limites de sua utilização, bem como da evolução do próprio conceito nas duas últimas décadas, ver Matos (1997). E para aferir o seu emprego em estudos comparativos, ver Sâmara (1997).

da espécie, o exercício da sexualidade entre os seres humanos implica obtenção de prazer. Cabe à cultura estabelecer as diferenciações admissíveis: ser homem ou ser mulher traduz uma forma primária de relação de poder, uma hierarquização de significados (LAMAS, 1999, p. 156-157).

Torna-se necessário, desse modo, decodificar o significado que a cultura outorga à diferença entre os sexos e às complexas conexões entre as possíveis formas de interação humana. Entre essas últimas, pode-se identificar os conceitos normativos que afirmam categórica e univocamente o significado do ser homem e do ser mulher, do masculino e do feminino, encontrados, entre outras, nas práticas religiosas, educativas, legais e políticas. Infere-se, assim, que as relações de gênero estão implícitas em todas as instituições e organizações sociais – na família, nas relações de parentesco, na vida cotidiana e na divisão do trabalho, por exemplo.

Sexo e gênero são conceitos diferentes, embora não excludentes. O primeiro remete direta e especificamente à condição biológica dos seres humanos e o segundo às construções culturais determinantes da identidade masculina e feminina. Entre essas últimas idealizações estabelece-se em determinada sociedade um conjunto de normas e prescrições que delimitam de maneira precisa as diferentes participações de homens e mulheres nas instituições sociais, econômicas, políticas e religiosas. E se definem atitudes, valores, comportamentos e expectativas previamente identificados como modelos ou papéis ideais da identidade masculina e feminina (OJEDA, 1999, p. 187-188).

Estabelecidas as premissas sobre gênero, torna-se necessário associá-lo à demografia, lembrando as possibilidades e os limites iniciais dessa aliança. Dados demográficos provenientes dos recenseamentos apontam as características numéricas e estáticas de uma população num momento específico: seu tamanho, sua distribuição territorial, a composição por sexo, por idade ou suas características socioeconômicas. Outros, ainda, abarcam os eventos que transformam essas características: nascimentos, óbitos, migração, imigração, mobilidade entre categorias socioeconômicas etc. Levantam-se, assim, entre outros e num mesmo momento, dados estatísticos quanto ao sexo, à idade, ao estado civil, à escolaridade e à condição na ocupação.

A associação da história à demografia no estudo de diversos recenseamentos gerais da população permite, portanto, identificar algumas das principais variáveis demográficas no processo evolutivo da formação social brasileira. Para realizar uma análise comparativa, porém, torna-se imprescindível determinar, previamente, o contexto ideológico de cada um dos censos, pois agregados por segmentos classificados, entre outros fatores pelo sexo, e comparados em distintas temporalidades, seus resultados oferecem um amplo espectro da nossa evolução social. Os números assim obtidos permitem também

identificar e distinguir fatores fisiológicos dos culturais, consubstanciando as diferenças de gênero.

Observando-se tais premissas, recorrer aos censos populacionais objetiva dar continuidade temporal aos inúmeros estudos de demografia histórica que, apoiados em listas nominativas de habitantes, entre outras fontes, vêm fornecendo um retrato mais realista da condição feminina em nosso país. Trabalhar com os censos, no entanto, exige, de início, melhor discernir a noção de família que fundamenta e perpassa os primeiros inquéritos demográficos nacionais.

Entendida como instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade, a família encontrou sustentação teórica em estudo de Oliveira Vianna,[3] que, recorrendo à evolução histórica do povo brasileiro, apresentou-a como patriarcal, rural e extensa. Seria, assim, através da distinção do papel exercido pelo patriarca e das relações de parentesco por ele instituídas que se estabeleceram as ligações da família com as outras instituições sociais, ampliando suas bases de poder. Dentro de casa, por sua vez, esse poder se manifestava absoluto sobre um grupo multifuncional onde cabia à mulher, sob o jugo do pai, do marido e/ou do filho, o papel de reprodutora da ordem social.[4]

Explicitamente como instituição, a família constituiu, no Censo de 1920, o referencial primário de coleta de informações, uma vez que o preenchimento das "listas de família" foi eleito como o meio mais eficaz de superar, na expressão de seus próprios realizadores, as condições deficientes do nível intelectual dos brasileiros.[5] Assim, na família foram identificados pelo sexo todos os indivíduos que a compunham, suas respectivas faixas etárias, nacionalidade, situação conjugal, grau de instrução e até mesmo as atividades econômi-

[3] Esse trabalho – *Evolução do povo brazileiro* – constitui um dos capítulos da *Introdução* do IV Recenseamento Geral do Brasil. Organizado por Bulhões de Carvalho, o volume, reunindo especialistas, apresenta, entre outros, estudos sobre aspectos físicos, geologia, flora e fauna brasileira. Teria como objetivo traçar, para os futuros historiadores, "o quadro mais formoso que até agora se tem levantado da população brasileira em seu primeiro centenário". Ver Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil (1º de setembro de 1920). v. I. *Introdução*, 1922, p. V. O texto de Oliveira Vianna foi, posteriormente, publicado em separata, em sucessivas edições, como por exemplo, 1938.

[4] O ideal feminino de então correspondia a uma mulher branca, de elite, "indolente", a quem cabiam os papéis de filha, esposa e mãe, retransmissora de valores éticos e morais da sociedade patriarcal. Seu universo restringia-se à manutenção da casa e aos cuidados dos filhos e do marido. Fora desse contexto, restrito e restritivo, as mulheres eram, quase sempre, responsabilizadas por todas as mazelas sociais. Não é de se estranhar que raríssimas referências específicas à mulher brasileira possam ser encontradas na obra de Oliveira Vianna (ver nota anterior).

[5] Traduzir a modernidade da sociedade brasileira, superando as alegadas dificuldades atribuídas ao nível intelectual da população recenseada, levou os organizadores do Censo de 1920 a utilizarem as máquinas Hollerith, adquiridas ou alugadas da The Tabulating Machine Company, na apuração dos resultados. E ainda outras que, de acordo com a própria Directoria Geral de Estatística, "dispensam completamente qualquer esforço de inteligência" (sic).

cas de cada um deles.[6] Seria, ainda, para preservá-la que os recenseadores não se detiveram na identificação legal das uniões conjugais, nem mesmo distinguiram, entre os que exerciam atividades produtivas, esporádicas ou não, as mulheres como responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Não obstante terem sido tais práticas coerentes com o aparato legal que negava à mulher brasileira seus direitos elementares ao exercício de sua cidadania – emancipação jurídica e política –, os resultados do Censo de 1920 permitem identificar os números da participação feminina no momento imediatamente anterior à transição política, social e econômica que levaria o país ao processo de modernização do Estado, à diversificação agrícola, à industrialização, à urbanização e ao aumento dos movimentos sociais urbanos (CANO, 1986, p. 879). Conhecer tais números constitui, pois, um dos marcos fundamentais para apreender os espaços preenchidos pelas mulheres em sua trajetória de busca de identidade social.

Se comparados aos resultados do Primeiro Recenseamento Geral da População Brasileira, de 1872, os dados numéricos do realizado em 1920 indicam que a população brasileira triplicara, passando de 9.930.478 para 30.635.605: os homens perfazem, agora, 50,41% e as mulheres 49,49% da população (Tab. 1). Comprovam, também, a tendência progressiva de as mulheres suplantarem, em números, os totais masculinos. As possíveis variações nesse padrão evolutivo deveram-se substancialmente ao impacto da política imigratória na dinâmica populacional brasileira. O incentivo governamental à transferência da unidade familiar – pai, mãe e filhos – não garantiu, porém, o

Tabela 1. População total por sexo – Brasil – 1920-1970.

| Sexo | População total – Brasil | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | 1940 | | 1970 | |
| | n. | % | n. | % | n. | % |
| Total | 30.635.605 | 100,00 | 41.236.315 | 100,00 | 93.139.037 | 100,00 |
| Homens | 15.443.818 | 50,41 | 20.614.088 | 49,99 | 46.331.343 | 49,74 |
| Mulheres | 15.191.787 | 49,59 | 20.622.227 | 50,01 | 46.807.694 | 50,26 |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 7 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 2.

[6] Justificando solução de continuidade, os organizadores desse Censo mantiveram as premissas do Censo de 1900 e excluíram quesitos relativos à cor, à religião e aos defeitos físicos dos brasileiros. No primeiro caso, alegaram que as respostas ocultariam a verdade, principalmente entre os numerosos mestiços, que seriam refratários às declarações inerentes à cor originária da raça a que pertenciam. No segundo, ao mesmo tempo em que associavam religião à existência de igrejas, sugeriam que levantar esse quesito feria o princípio de liberdade religiosa instituído pela Constituição da República. E, finalmente, restringiam defeitos físicos à cegueira e à surdez, "defeitos que ninguém oculta, nem há vexame em externá-los" (p. 488-489).

Tabela 1.1. População total por sexo e grupos de idade – Brasil – 1920-1970.

| Grupos de idade | População total – Brasil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Total | 30.635.605 | 50,41% | 49,59% | 41.236.315 | 49,99% | 50,01% | 93.139.037 | 49,74% | 50,26% |
| 0 a 4 anos | 4.593.163 | 7,57% | 7,43% | 6.439.650 | 7,89% | 7,72% | 13.811.806 | 7,48% | 7,35% |
| 5 a 9 anos | 4.575.530 | 7,59% | 7,34% | 5.758.816 | 7,09% | 6,87% | 13.459.508 | 7,30% | 7,15% |
| 10 a 14 anos | 3.909.630 | 6,49% | 6,27% | 5.328.080 | 6,50% | 6,42% | 11.859.119 | 6,37% | 6,36% |
| 15 a 19 anos | 4.217.917 | 6,52% | 7,25% | 4.443.923 | 5,23% | 5,54% | 10.253.283 | 5,36% | 5,65% |
| 20 a 29 anos | 4.626.795 | 7,51% | 7,59% | 7.169.725 | 8,45% | 8,94% | 14.789.874 | 7,74% | 8,14% |
| 30 a 39 anos | 3.560.225 | 6,03% | 5,59% | 4.901.682 | 5,98% | 5,91% | 10.754.252 | 5,69% | 5,85% |
| 40 a 49 anos | 2.401.200 | 4,12% | 3,72% | 3.441.727 | 4,34% | 4,01% | 8.082.277 | 4,38% | 4,29% |
| 50 a 59 anos | 1.451.319 | 2,46% | 2,28% | 2.044.907 | 2,55% | 2,40% | 5.228.732 | 2,84% | 2,77% |
| 60 a 69 anos | 800.866 | 1,33% | 1,28% | 1.076.139 | 1,27% | 1,34% | 3.007.637 | 1,62% | 1,61% |
| 70 anos e mais | 433.310 | 0,66% | 0,76% | 599.395 | 0,63% | 0,82% | 1.708.571 | 0,85% | 0,99% |
| Idade ignorada | 65.650 | 0,13% | 0,09% | 32.271 | 0,04% | 0,04% | 183.978 | 0,10% | 0,10% |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 7 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 2.

equilíbrio entre os sexos. De fato, os padrões aqui observados indicam a preponderância masculina tanto nos casos de transferências individuais, quanto nos das unidades familiares, pois nem todas as mulheres que as constituíam foram incluídas nesse processo (Tab. 2).

Tabela 2. População total por sexo e origem – Brasil – 1920-1970.

| Nacionalidade | População total por sexo – Brasil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres |
| Total | 30.635.605 | 50,41% | 49,59% | 41.236.315 | 49,99% | 50,01% | 93.139.038 | 49,74% | 50,26% |
| Brasileira | 29.045.227 | 49,95% | 50,05% | 39.822.487 | 48,06% | 48,51% | 91.909.910 | 49,02% | 49,66% |
| Naturalizados[1] | — | — | — | 122.735 | 0,20% | 0,09% | 146.383 | 0,10% | 0,06% |
| Estrangeira | 1.565.961 | 3,01% | 2,10% | 1.283.833 | 1,72% | 1,39% | 1.082.745 | 0,62% | 0,54% |
| Ignorada[2] | 24.417 | 0,05% | 0,03% | 7.260 | 0,01% | 0,01% | — | — | — |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 7 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 15.

Notas:
[1] Dados não aferidos no censo de 1920.
[2] Dados não aferidos no censo de 1970.

Agregados por idade, os dados indicam maior concentração populacional nas faixas etárias iniciais, caracterizando alto índice de fecundidade, mas começando a indicar uma tendência à diminuição da mortalidade nas idades mais elevadas. A maior concentração masculina pode ser encontrada nas faixas etárias de 0 a nove anos, de 30 a 39, ..., de 50 a 59 anos, o que correspondia a padrões demográficos internacionais, indicando os riscos da maternida-

de inerentes à condição feminina (Tab. 1.1). A razão de sexo encontrada era 101,65 para o conjunto da população; 99,78 para os brasileiros; 143,53 para os estrangeiros. Embora os dados para a identificação dos naturalizados não tenham sido aferidos nesse momento, os números acima comprovam, mais uma vez, o impacto da imigração maciça na composição demográfica brasileira no início do século XX.

Os dados relativos à situação conjugal e à instrução apontam para uma correlação previsível. No conjunto da população, 69,58% reconheciam-se solteiros, 25,73% casados e 4,48% viúvos. Entre esses últimos, o percentual feminino expressivamente majoritário – 71,82% – parece confirmar, ao mesmo tempo, as estimativas internacionais de maiores oportunidades de recasamento para o sexo masculino, bem como as taxas maiores de mortalidade entre os homens mais velhos (Tab. 3).

Tabela 3. População total por sexo e situação conjugal – Brasil – 1920-1970.

| Situação conjugal | População total por sexo – Brasil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total[2] | Homens | Mulheres |
| Total | 30.635.605 | 50,41% | 49,59% | 41.236.315 | 49,99% | 50,01% | 54.013.024 | 49,31% | 50,69% |
| Solteiros | 21.317.387 | 35,98% | 33,60% | 27.177.242 | 34,12% | 31,78% | 19.771.284 | 19,64% | 16,96% |
| Casados | 7.883.827 | 13,05% | 12,68% | 12.236.256 | 14,72% | 14,96% | 29.895.410 | 27,74% | 27,61% |
| Separados, desquitados e divorciados[1] | — | — | — | 67.183 | 0,06% | 0,10% | 1.382.035 | 0,82% | 1,74% |
| Viúvos | 1.373.210 | 1,26% | 3,22% | 1.722.019 | 1,06% | 3,12% | 2.904.012 | 1,05% | 4,33% |
| Ignorada | 61.181 | 0,11% | 0,09% | 33.615 | 0,03% | 0,05% | 60.283 | 0,06% | 0,05% |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, Volume IV (1ª parte), p. 300/1 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, V. II, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 12/4.

Notas:
[1] Dados não aferidos no censo de 1920.
[2] Dados relativos a população acima de 15 anos.

Esse último segmento era detentor, também, de menores índices de analfabetismo: correspondiam a 59,65% dos alfabetizados e a 47,42% dos que não tinham o domínio da leitura e escrita (Tab. 4). As pessoas que não tinham ou não declararam uma ocupação atingiram a expressiva cifra de 21.027.993 ou 68,64% do total da população, sendo que aqui as mulheres alcançavam quase o dobro do contingente masculino. Considerando-se apenas a presença feminina, observa-se que 90,27% delas foram aqui alocadas, dados que, como visto a seguir, dificultam avaliar sua real participação no mundo do trabalho.

Exercendo todas as ocupações ligadas à agricultura – o setor da economia que continuava a atrair o maior número de brasileiros – as mulheres corres-

Tabela 4. População total por sexo e instrução – Brasil – 1920-1970.

| Instrução | População total por sexo – Brasil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total[1] | Homens | Mulheres | Total[1] | Homens | Mulheres |
| Total | 30.635.605 | 50,41% | 49,59% | 34.796.665 | 49,89% | 50,11% | 79.327.231 | 49,62% | 50,38% |
| Alfabetizados | 7.493.357 | 14,59% | 9,87% | 13.292.605 | 21,11% | 17,09% | 47.864.531 | 30,76% | 29,58% |
| Analfabetos | 23.142.248 | 35,82% | 39,72% | 21.295.490 | 28,47% | 32,73% | 30.718.597 | 18,39% | 20,33% |
| Não declaram[2] | — | — | — | 208.570 | 0,30% | 0,30% | 744.103 | 0,46% | 0,48% |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Vol. IV (1ª parte). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 3 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 22/3.

Notas:
[1] Dados relativos a população de 5 anos e mais.
[2] Dados não aferidos no censo de 1920.

Tabela 4.1. Pessoas de 5 a 39 anos que estão no processo educativo, discriminadas por sexo e grau de instrução – Brasil – 1940/1970.

| Instrução e idade | População total – Brasil | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total[1] | Homens | Mulheres |
| Total | 3.316.913 | 52,47% | 47,53% | 19.088.280 | 48,76% | 51,24% |
| • Elementar | 2.967.707 | 46,19% | 43,28% | 13.949.108 | 34,88% | 38,20% |
| 5 a 9 anos | 1.108.239 | 16,92% | 16,49% | 5.035.510 | 10,82% | 15,56% |
| 10 a 14 anos | 1.563.287 | 24,37% | 22,76% | 6.799.943 | 18,21% | 17,41% |
| 15 a 19 anos | 231.906 | 3,79% | 3,21% | 1.547.587 | 4,28% | 3,82% |
| 20 a 29 anos | 52.150 | 0,91% | 0,66% | 408.645 | 1,13% | 1,01% |
| 30 a 39 anos | 12.125 | 0,21% | 0,15% | 157.423 | 0,43% | 0,40% |
| • Médio | 308.912 | 5,29% | 4,03% | 4.531.484 | 12,05% | 11,69% |
| 10 a 14 anos | 117.659 | 1,92% | 1,62% | 1.438.790 | 3,63% | 3,91% |
| 15 a 19 anos | 148.986 | 2,49% | 2,00% | 2.162.981 | 5,64% | 5,69% |
| 20 a 29 anos | 37.680 | 0,78% | 0,35% | 797.470 | 2,41% | 1,77% |
| 30 a 39 anos | 4.587 | 0,09% | 0,05% | 132.243 | 0,38% | 0,31% |
| • Superior | 40.294 | 0,98% | 0,23% | 607.688 | 1,83% | 1,35% |
| 15 a 19 anos[2] | 11.981 | 0,25% | 0,11% | 85.720 | 0,21% | 0,24% |
| 20 a 29 anos | 25.163 | 0,65% | 0,10% | 433.191 | 1,33% | 0,93% |
| 30 a 39 anos | 3.150 | 0,08% | 0,01% | 88.777 | 0,29% | 0,18% |

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1946). *Censo Demográfico. População e Habitação*. Vol. II. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1946, p. 29 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 26/30.

Notas:
[1] O Censo de 1970 discrimina os dados relativos até a taxa etária de 34 anos. A estes agrega os de 35 anos e mais, e os de idade ignorada.
[2] Para o Censo de 1970 a idade de início de freqüência do Grau Superior é 17 anos.

pondiam a aproximadamente 1/10 dos trabalhadores agrícolas. Constituíam a maioria dos operários na indústria de vestuário e toucador, bem como na indústria têxtil. Marcavam presença nos transportes e nas comunicações, onde exerciam funções nos correios e, ainda, como proverbiais telefonistas. Começavam a se fazer presentes na área financeira – bancos, casas de câmbio, seguros etc. – e iniciavam carreira na administração pública e particular. Se não

Tabela 5. População total por sexo e condição na ocupação – Brasil – 1920-1970.

| Atividade principal/Condição na ocupação | População total por sexo – Brasil | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1920 | | | 1940 | | | 1970 | | |
| | Total | Homens | Mulheres | Total[3] | Homens | Mulheres | Total[3] | Homens | Mulheres |
| Total | 30.635.605 | 50,41% | 49,59% | 29.037.849 | 49,71% | 50,29% | 65.862.119 | 49,43% | 50,57% |
| Condições ativas[1] | 9.191.044 | 25,33% | 4,67% | 25.929.637 | 44,65% | 44,65% | 29.557.224 | 35,52% | 9,36% |
| Condições inativas[2] | 21.444.561 | 25,08% | 44,92% | 3.108.212 | 5,06% | 5,64% | 36.304.895 | 13,91% | 41,21% |

Fonte: Directoria Geral de Estatística, *Synopse do Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920*. Vol. IV (1ª parte). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 3 – IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional Vol. II. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, V. II, p. 4/5 – IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970. Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 76/80.

Notas:
[1] Inclui dados relativos a todos os setores da atividade econômica, inclusive atividades domésticas.
[2] Inclui dados relativos a atividades mal definidas ou mal declaradas.
[3] Refere-se aos dados da população acima dos 10 anos.

Tabela 5.1. Pessoas de 10 anos e mais por sexo segundo o ramo da atividade principal exercida e a posição na ocupação – Brasil – 1940/1970.
Tabela 5.1.1. Pessoas de 10 anos e mais por sexo segundo o ramo da atividade principal exercida e a posição na ocupação – Brasil – 1940.

| Ramo da atividade principal e posição na ocupação | Pessoas de 10 anos e mais | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Homem | | Mulher | |
| | | n. | % | n. | % |
| Total | 29.037.849 | 14.434.611 | 49,71 | 14.603.238 | 50,29 |
| • Pessoas de posição discriminada | 13.418.498 | 11.303.696 | 38,93 | 2.114.802 | 7,28 |
| Empregados (excluídos os domésticos) | 5.462.225 | 4.880.701 | 16,81 | 581.524 | 2,00 |
| Empregadores | 362.892 | 342.091 | 1,18 | 20.801 | 0,07 |
| Trabalhando por conta própria | 4.699.471 | 4.077.402 | 14,04 | 622.069 | 2,14 |
| Membros da família | 2.779.706 | 1.944.071 | 6,69 | 835.635 | 2,88 |
| De outra posição ou não declarada | 114.204 | 59.431 | 0,20 | 54.773 | 0,19 |
| • Pessoas de posição não discriminada e empregados em atividades domésticas | 15.619.351 | 3.130.915 | 10,78 | 12.448.436 | 42,87 |

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional, V. II. Censo Demográfico. População e Habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 32/2.

Tabela 5.1.2. Pessoas de 10 anos e mais por sexo segundo o ramo da atividade principal exercida e a posição na ocupação – Brasil – 1970.

| Ramo da atividade principal e posição na ocupação | Pessoas de 10 anos e mais | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Homem | | Mulher | |
| | | n. | % | n. | % |
| Total | 65.862.119 | 32.556.489 | 49,43 | 33.305.630 | 50,57 |
| • Economicamente ativos | 29.557.224 | 23.391.777 | 35,52 | 6.165.447 | 9,36 |
| Empregados | 16.193.552 | 11.896.026 | 18,06 | 4.297.526 | 6,53 |
| Autônomos | 9.994.994 | 8.826.952 | 13,40 | 1.168.042 | 1,77 |
| Empregadores | 445.189 | 424.133 | 0,64 | 21.056 | 0,03 |
| Não remunerados | 2.914.322 | 2.236.509 | 3,40 | 677.813 | 1,03 |
| Sem declaração | 9.167 | 8.157 | 0,01 | 1.010 | 0,00 |
| • Não economicamente ativos | 36.304.895 | 9.164.712 | 13,91 | 27.140.183 | 41,21 |

Fonte: IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil – 1970. Série Nacional, V. I. *Censo Demográfico. Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 81/4.

Tabela 5.2. População total segundo o sexo e principais atividades econômicas – Brasil – 1920/70.
Tabela 5.2.1. População total segundo sexo e principais atividades econômicas – Brasil – 1920.

| Atividade principal | População total – Brasil – 1920 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | | Homens | | Mulheres | |
| | n. | % | n. | % | n. | % |
| Total | 30.635.605 | 100,00 | 15.443.818 | 50,41 | 15.191.787 | 49,59 |
| Agricultura | 6.450.530 | 21,06 | 5.842.665 | 19,07 | 607.865 | 1,98 |
| Indústria | 1.189.357 | 3,88 | 759.757 | 2,48 | 429.600 | 1,40 |
| Transportes e comunicações | 253.587 | 0,83 | 249.879 | 0,82 | 3.708 | 0,01 |
| Comércio – bancos/câmbio/seguros – etc. | 497.548 | 1,62 | 474.707 | 1,55 | 22.841 | 0,07 |
| Força pública | 88.363 | 0,29 | 88.363 | 0,29 | 0 | 0,00 |
| Administração pública/particular | 137.879 | 0,45 | 131.790 | 0,43 | 6.089 | 0,02 |
| Profissões liberais[1] | 168.111 | 0,55 | 113.693 | 0,37 | 54.418 | 0,18 |
| Serviços domésticos | 363.879 | 1,19 | 70.335 | 0,23 | 293.544 | 0,96 |
| Não declarada/sem profissão/mal definida | 21.486.351 | 70,14 | 7.712.629 | 25,18 | 13.773.722 | 44,96 |

Fonte: Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Vol. IV (5ª parte), Tomo I. *População*. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1924, p. 4/5.

Nota:
[1] Inclui ensino público e privado.

Tabela 5.2.2. População total segundo o sexo e principais atividades econômicas – Brasil – 1940.

| Atividade principal | População acima dos 10 anos – Brasil – 1940 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | | Homens | | Mulheres | |
| | n. | % | n. | % | n. | % |
| Total | 29.037.849 | 100,00 | 14.434.611 | 49,71 | 14.603.238 | 50,29 |
| • Agricultura, pecuária, silvicultura | 9.453.512 | 32,56 | 8.183.313 | 28,18 | 1.270.199 | 4,37 |
| • Indústrias extrativas | 390.560 | 1,35 | 345.202 | 1,19 | 45.358 | 0,16 |
| • Indústrias de transformação | 1.400.056 | 4,82 | 1.107.371 | 3,81 | 292.685 | 1,01 |
| • Comércio de mercadorias | 749.143 | 2,58 | 698.202 | 2,40 | 50.941 | 0,18 |
| • Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização | 51.777 | 0,18 | 48.229 | 0,17 | 3.548 | 0,01 |
| • Transportes e comunicação | 473.676 | 1,63 | 459.758 | 1,58 | 13.918 | 0,05 |
| • Administração pública, justiça e ensino público | 310.726 | 1,07 | 227.341 | 0,78 | 83.385 | 0,29 |
| • Defesa nacional, segurança pública | 172.212 | 0,59 | 170.827 | 0,59 | 1.385 | 0,00 |
| • Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada | 118.687 | 0,41 | 78.731 | 0,27 | 39.956 | 0,14 |
| • Serviços, atividades sociais | 899.774 | 3,10 | 461.621 | 1,59 | 438.153 | 1,51 |
| • Atividades domésticas, atividades escolares | 11.909.514 | 41,01 | 1.184.239 | 4,08 | 10.725.275 | 36,94 |
| • Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas | 3.108.212 | 10,70 | 1.469.777 | 5,06 | 1.638.435 | 5,64 |

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940). Série Nacional, V. II. *Censo Demográfico*. *População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 4.

podiam ser encontradas em ocupações ligadas à manutenção da ordem pública, transformaram o magistério na profissão liberal feminina por excelência. Continuavam, não obstante, a serem identificadas com o serviço doméstico, onde constituíam, aproximadamente, três de cada quatro trabalhadores (Tab. 6.1).

Discriminadas por ocupação, a presença feminina se fazia manifesta, em ordem decrescente, na agricultura, na indústria do vestuário e toucador, no

Tabela 5.2.3. População acima dos 10 anos, segundo sexo e principais atividades econômicas – Brasil – 1970.

| Atividade principal | População acima dos 10 anos – Brasil – 1970 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | | Homens | | Mulheres | |
| | n. | % | n. | % | n. | % |
| Total | 65.862.119 | 100,00 | 32.556.489 | 49,43 | 33.305.630 | 50,57 |
| • Agricultura, pecuária, silvicultura | 12.578.064 | 19,10 | 11.436.375 | 90,92 | 1.141.689 | 9,08 |
| • Indústrias extrativas | 687.718 | 1,04 | 568.600 | 82,68 | 119.118 | 17,32 |
| • Indústrias de transformação | 5.120.003 | 7,77 | 4.487.259 | 87,64 | 632.744 | 12,36 |
| • Comércio de mercadorias | 2.263.539 | 3,44 | 1.893.152 | 83,64 | 370.387 | 16,36 |
| • Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização | 434.040 | 0,66 | 356.329 | 82,10 | 77.711 | 17,90 |
| • Transportes e comunicação | 1.244.395 | 1,89 | 1.182.660 | 95,04 | 61.735 | 4,96 |
| • Administração pública, justiça e ensino público | 1.369.378 | 2,08 | 599.590 | 43,79 | 769.788 | 56,21 |
| • Defesa nacional, segurança pública | 518.851 | 0,79 | 508.385 | 97,98 | 10.466 | 2,02 |
| • Profissões liberais, culto, ensino particular | 472.729 | 0,72 | 279.942 | 59,22 | 192.787 | 40,78 |
| • Serviços, atividades sociais | 2.407.233 | 3,65 | 1.460.271 | 60,66 | 946.962 | 39,34 |
| • Atividades domésticas | 1.748.139 | 2,65 | 67.992 | 3,89 | 1.680.147 | 96,11 |
| • Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas | 37.018.030 | 56,21 | 9.715.934 | 26,25 | 27.302.096 | 73,75 |

Fonte: IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970). Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico.* Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 76/80.

Tabela 6. Principais ocupações femininas – Brasil – 1920-1970.
Tabela 6.1. Principais ocupações femininas – Brasil – 1920.

| Ocupações femininas[1] | Brasil | |
|---|---|---|
| | 1920 | |
| | n. | % |
| Total | 1.433.246 | 100,00 |
| Agrícolas | 597.314 | 41,68 |
| Indústria do vestuário e toucador | 331.115 | 23,10 |
| Serviço doméstico | 293.544 | 20,48 |
| Indústria têxtil | 57.548 | 4,02 |
| Mal definidas | 46.657 | 3,26 |
| Magistério | 38.158 | 2,66 |
| Relativas às ciências, letras e artes, indústria de luxo | 24.821 | 1,73 |
| Comércio | 21.078 | 1,47 |
| Vivem de rendas | 13.406 | 0,94 |
| Criação | 9.605 | 0,67 |

Fonte: Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. (1º de setembro de 1920). Vol. IV (5ª parte). *População*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930, p. 4/7.

Nota:
[1] Refere-se, em ordem decrescente, às 10 ocupações nas quais as mulheres estão mais presentes.

serviço doméstico, na indústria têxtil, nas ocupações mal definidas, no magistério e sucessivamente (Tab. 6.1). Essas eram as escolhas que delimitavam o universo feminino. Representavam atividades entendidas como extensão do trabalho realizado no âmbito doméstico, genericamente atribuído às mulheres. De fato, os dados aqui obtidos não permitem concluir se, como no caso da indústria têxtil, essas ocupações exigiam maior especialização, se eram

Tabela 6.2. Principais ocupações femininas – Brasil – 1940.

| Ocupações femininas[1] | Brasil | |
|---|---|---|
| | 1940 | |
| | n. | % |
| Total | 2.500.858 | 100,00 |
| Agricultura em geral | 1.231.180 | 49,23 |
| Serviços domésticos remunerados | 520.100 | 20,80 |
| Conf., conserv., reparação artigos uso pessoal | 386.057 | 15,44 |
| Indústria têxtil | 189.080 | 7,56 |
| Ensino público, direção e magistério | 57.656 | 2,31 |
| Indústria de produtos alimentares | 31.329 | 1,25 |
| Exploração florestal de sementes oleaginosas | 25.400 | 1,02 |
| Ensino particular, direção e magistério | 22.078 | 0,88 |
| Indústria do vestuário, calçado e artigos toucador | 19.670 | 0,79 |
| Assistência médico-sanitária | 18.308 | 0,73 |

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Nacional, Vol. II. *Censo Demográfico*. *População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 38/41.

Nota:
[1] Refere-se, em ordem decrescente, às 10 ocupações nas quais as mulheres estão mais presentes.

Tabela 6.3. Principais ocupações femininas – Brasil – 1970.

| Ocupações femininas[1] | Brasil | |
|---|---|---|
| | 1970 | |
| | n. | % |
| Total | 4.637.999 | 100,00 |
| Serviços domésticos remunerados | 1.680.147 | 36,23 |
| Agricultura em geral | 1.141.689 | 24,62 |
| Ensino público | 620.060 | 13,37 |
| Confecções sob medida, conserv., reparação vestuário | 504.302 | 10,87 |
| Indústria têxtil | 165.029 | 3,56 |
| Comércio de tecidos, vestuário e armarinho | 129.181 | 2,79 |
| Ensino particular | 118.808 | 2,56 |
| Extração frutos, sementes oleaginosas, ceras | 104.530 | 2,25 |
| Assistência médico-hospitalar particular | 97.985 | 2,11 |
| Serviços na alimentação | 76.268 | 1,64 |

Fonte: IBGE. VIII Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1970). Série Nacional, Vol. I. *Censo Demográfico.* Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p. 78/80.

Nota:
[1] Refere-se, em ordem decrescente, às 10 ocupações nas quais as mulheres estão mais presentes.

realizadas por empreitada no próprio domicílio ou se a fábrica era efetivamente o local de trabalho dessas operárias.

Reafirma-se porém que, tenham ou não sido realizadas por empreitada, por tempo determinado, dentro e/ou fora do domicílio, essas atividades constituíam o espaço feminino por definição, uma vez que possibilitavam o emprego das "naturais", "inatas" e "não qualificadas" aptidões das mulheres. Em alguma medida, até mesmo no magistério, observa-se sua estreita correlação com as aptidões femininas. Mais bem-educadas, elas não só poderiam contribuir para o orçamento familiar, principalmente antes do casamento, como,

no futuro, estariam mais bem preparadas para exercer suas funções maternas, pois eram "naturalmente" compelidas a darem aos seus alunos o tratamento de filhos.

Vinte anos depois, quando da realização do V Recenseamento Geral da População,[7] ao "boletim de família" agregava-se o "boletim individual" para a obtenção dos dados que melhor poderiam explicitar as transformações ocorridas nas duas décadas imediatamente anteriores. Reconhecer e retratar a realidade multifacetada da sociedade brasileira encontraria sua justificativa teórica em ensaio especialmente solicitado a Fernando de Azevedo, que, por um rigoroso trabalho de síntese, propusera-se uma análise interpretativa da cultura brasileira.[8] Se país e raça, trabalho, formações urbanas, evolução social e política e até mesmo a psicologia do povo constituíam fatores da cultura brasileira, se por esses últimos perpassavam as instituições e as crenças religiosas, a vida intelectual, as profissões liberais etc., seria nos mecanismos de transmissão da cultura – o sistema educacional – que melhor poderiam ser observadas as mudanças acima referidas.

Não obstante evidenciar, ainda, o patriarcalismo da sociedade brasileira, o maior detalhamento de dados sobre a instrução e a atividade econômica pôde dar conta, no Censo de 1940, das transformações ocorridas no mundo feminino. No primeiro caso, para os grupos de cinco a 39 anos, foram levantados dados quanto a estar o recenseado recebendo ou não instrução, o grau e a espécie de instrução recebida e o local onde era administrada. No segundo, para pessoas acima dos dez anos, além da discriminação por ocupação, procurou-se distinguir se o indivíduo era empregado, empregador ou trabalhador por conta própria. Retomaram-se informações quanto à cor e à religião, porém os dados quanto à constituição de relações informais continuaram a não ser explicitados. Preservava-se a noção da chefia masculina do domicílio.

Os resultados indicavam que, nos últimos 20 anos, a população brasileira conhecera um crescimento de 34,60%, passando de 30.635.605 para 41.236.315. Pela primeira vez, as mulheres – com 50,01% – estavam em maioria (Tab. 1). À semelhança de 1920, esses dados apontavam para maior concentração populacional nas faixas etárias iniciais e para os riscos da materni-

[7] Em 1938, criou-se o Instituto Nacional de Estatística, que deu início à moderna fase de pesquisas censitárias no Brasil. A contratação do demógrafo Giorgio Mortara como consultor técnico da Comissão Censitária Nacional garantiu bases científicas para a realização do Censo de 1940. Ampliados, os quesitos aferidos incluíam questões relativas à fecundidade, à migração interna e ao mercado de trabalho (mão-de-obra, emprego e desemprego). Desenvolvendo técnicas e métodos originais, Mortara foi responsável pela recuperação de informações essenciais sobre estatísticas vitais brasileiras, através da crítica científica dos quatro censos anteriores (BERQUÓ; BERCOVICH, 1985).

[8] Texto publicado, posteriormente, em separata e em sucessivas edições. Para este caso, ver Azevedo (1964).

dade inerentes à condição feminina (Tab. 1.1). O peso da imigração ainda se fazia presente, pois, entre a população de nacionalidade brasileira, encontrava-se uma razão de sexo de 99,0; entre os naturalizados, de 218,5; entre os estrangeiros, de 123,3; e entre origem ignorada, de 119,2 (Tab. 2). Esses dados não necessariamente ajudaram a inferir suas profundas repercussões no mercado do casamento, pois, como visto acima, o levantamento do estado conjugal de homens e mulheres não correspondia ao estado civil ou à condição jurídica das pessoas em relação ao matrimônio.

Uma das diferenças mais significativas entre os dados de 1920 e 1940 foi traduzida pelos números da instrução. Para o total da população, os índices do domínio da leitura e escrita indicaram que 38,30% eram alfabetizados. As mulheres representavam 44,75% destes e 53,47% dos analfabetos. Examinadas, porém, sem sua contrapartida masculina, quase dois terços delas – 65,30% – permaneciam fora do processo educativo (Tab. 4). Dentre as pessoas de cinco a 39 anos que estavam nesse processo, elas eram 43,28% dos que recebiam instrução elementar, 4,03% no ensino médio e 0,23% no superior. Mesmo reconhecendo, como os organizadores desse censo, que os números do ensino superior foram subestimados, manifestava-se claramente o enorme descompasso feminino no acesso aos estágios mais elevados da educação formal, à universidade (Tab. 4.1).

Um maior detalhamento do mundo do trabalho também se fez presente nesse censo, pois, abrangendo pessoas acima de dez anos e obedecendo à classificação da população ativa, 70,42% da população foi considerada como exercendo alguma atividade econômica, sendo esse percentual dividido igualmente – 50% – entre ambos os sexos. A aparente excepcionalidade desse dado justifica-se por terem sido incluídas entre a população ativa – 9.232.500 ou 71,21% (Tab. 5.2.2) – todas as mulheres que executavam atividades domésticas, não remuneradas, no domicílio familiar.

Em ordem decrescente, nos principais ramos da atividade econômica, as mulheres acima dos dez anos concentravam-se nas lides agrícolas (4,37%), nos serviços e atividades sociais (1,51%) e na indústria de transformação (1,01%). A dificuldade manifesta de melhor definir o trabalho que realizavam se expressa nos totais da categoria "atividades domésticas/escolares" – 38,94% – e na "não declarada, sem profissão ou profissão mal definida" – 5,64% – do total da população acima dos dez anos (Tab. 5.2.2). Quanto à posição na ocupação, 7,28% das mulheres tinham sua posição na ocupação reconhecida: 2% eram empregadas, 0,07% empregadoras, 2,14% trabalhavam por conta própria e 2,88% eram consideradas membros da família. As que exerciam o emprego doméstico foram agregadas às de posição não discriminada, representando 42,87% do total (Tab. 5.1.1).

Se, em 1920, a presença feminina na força de trabalho havia sido subestimada, considerar ativas, em 1940, todas as mulheres que realizavam alguma atividade dentro de casa – remunerada ou não – juntamente com as que exerciam atividades discentes dificultou as possibilidades de comparação. Se, por exemplo, para 1920 pode-se inferir que o trabalho da mulher na agricultura havia sido subestimado, agora, mesmo reunindo o maior contingente das consideradas ativas, sua presença é ainda mais difícil de ser avaliada. A única excepcionalidade atesta que a defesa nacional e a segurança pública não mais constituíam uma atividade exclusivamente masculina (Tab. 5.2.2).

Consideradas as principais ocupações femininas, poucas mudanças significativas se observam por ramos de atividade econômica: a agricultura continua a reter a maioria das trabalhadoras, seguida, de perto, pelos serviços domésticos remunerados. O detalhamento das atividades por setores da economia permite, no entanto, aferir que, na indústria, por exemplo, maior número de mulheres foi alocado na confecção, conservação e reparação de artigos de uso pessoal. Mais do que indicar um espaço feminino, esse dado fornece subsídios para que se avalie o próprio estágio de desenvolvimento da indústria nacional: maior número de operários empregados em estabelecimentos, que poderiam ser mais bem alocados em atividades artesanais (Tab. 6.2).

O VIII Recenseamento Geral de 1970, por sua vez, não obstante ter respeitado normas internacionais que asseguravam a uniformidade de conceitos e a possibilidade de realização de estudos comparativos com outros países, apresenta uma significativa diferença em relação aos outros dois censos aqui mencionados. Sob a perspectiva do cientista social, ao fundamentarem suas premissas em estudos prévios da sociedade brasileira, como visto nas introduções de Oliveira Vianna (1920) e de Fernando de Azevedo (1940), os dois primeiros censos permitiram definir melhor a ideologia e o quadro social em que foram realizados. Não é esse, porém, o caso do Censo de 1970.

Nesse último, para melhor caracterizar a população, a família e o domicílio, ampliou-se o número de quesitos aferidos pelos recenseadores. Se alguns deles, como rendimento mensal e duração do trabalho, podem tornar a participação das mulheres mais visível, outros, como iluminação elétrica, fogão, geladeira, televisão etc., evidentemente só o fazem na medida em que se pretenda estimar o tempo de trabalho despendido na realização das tarefas domésticas. Destaca-se, além disso, a permanência do conceito de chefia de domicílio associado ao sexo masculino, o que não só mascara e/ou subestima a participação das mulheres, como distorce a efetiva participação social masculina.

Nos 50 anos anteriores a 1970, no Brasil, a população triplicara, com progressivo aumento do número de mulheres (Tab. 1). Diferentemente dos censos anteriores, porém, uma maior concentração feminina nas faixas etárias

dos 15-19, ..., 30-39 anos parece apontar para um menor índice de mortalidade feminina nas faixas etárias associadas à maternidade (Tab. 1.1). Divergindo também dos anteriores, aqui os brasileiros constituem a maioria absoluta da população. Os dados indicam, de fato, que o intenso fluxo imigratório havia cessado há mais de uma geração (Tab. 2). No que se refere ao estado conjugal, o dobro das mulheres reconhecia o fim da relação. O aumento percentual do número de viúvas poderia continuar a indicar maiores oportunidades de recasamento para o sexo masculino, bem como um aumento ainda maior da expectativa de vida para o feminino (Tab. 3).

Diferença substantiva pode ser encontrada nos dados relativos à instrução dos brasileiros, pois 60,34% foram considerados alfabetizados, observando-se sensível aumento destes entre o contingente feminino (49,02%). Entre os analfabetos, porém, a relação entre os sexos continua a manter índices próximos aos de 1920, pois as mulheres representavam agora 52,90% (Tab. 4). No que se refere às pessoas que estavam no processo educativo, embora os dados aqui aferidos, diferentes dos de 1940, refiram-se à faixa etária dos cinco aos 35 anos, constata-se que, decrescente, a maior participação feminina era de 52,27% do total dos que estavam no grau elementar, sendo essa relação de 49,23% no grau médio e de 42,46% do grau superior (Tab. 4.1). Tais resultados confirmam que, na extraordinária expansão do sistema educativo, abriu-se espaço significativo para a educação das mulheres. Torna-se necessária, não obstante, uma análise minuciosa dos currículos escolares para aferir possíveis diferenças no tratamento da questão de gênero.

O detalhamento do mundo do trabalho passa, aqui, pela utilização dos conceitos de população economicamente ativa e população não economicamente ativa.[9] As primeiras eram as pessoas que trabalharam nos 12 meses anteriores à data do censo, mesmo que nesse momento estivessem desempregadas. E, ainda, as que estivessem procurando trabalho pela primeira vez. As segundas eram as pessoas sem ocupação, estudantes, aposentadas, pensionistas, detidas, inválidas, as que viviam de renda e/ou as que exerciam atividades domésticas não remuneradas.

Graças ao emprego dos conceitos supracitados, definiu-se que 55,82% das pessoas acima dos dez anos eram inativas, incluindo uma maciça participação feminina: 74,76%. Entre o total dos considerados ativos, predomina o

[9] Em estudo realizado sobre os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, Paulo Paiva problematiza o emprego do conceito de população ativa nos censos demográficos brasileiros, notadamente no que se refere aos seus três problemas principais: definição do que seja uma atividade econômica, o período de referência e os limites de idade da população em estudo (PAIVA, 1984, p. 19-66).Tendo em mente seus alertas quanto à precisão da informação obtida e as dificuldades de comparação que daí advêm, reitera-se que aqui se pretende investigar em que contexto específico mulheres foram aferidas e, a partir daí, levantar outras questões.

sexo masculino: 79,14% (Tab. 5). Não é de se estranhar que, nes-se contexto, por condição na ocupação, as mulheres representem aproximadamente 1/3 do total dos empregados, 1/8 dos autônomos e 1/20 dos empregadores (Tab. 5.1.2).

Uma primeira aproximação por ramos de atividades indica que a maioria dos trabalhadores continuava alocada nas atividades agrícolas, as mulheres correspondendo a aproximadamente 1/10 do contingente. Em ordem decrescente surgem o comércio e os serviços. Os altos índices desse último setor, numa relação de quase duas mulheres para cada homem, mascaram uma realidade centenária: a prestação de serviços no domicílio. A significativa presença feminina nas atividades sociais, por sua vez, demonstra o peso da tradição na seleção e exercício de uma profissão pelas mulheres brasileiras. A essa atitude agrega-se o ideário dos próprios recenseadores, segundo o qual as atividades econômicas reconhecidas são aquelas predeterminadas pelo mercado de trabalho capitalista (Tab. 5.2.3).

Poucas mudanças se observam, ao longo de cinqüenta anos, quanto às principais ocupações das mulheres (Tab. 6.3). Com o desenvolvimento da urbanização, provocado pela saída do campo para a cidade, o trabalho doméstico remunerado foi reconhecido, em 1970, como a atividade que mais atraía a mão-de-obra feminina no país. "Naturalmente" aptas, treinadas desde a mais tenra infância, sofrendo os efeitos de uma escolarização ainda incipiente, sujeitas a baixos salários, péssimas condições de moradia, carga horária interminável de trabalho, representando mínimos encargos para seus empregadores, milhares de mulheres continuavam a garantir sua sobrevivência e a de seus familiares através do emprego doméstico.

Buscar a presença feminina nos recenseamentos gerais da população implica reconhecer *a priori* que, embora estes constituam instrumentais úteis para a realização de análises comparativas no tempo e no espaço, poucos são os quesitos aqui aferidos que se detêm especificamente na condição da mulher. Com exceção de dados sobre a fecundidade – variável essencial da demografia – inexiste, por parte de seus organizadores, qualquer outra atenção especial às possíveis diferenças de condição – social, cultural e política – entre os sexos. Se tal diretriz objetiva a obtenção de uma possível neutralidade nos resultados aferidos, exige, por outro lado, uma necessária reflexão sobre o contexto social em que os dados foram levantados.

Tal afirmativa pode ser mais bem compreendida quando se analisam, por exemplo, os dados relativos à educação e ao trabalho. No primeiro caso, separados por sexo, os números da população instruída não refletem a diferenciação sexual escamoteada na própria política educativa – a mulher educada para melhor exercer suas funções precípuas, "naturais", de mãe e esposa.

Mais do que a busca de realização profissional, os conteúdos programáticos ministrados em sala de aula enfatizavam a diferenciação entre os sexos, predeterminando que a realização feminina passava necessariamente pelo exercício de sua função natural – a reprodução da espécie humana. A elaboração do famoso "paninho de amostra" e as aulas de economia doméstica fizeram parte da realidade escolar de sucessivas gerações de brasileiras, quer tenham passado pelas classes de ensino regular ou pelas de cursos de profissionalização.

Coerente com os conceitos dominantes insistia-se na crença de que o estudo, longe de propiciar os meios para a saída de casa, melhor preparava a mulher para executar as tarefas necessárias ao cuidado da família. Sua significativa participação nos cursos de nível médio – onde aparece como a proverbial normalista – não apenas a preparava para o trabalho de professora, mas, fundamentalmente, permitia que a "moça de família" fosse mais bem encaminhada para o casamento. Inúmeras, após a conclusão do curso, não exerceram essa ocupação. No ideário da classe média, formar a filha garantia sua sobrevivência em casos extremos como viuvez, abandono, doença e/ou incapacidade do marido. Os dados numéricos que corroboram essas últimas afirmativas não puderam, porém, ser encontrados nos censos populacionais.

No segundo caso, a população é freqüentemente dividida entre ativa e não ativa, e mensurada em função das atividades produtivas realizadas no mercado de trabalho. Quase sempre o trabalho feminino é previamente entendido como extensão das atividades realizadas no domicílio e como tal subestimado pelos organizadores dos censos, bem como por quem realiza a coleta de informações. Mais do que isso, as próprias mulheres tendem a subestimar sua contribuição na esfera produtiva e, em comum acordo com os recenseadores, encaram suas atividades como esporádicas e complementares ao orçamento familiar. Se essa atitude é esperada nos primeiros recenseamentos, graças à presença marcante do patriarcalismo na sociedade brasileira, não há por que negar sua forte influência na realização dos demais.

Não obstante essas ressalvas, acompanhar a trajetória feminina pelos resultados dos censos populacionais torna visíveis alguns dos limites de sua efetiva participação. Os números aferidos permitiram concluir que idade, estado civil, nível de escolaridade e urbanização foram, de fato, alguns dos principais condicionantes dessa trajetória. Em especial, levanta-se como hipótese para análises futuras aferir os determinantes de uma expressiva transformação temporal: mais bem instruídas, não apenas as solteiras, mas também as mais velhas, casadas e com responsabilidade familiar, sob o impacto das transformações socioeconômicas aceleraram sua incorporação no mundo do trabalho. E, assim fazendo, melhor puderam reivindicar reconhecimento social, ao mesmo tempo em que promoveram mudanças substantivas na instituição familiar.

## Abstract

This paper presents a reflection on the use of the gender category in historical demography studies. It is based on sex data from three general censuses of the Brazilian population, especially those related to education and work, trying to identify the advances and setbacks of women's historical situation in Brazil. It also aims at showing some of the difficulties and potentialities in the use of serial and quantitative data.


Key words: Gender; Historical demography; Women; Education; Work.

## Referências


DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brazil realizado em 1º de setembro de 1920*: censo da população. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento geral do Brasil, setembro de 1970*: censo da população. Rio de Janeiro: IBGE, 1922.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BERQUÓ, Elza; BERCOVICH, Alicia M. Viagem à demografia de Giorgio Mortara. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 2, n. 2, p. 21-37, jul./dez.1985.

BOCK, Gisela. Challenging dichotomies: perspectives on women's history. In: OFFEN, Karen *et al*. (Ed.). *Writing women's history, international perspectives*. Bloomington: Indiana University Press, 1990. p. 1-23.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

CANO, Wilson. Transformações da economia e repercussões no mercado de trabalho: roteiro para uma investigação histórica (1920-1986). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, V, 1986, Águas de São Pedro (SP), *Anais*... Belo Horizonte: Abep, 1998, p. 877-88.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*: Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRON, Wanda Maleronka. *Fazer roupa virou moda*: um figurino de ocupação da mulher. (São Paulo – 1920-1950). 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

HAHNER, June E. *Emancipating the female sex*: the struggle for women's rights in Brazil, 1850-1940. Durham: Duke University Press, 1990.

HEAD-KÖNIG, Anne-Lise. Demographic history and its perception of women from the seventeenth to the nineteenth century. In: OFFEN, Karen *et al*. (Ed.). *Writing women's history, international perspectives*. Bloomington: Indiana University Press, 1990. p. 25-44.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoria género. *Papeles de Población*, Toluca, n. 21, p. 147-178, jul./sept.1999.

MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Demografia histórica*: orientações técnicas e metodológicas. São Paulo: Currupio, 1988.

MATOS, Maria Izilda S. de. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros: percursos e possibilidades. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Org.). *Gênero em debate*: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997. p. 83-114.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Trama e poder*: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934). Brasília: Sesi-DN, 1994.

MOTTA, José Flávio. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 12, n. 1/2, p. 133-149, jan./dez. 1995.

MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica. Da semeadura à colheita. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 14, n. 1/2, p. 151-158, jan./dez., 1997.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Do lar para a escola e da escola para o lar*: mulher e educação em Minas Gerais no século XIX (1834-1889). 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

OJEDA DE LA PEÑA, Norma. Acerca del género en la demografía mexicana. *Papeles de Población*, Toluca, n. 21, p. 179-197, jul./sept. 1999.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida. A concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. In: SEMINÁRIO METODOLÓGICO DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS, 3. Ouro Preto (MG), 1984. *Censos, consensos e contra-censos*. Ouro Preto: Abep, 1984. p. 19-66.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil do século XIX. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). *As idéias e os números de gênero*: Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-61.

SAMARA, Eni de Mesquita. O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Org.). *Gênero em debate*: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997. p. 11-51.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mudanças econômicas, gênero e família no Brasil (1836-1996). *População e Sociedade*, Porto, v. 4, p. 43-58, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 63-95.

SOIHET, Rachel. Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOLER, Maria Angélica (Org.). *Gênero em debate*: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997. p. 53-82.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu (MG), *Anais*... Belo Horizonte (MG): Abep, 2000. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.

TILLY, Louise A.; SCOTT, Joan W. *Women, work & family*. London: Routledge, 1989.

TUPY, Ismênia S. Silveira T. *Retratos femininos*: gênero, educação e trabalho nos censos demográficos. 1872/1970. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

# Belo Horizonte: uma economia de serviços

Elisabeth Guerra Parreiras*

## Resumo

Fundada no final do século XIX para ser o centro político-econômico de Minas Gerais, Belo Horizonte tinha como missão precípua implementar uma ação modernizadora com vistas à industrialização do Estado e superar os traços tradicionais da economia agrícola e extrativista. No entanto, a nova capital, na sua parte nuclear, jamais vivenciou a experiência da indústria do tipo fordista, especializando-se numa economia de serviços em toda a sua história.

Palavras-chave: Belo Horizonte; Economia de serviços; Metrópole periférica; Desenvolvimento; Cidade global.

> O orgulho urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que trazem à luz, detentores de poder e artistas. (Jacques Le Goff)

Fundada nos finais do século XIX sobre o que era o Curral Del Rei, sob a influência do espírito do modernismo e da concepção de progresso, Belo Horizonte nasce fadada a se moldar ao que a trajetória das relações capitalistas de produção define como mecanismo de reprodução do capital nas áreas periféricas do sistema. Plantada no sertão mineiro, afastada da orla marítima e protegida pela Serra do Curral, ainda assim a cidade capta e estabelece uma estreita relação com as diversas fases e tendências do capitalismo (considerado na complementaridade e inter-relação com a modernidade), da sua fundação aos nossos dias.

* Professora do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Belo Horizonte surge dos desejos (e necessidade) de uma parcela significativa da elite mineira, empenhada em recolocar Minas Gerais em importante lugar no âmbito da economia nacional, lugar que perdera ainda no período colonial com o declínio da atividade aurífera. A cidade deveria constituir pólo coordenador ou centro da multifacetada economia mineira do final do século XIX. Premeditadamente projetada na sua forma física e na sua vocação, ela nasce num espaço econômico vazio, já que a economia essencialmente agrária do Curral Del Rei fora arrasada junto com o arraial. Ouro Preto, no dizer de Paul Singer (1977), era apenas a sede da administração mineira, sem nenhum significado econômico para o Estado, posição que a nova capital deveria assumir. Portanto, Belo Horizonte nasce sem espontaneidade, com um destino traçado no plano político e urbanístico, que a sua história tratará de em parte cumprir e em parte subverter. No conjunto de sua história econômica, o que fica nítido é que a nova capital (a cidade nuclear, Belo Horizonte, e não a metrópole ampliada na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH) desenvolveu-se cumprindo a sua missão de pólo coordenador e se "especializou" como produtora de serviços, sem nunca ter sido uma cidade industrial no sentido fordista, como São Paulo, para citar um caso brasileiro.

## Um retorno histórico

Minas Gerais integra-se à história do Brasil já nos finais do século XVII, quando são descobertas as áreas auríferas.

A exploração do ouro de aluvião concentra a atenção das autoridades portuguesas e o empenho de exploradores de diversas regiões do país. O processo de povoamento e urbanização é acelerado e, ao mesmo tempo, efêmero. Num espaço de no máximo 100 anos cumprem-se todas as etapas do ciclo: descoberta/exploração e declínio.

Essa economia assim centrada produziu uma sociedade bastante original no conjunto da Colônia: basicamente urbana, com grupos sociais médios, sufocante presença do Estado metropolitano, ativo mercado externo e atividade agrária de subsistência. Das muitas cidades que surgiram, nenhuma foi capaz de assumir um papel central ou polar em relação às outras. Embora Ouro Preto, no imaginário mineiro, pareça ter exercido essa função catalisadora, na realidade era apenas a sede do governo da capitania, não tendo ascendência sobre as outras, nem no período colonial nem durante o Império e nos primeiros anos da República, o que motivará, de certa forma, a mudança da capital.

O ativo mercado externo que se desenvolve na capitania estabelece uma

interessante relação de cada cidade aurífera com pólos externos a Minas Gerais, não só no sentido de encaminhar o ouro para a Metrópole, mas também de trazer mercadorias para suprir necessidades tanto de sobrevivência quanto de luxo e requinte que a exploração de metais preciosos proporciona. Os grupos médios que aqui surgem, em nítido contraste com a sociedade bipolar – senhor/escravo – do restante da colônia, surgem exatamente na dinâmica do mercado externo. Em torno das cidades desenvolvem-se atividades agrícolas de autoconsumo e de caráter emergencial para atender à demanda da população urbana. São atividades agrícolas de produção rápida (a exploração aurífera não pode esperar), que proporcionaram uma culinária singular tão bem descrita do ponto de vista histórico por Eduardo Frieiro em *Feijão, angu e couve* (1966). A presença dos grupos médios nas Minas criou também o equívoco, que estudos recentes da historiadora Virgínia Valadares (1997) contestam, de que havia uma importante atividade manufatureira de tecidos. Documentos setecentistas demonstram que essa atividade jamais se desenvolveu em detrimento da exploração aurífera e que nunca houve desvio da mão-de-obra escrava da lavoura de autoconsumo ou da mineração para a atividade manufatureira.

No final do século XVIII, a exploração aurífera esgota-se, produzindo uma sociedade depressiva, estagnada, apática e sem perspectivas imediatas. No entanto, a capitania continua a de maior concentração populacional, situação que se estende por todo o século XIX, segundo Oliveira Martins, citado por Roberto Simonsen (1977):

> Ainda nos primeiros anos da nossa era, a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína, os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos, e a da agricultura prometedora; e as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios difíceis de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos, habitavam em palácios carunchosos. A apatia, a indolência do temperamento meridional, aparecia, agora, passado o delírio da exploração mineira, e depois de dois séculos de incessantes correrias pelos sertões virgens. (p. 292-293)

Na Tabela 1, é visível o declínio acentuado da produção mineratória em Minas Gerais nos finais do século XVIII e início do século XIX. A partir daí, a economia mineira vive uma outra história.

Com a decadência da atividade aurífera, as possibilidades econômicas se encaminham para o antigo setor de subsistência e para atividades substitutivas de importação (tão significativas no período anterior), principalmente no setor metalúrgico e têxtil, mas com técnicas bastante incipientes e retrógradas. De qualquer forma, a vocação metalúrgica da região se mantém, embora

Tabela 1. Produção mineratória em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

| Período | Minas Gerais (arrobas) | Goiás, Mato Grosso (arrobas) | São Paulo, Bahia, Ceará |
|---|---|---|---|
| 1700-1725... | 7.500 | | |
| 1725-1735... | 6.500 | | |
| 1736-1751... | 12.000 | | |
| 1752-1787... | 18.000 | | |
| 1788-1801... | 3.500 | | |
| 1720-1801... | | 13.000 | 5.000 |
| Total | 47.500 | 13.000 | 5.000 |

Fonte: Simonsen (1977, p. 297).

modestamente, pelo caráter de paralisia geral da economia e pelo isolamento que a própria topografia impunha.

O isolamento das Minas e a pulverização das atividades econômicas geram áreas de produção bem demarcadas e, ao mesmo tempo, vários grupos oligárquicos, que buscam o controle político da capitania, província e, depois, Estado. Cada uma dessas áreas tem seu pólo de ligação fora das Minas, que se transformam num mosaico econômico-político absolutamente ameaçado por uma força centrífuga.

No início do século XIX, Minas tem sua economia baseada nas atividades da pecuária, de uma modesta lavoura comercial (fumo, algodão, açúcar) e da produção metalúrgica (forjaria). Já no final do século XIX, a produção cafeeira começa a aquecer a economia mineira, tendo dois focos de expansão – a Zona da Mata, vinculada à área cafeicultora e ao porto do Rio de Janeiro, e o foco do Sul e Triângulo, como extensão da cafeicultura paulista, escoando a produção pelo porto de Santos.

Segundo Singer (1977), a partir daí o café é o único produto de exportação de significado na economia mineira, representando, em 1869/70, 56% do total exportado e, em 1879/80, 75%. Para agilizar esse setor de exportação, o sistema ferroviário é desenvolvido, conectando as áreas produtoras com os portos do Rio e de Santos. Embora Juiz de Fora, intermediária no comércio cafeicultor, tenha crescido nesse período, nenhuma cidade mineira consegue transformar-se num efetivo ou ativo centro econômico de Minas. Ouro Preto é apenas um centro administrativo de pequena expressão política numa província e, depois, Estado plurioligárquico. É esse cenário político-econômico que sugere a necessidade de mudança da capital, mais urgente ainda pelas tendências separatistas que ameaçam a integridade do território mineiro, exatamente pela carência desse centro econômico. A Proclamação da República sob a forma federativa, dando mais autonomia aos Estados, reforça as tendências separatistas em Minas. O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (4/3/

1892), em artigo publicado conforme citação de Ciro Bandeira de Mello (1996, p. 32), evidencia que a tendência ia além da simples discussão e avançava com propostas bem definidas:

> (...) a questão que resolveria muito naturalmente, muito pacificamente, sem derramar uma gota de sangue, com a separação da Mata e do Sul para constituírem o Estado do Sul de Minas, e unindo o norte e o centro ao Espírito Santo para constituírem o Estado de Minas do Norte, com os desejados portos de mar. Geograficamente Minas é uma anomalia dentro da União, é a antiga capitania dos tempos coloniais. Dotar o Estado de uma nova capital, mais afinada com os novos tempos da República (ainda frágil), dentro do sentido da modernidade e do progresso e na esperança de uma perspectiva industrializante, passa a ser a meta da liderança política de Minas. Já na 1ª constituição republicana do Estado, o artigo 13 estabelece: "É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade". (p. 32)

Não cabe aqui discutir e analisar o processo de mudança de capital e conseqüente nascimento de Belo Horizonte sobre as ruínas do velho Curral Del Rei. O que interessa é ver o significado econômico de Belo Horizonte para Minas Gerais e seu caráter modernizado, aqui entendido como conexão entre economia periférica e capitalismo internacional, na passagem de uma economia tradicional de traços coloniais para um estágio moderno, em estreita relação com a lógica da capital. É uma modernização conservadora, porque, embora pretenda avançar no âmbito da economia, de fato reproduz e/ou aprofunda a submissão ao grande capital.

## Belo Horizonte: cidade da modernidade

A escolha do local para a construção da nova capital previa a transformação da cidade em centro econômico e político do Estado. A localização, antes de ser geograficamente central, teria de oferecer condições topográficas facilitadoras do projeto modernizante. O projeto urbanístico incorpora esse espírito e vamos ter nas Minas uma cidade *sui generis* – um projeto de vanguarda, nos moldes do espírito iluminista, moderno e progressista, para uma elite proveniente de áreas rurais ou urbanas com ares coloniais. Belo Horizonte seria a síntese de uma pluralidade de oligarquias de base pecuarista, da agricultura cafeicultora (ainda um tanto atrelada à capital federal e a São Paulo) e de toda a economia eclética que resultou da decadência do ouro. Pretendia-se, acima de tudo, criar um centro industrial e, já em 1903, promove-se o Congresso da Lavoura, do Comércio e da Indústria, com resultados modestos. Os objetivos da modernização levariam alguns anos para se realizarem.

Faltava infra-estrutura viária. A ferrovia que ligava a nova capital ao Rio de Janeiro, com 604 quilômetros percorridos em 16 horas, era incipiente e mantinha o isolamento. Só nas duas décadas seguintes à inauguração é que o sistema ferroviário conectaria Belo Horizonte às áreas mais importantes do Estado. Faltava mão-de-obra qualificada para a especificidade das atividades urbanas, apesar de o poder do Estado procurar organizar o mundo do trabalho no sentido industrial. De qualquer forma, desenvolvem-se alguns setores industriais, mas todos ainda limitados ao mercado interno.

Tabela 2. Ocupação da população ativa de Belo Horizonte – 1912.

| Ocupação | Número de pessoas | % sobre o total |
|---|---|---|
| Exploração do solo e subsolo | 1.379 | 13,5 |
| Indústrias | 2.765 | 27,0 |
| Transportes | 522 | 5,1 |
| Comércio, corretagem etc. | 1.050 | 10,2 |
| Força pública | 761 | 7,4 |
| Administração pública e particular | 888 | 8,7 |
| Profissões liberais | 440 | 4,3 |
| Mal definidas | 2.441 | 23,8 |
| Soma | 10.246 | 100,0 |

Fonte: Anuário Estatístico de Belo Horizonte, Ano I, p. 24 e 25.

Tabela 3. Ocupação da população ativa de Belo Horizonte – 1920.

| Ocupação | Número de pessoas | % sobre o total |
|---|---|---|
| Exploração do solo e subsolo | 2.543 | 14,8 |
| Indústrias | 5.942 | 34,6 |
| Transportes | 1.116 | 5,1 |
| Comércio, corretagem etc. | 2.055 | 12,0 |
| Força pública | 1.647 | 9,6 |
| Administração pública e particular | 1.833 | 10,7 |
| Profissões liberais | 1.259 | 7,3 |
| Mal definidas | 763 | 4,4 |
| Soma | 17.158 | 100,0 |

Fonte: Anuário Estatístico de Belo Horizonte, Ano I, p. 21 e 22.

Nas Tabelas 2 e 3 a atividade industrial é a mais significativa e a que mais cresceu entre 1912 e 1920. Na Tabela 3, a indústria (que cresceu visivelmente) tem o setor têxtil como o mais expressivo. No entanto, o desenvolvimento industrial de Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX está aquém do nível atingido pela indústria mundial. Na verdade, o setor têxtil é o mais tradicional e o primeiro a ser mecanizado aos moldes da produção na Inglaterra no século XVIII. O notável na análise das duas tabelas é o peso das atividades de serviço (comércio, corretagem, força pública e particular somados às profissões liberais), mostrando que o setor de atendimento às necessidades da cidade é em conjunto o que mais caracteriza a sua economia. Se no proje-

to havia a intenção de se fazer de Belo Horizonte um centro industrial e gerador de indústria, os primeiros anos da cidade foram de frustração e, mais, não se delineava ainda o caráter de centro econômico e permaneciam nas regiões mineiras as antigas referências polares, principalmente em relação a São Paulo e Rio de Janeiro.

Na década de 1920, o setor metalúrgico é impulsionado com a implantação de siderurgias de porte. A infra-estrutura, principalmente no setor de transporte e investimentos fixos, só poderá ser montada com o esforço do Estado e o investimento do capital estrangeiro. Isso ocorrerá no entorno de Belo Horizonte, jamais no seu território nuclear.

A modéstia da economia belo-horizontina apenas expressa o que ocorria no restante da economia mineira.

Em 1930, Minas Gerais ainda apresentava atraso em relação à economia de São Paulo e Rio de Janeiro. A ruptura do Pacto de Ouro Fino lança Minas na Aliança Liberal com o Rio Grande do Sul, um Estado essencialmente pecuarista, tendo a carne como base de seu processo de industrialização e ignorado pela política das antigas oligarquias que comandavam o país. Essa aliança, que garantiu a vitória política de Vargas, muda a direção econômica do Brasil, impulsionada agora por uma política desenvolvimentista sob a ação intervencionista do Estado. Os impactos do desenvolvimentismo irão finalmente mudar a economia mineira e, por extensão, a de Belo Horizonte. Aqui, o intervencionismo estatal também é marcante. Com um "pacto" pró-desenvolvimentista entre o governo mineiro e o federal, a economia industrial mineira decola.

Pelo Decreto n. 770, de 20 de março de 1941, cria-se o município industrial de Belo Horizonte – Cidade Industrial de Contagem –, que só se concretizará a partir de 1946, pois a guerra dificulta a consecução do projeto. Esse novo pólo industrial, seguido logo da criação de um segundo, também próximo a Belo Horizonte, em Santa Luzia, em 1950, tem a total participação (ou mesmo intervenção) do Estado para atrair capital estrangeiro, superar a fragilidade do capital nacional e promover a criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento industrial.

A criação desses pólos industriais no entorno de Belo Horizonte torna-se necessária para superar os limites da pequena área periférica da cidade destinada à industrialização. Uma contradição desconcertante para uma cidade criada exatamente para constituir um pólo econômico, com vistas à industrialização. A criação das duas áreas industriais fora do espaço físico da capital evidencia que, no máximo, essa cidade seria apenas uma área articuladora do processo de industrialização na região central do Estado e não ela própria uma área industrial.

> Fruto de política pública industrializante que completava o projeto de modernidade do Estado, a Cidade Industrial de Contagem pretendia beneficiar-se da contigüidade da capital, guardando relativa autonomia. Implantada em área do município de Betim (transformada em novo município – Contagem), não era apenas uma área industrial de Belo Horizonte que se criava, mas sim o projeto industrial de Minas Gerais – o parque industrial dos mineiros – *justaposto à capital administrativa* para aproveitar as vantagens locacionais: mercado, mão-de-obra, matérias-primas, energia (resultando na criação da Cemig), facilidades de transportes e comunicações e um sistema bancário desenvolvido. (MONTE-MÓR, 1994, p. 16; grifo meu)

É com a realização desse projeto que Minas entra finalmente na produção industrial ao estilo fordista, gerando uma população de trabalhadores fixada próxima às fábricas, transformando áreas antes rurais em áreas urbanas ativas, principalmente Contagem, que teve seu plano urbano inspirado no modelo hexagonal do Distrito Industrial de Camberra, na Austrália.

Esses dois distritos industriais ligados a Belo Horizonte formarão um complexo produtivo e caberá ao governo mineiro agilizar o empreendimento por meio da instalação dos sistemas de energia e comunicação. A energia, a princípio resolvida emergencialmente com a Usina de Gafanhoto, no Rio Pará, com o potencial inicial de 10.000 HP, será ampliada no governo JK com a criação, no início da década de 1950, da Cemig, que se tornaria a empresa mais importante do Estado, com o monopólio sobre o sistema energético de Minas. Belo Horizonte seria obviamente a sede dessa empresa, concentrando sua equipe tecnoburocrática.

Quanto ao sistema de transporte, também a ser implantado pelo Estado, a comunicação principal entre a metrópole e o distrito de Contagem seria feita pela Avenida Amazonas. Ferrovias e rodovias transformavam pouco a pouco Belo Horizonte no centro de uma rede que se estendia sobre o Estado, formando o pólo que faltava a Minas desde os tempos coloniais. Concretizava-se, finalmente, a concepção de modernidade e progresso que motivou a mudança da capital. Já em 1946, Belo Horizonte superava a participação de produção industrial da antiga região industrial de Juiz de Fora. Uma tardia burguesia vinculada aos processos urbanos ganha ascendência sobre as velhas oligarquias rurais. Segundo Roberto Monte-Mór (1994, p. 19), já nos inícios dos anos 1970, a capital é um centro regional, "uma metrópole periférica", embora outras áreas mineiras mantenham uma relação mais direta com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Todo o processo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais terá no Estado um papel relevante, tanto na política desenvolvimentista que, promovida pela ação estatal, agilizou-o ou criou substratos adequados, como no momento posterior a 1964, quando se aplica uma política liberal e antiestatista, mas que instaurou, contraditoriamente, o Estado empresarial.

A indústria de bens de consumo e de bens de produção ocorre fora do núcleo urbano da capital, embora suas sedes administrativas se localizem exatamente nesse núcleo. Se Belo Horizonte se desenvolveu como centro econômico-industrial, não foi por um investimento produtivo no interior de suas fronteiras; a metropolização definida na RMBH é, na verdade, a expressão desse complexo: centro de decisões e pólo de controle e um entorno produtivo conectados reciprocamente num desenho radial centrípeto por meio de comunicações terrestres (rodovias, avenidas e ferrovias) e de telecomunicações.

Embora a Belo Horizonte da indústria não tenha desenvolvido ela própria a indústria do tipo fordista, a da construção civil é um dos setores mais ativos da cidade desde a sua fundação, passando pelo período desenvolvimentista na década de 1950, quando JK governava com base no binômio "energia e transporte", fazendo surgirem construtoras que chegam à década de 1980 como importantes empresas no âmbito internacional (Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Ájax Rabelo). Ainda hoje, na crise geral do setor produtivo, é a construção civil que funciona como anticíclica em expressiva expansão na RMBH, absorvendo um considerável contingente de trabalhadores.

## Belo Horizonte: uma cidade global?

A dinâmica da economia nos depressivos anos 1980 e mais notadamente nos 1990 imprime uma nova força no capitalismo, seja central, seja periférico. A crise do modelo fordista de produção, resultante do avanço da alta tecnologia, promove a desindustrialização, com substituição progressiva da produção mecanizada pela microeletrônica. O capital continua a se reproduzir sem trabalho e a produção se expande para um mercado que tende ao subconsumo, ou melhor, ocorre um processo de produção para um consumidor-alvo cada vez mais personalizado e sofisticado. A produção em série se restringe na mesma proporção em que o seu mercado amplo e sem face mingua pelo desemprego em expansão. Esse quadro ainda em formatação tem um impacto muito forte sobre as áreas urbanas, que se recompõem na sua base econômica: de industriais para economia de serviços. A recomposição se dá de formas variadas no tempo e no espaço (já se iniciara nos anos 1960 em países como a Inglaterra, por exemplo), dependendo do grau de desenvolvimento de cada um. Comumente, esse processo é denominado economia de globalização, que sintetiza três novos fenômenos simultâneos e complementares entre si: a terceirização, a aplicação da alta tecnologia e a sociedade informacional. Os efeitos dessa nova onda estão ainda a se produzir, mas já se tem bem delineada, no que interessa a este texto, a tendência de expansão

da economia de serviços, que exige alta qualificação dos trabalhadores e aprofunda a crise do emprego. É nessas condições que aparecem as chamadas "cidades globais", que correspondem aos novos padrões da economia.

As cidades globais estabelecem uma rede de conexões materiais e basicamente virtuais de serviços e de controle administrativo da economia mundial, ultrapassando as fronteiras estatais e impondo drasticamente a lógica do capital especulativo. Constituem centros internacionais, vendendo "mercadorias organizacionais" e interconectando em rede mundial a dinâmica de capitais e negócios. Londres, Nova York e Tóquio são exemplos dessas cidades e representam o espírito do capitalismo central neste momento. A ação das cidades globais do centro só se concretiza no estabelecimento de uma sinapse com suas co-irmãs das áreas periféricas. Assim, "novos" espaços urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires e outras cidades estão desenvolvendo as mesmas características daquelas que são de fato o espaço dos *headquarters* das megaempresas.

A rede informacional entre as cidades globais forma círculos concêntricos de interconexão: do núcleo, as cidades globais do capitalismo central, para cidades globais dos países periféricos, por sua vez em relação direta com as metrópoles regionais de cada país. Belo Horizonte, com sua vocação de cidade de economia de serviços, remoderniza-se, integrando-se ao terceiro círculo concêntrico. A estrutura econômica de Belo Horizonte neste início de século se expande no setor terciário moderno e no setor informal da economia e se redefine como área econômica central da produção industrial, que, apesar da crise, realiza-se nos diversos pontos da RMBH, assim como integra a produção metalúrgica do Vale do Rio Piracicaba e outras áreas produtivas do Estado: "Belo Horizonte polariza e se apropria do excedente produzido nestas regiões, tendo-se tornado, ao longo do tempo, uma cidade dinâmica e produtora de serviços" (NABUCO, MACHADO, s.d.).

A Tabela 4 evidencia que o setor de serviços, de 1986 a 1991, absorve mais da metade dos ocupados nos diversos setores de atividade.

Comparada com as áreas metropolitanas de Recife, São Paulo e Porto Alegre, Belo Horizonte é a que concentra o maior volume de ocupados em serviços. No setor de transformação, a área metropolitana está aquém de São Paulo e Porto Alegre, superando apenas Recife, que perde progressivamente seu porte de pólo industrial do nordeste brasileiro com a formação de outros pólos regionais. O comércio traz percentual baixo de ocupados, mas, somado aos serviços, reforça a posição de economia de serviços de Belo Horizonte. A indústria da construção civil, setor sempre dinâmico da economia belo-horizontina, se comparado ao das outras regiões metropolitanas, absorve um volume bastante significativo de ocupados.

Tabela 4. Proporção dos ocupados nos setores de atividade em quatro regiões metropolitanas: Recife, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Médias anuais (em %) – 1982-1991 – Regiões metropolitanas.

| Ano | Serviços | | | | Ind. de transformação | | | | Comércio | | | | Ind. construção civil | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | REC | BHZ | SÃO | POA | REC | BHZ | SÃO | POA | REC | BHZ | SÃO | POA | REC | BHZ | SÃO | POA |
| 1982 * | 45,71 | 51,24 | 42,21 | 43,77 | 15,04 | 20,09 | 34,01 | 24,72 | 17,36 | 12,23 | 12,52 | 13,41 | 9,60 | 12,24 | 7,49 | 9,29 |
| 1983 | 46,48 | 52,05 | 42,87 | 43,69 | 14,21 | 16,89 | 32,48 | 24,57 | 17,20 | 12,54 | 13,12 | 14,1 | 6,88 | 10,23 | 7,19 | 8,23 |
| 1984 | 47,12 | 52,63 | 43,86 | 44,65 | 13,44 | 16,79 | 31,69 | 24,84 | 17,45 | 12,85 | 13,59 | 14,15 | 6,30 | 8,98 | 6,62 | 6,58 |
| 1985 | 47,09 | 51,58 | 43,42 | 44,62 | 14,13 | 17,93 | 33,28 | 24,66 | 17,36 | 12,74 | 13,24 | 14,22 | 6,59 | 9,07 | 5,89 | 5,93 |
| 1986 | 47,18 | 50,03 | 41,73 | 42,99 | 14,85 | 20,05 | 35,74 | 27,07 | 16,69 | 12,55 | 12,82 | 14,39 | 6,31 | 9,56 | 5,64 | 5,99 |
| 1987 | 47,42 | 50,07 | 41,82 | 43,57 | 15,02 | 18,90 | 35,45 | 27,08 | 16,66 | 12,46 | 12,92 | 14,18 | 6,45 | 9,33 | 5,65 | 5,99 |
| 1988 | 48,09 | 50,18 | 42,75 | 43,56 | 14,12 | 19,37 | 33,51 | 26,90 | 16,61 | 12,99 | 12,98 | 14,67 | 6,93 | 10,06 | 6,33 | 6,05 |
| 1989 | 47,68 | 49,55 | 42,68 | 43,32 | 14,63 | 19,66 | 33,15 | 26,63 | 16,41 | 13,59 | 13,49 | 14,95 | 7,05 | 10,01 | 6,39 | 6,22 |
| 1990 | 48,38 | 50,03 | 43,34 | 45,07 | 14,93 | 18,85 | 32,05 | 24,29 | 17,06 | 14,14 | 14,00 | 15,10 | 7,09 | 9,94 | 6,44 | 6,36 |
| 1991 ** | 49,56 | 50,66 | 45,05 | 46,42 | 13,28 | 17,49 | 29,81 | 22,88 | 17,38 | 14,76 | 14,27 | 14,77 | 6,80 | 9,81 | 6,70 | 6,15 |

Fonte: PME, IBMG, vários números – (*) 2º semestre – (**) 1º semestre.

Belo Horizonte cumpre efetivamente o papel para o qual foi criada no final do século XIX: um centro dinâmico e articulador da economia mineira com vistas à integração do Estado no processo de modernização da economia capitalista. A cidade se transforma numa "metrópole periférica" sem contudo superar plenamente a atração que o Rio de Janeiro, e mais nitidamente São Paulo, exercem sobre áreas econômicas (e culturais) de Minas.

De sua fundação aos nossos dias, Belo Horizonte viveu três grandes momentos econômicos na perspectiva do capitalismo: o primeiro, nas duas décadas iniciais do século XX, quando se projeta como grande produtora de tecidos ainda nos moldes arcaicos das primeiras indústrias inglesas; o segundo, quando se transforma na área central da economia do Estado e, por fim, a partir dos anos 1990, quando se incorpora ao capitalismo atual (um neocapitalismo?) como cidade global regional de economia de serviços. Assim, pode-se dizer que, no seu território nuclear, Belo Horizonte viveu efetivamente apenas dois momentos do capitalismo, o das primeiras máquinas e o da era informacional, mas não experimentou o período da produção fordista, marca da economia industrial mundial da maior parte do século XX.

## Abstract

Founded in the late 19th century to be the political and economic centre of the State of Minas Gerais, Belo Horizonte had the mission of implementing a modernizing action plan for the industrialization of the State, overcoming the traditional traces of an agricultural and mining economy. The nucleus of new capital, however, has never experienced the Fordist industrial model, having specialized in a service economy throughout its history.


Key words: Belo Horizonte; Service economy; Peripheral metropolis; Development; Global city.

## Referências


BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local and global*: the management of the cities in the information age. Istambul, United Nations for Human Settlements, 1996. v. 1.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1996.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1981-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH*: horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho: uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *BH*: horizontes históricos. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. p. 49-118.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís e Melo (Coord.). *Belo Horizonte*: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: Cedeplar, 1994. p. 11-27.

NABUCO, Maria Regina. Segmentação, terceirização e espaço. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 49-61, 1989.

NABUCO, Maria Regina; MACHADO, Ana Flávia. *Belo Horizonte*: a bipolaridade no mercado de trabalho. Trabalho apresentado no Seminário Internacional "O futuro da cidade latino-americana", Belo Horizonte, ago. 1995.

SASSEN, S. *The global city*. New York: Princeton University Press, 1991.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil* (1500-1820). 7. ed. São Paulo: Nacional; Brasília, 1977.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SOUZA, Marco Antônio de. Representações sobre a pobreza nas discussões das elites da cidade símbolo da República – Belo Horizonte, 1900-1930. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antônio de (Org.). *1500/2000*: trajetórias. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999. p. 43-54.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *A sombra do poder*: Martinho de Melo e Castro e a administração de Minas Gerais (1770-1795). 1997. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.

# Normas para publicação

**Dados gerais dos *Cadernos de História***

Publicação semestral do Departamento de História da PUC Minas, aberta aos trabalhos – em português e espanhol – no campo da História e afins. Os textos encaminhados são apreciados por dois pareceristas, integrantes do Conselho Consultivo e/ ou parecerista *ad hoc*. Os dados, conceitos e informações contidos nos trabalhos são de inteira responsabilidade dos autores, que receberão cinco exemplares da publicação.

**Sobre as modalidades de trabalhos**

- Artigos inéditos, conferências, ensaios bibliográficos (exame crítico de uma corrente historiográfica, do conjunto da obra de um autor ou de obras diversas aproximadas pela temática, abordagem ou documentação utilizada), traduções (de artigos recentes, artigos clássicos ou fragmentos de obras consagradas que não apresentem versão em português). Essas modalidades devem ter entre 15 e 30 páginas (incluindo referências), no limite de 60.000 caracteres com espaços;
- Comunicações (de trabalhos em andamento) e resenhas críticas (sobre textos publicados até os dois últimos anos, resumidos de forma crítica, destacando-se suas filiações intelectuais e contribuições relevantes). Devem ter entre cinco e 10 páginas (incluindo referências), no limite de 20.000 caracteres com espaços.

**Dados sobre os autores**

Nome completo, filiação acadêmica, instituição de obtenção da titulação (especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado), endereço para correspondência e *e-mail* (com declaração de assentimento em sua divulgação). Esses dados devem vir em página à parte, encabeçada pelo título do trabalho.

**Forma de apresentação**

Disquete digitado (programa Word for Windows), fonte Times New Roman, tamanho 12, acompanhado de três cópias impressas em lauda padrão (25 linhas de 60 toques, com espaço duplo), sem a identificação de autoria; todas as versões devem vir encabeçadas pelo resumo do texto (até 100 palavras), seguidos de três a cinco palavras-chave; no fim do texto devem vir o *abstract* e as *key words*. Seguindo o padrão PUC Minas de normalização ( < http://www.-pucminas.br/biblioteca/normalizaçao_monografias.pdf > ), as notas bibliográficas devem constar do próprio corpo do texto, (a) após a citação entre aspas e abreviadas (sobrenome do autor em caixa-alta, ano e página); (b) em caixa-baixa se antes do comentário livre, a saber:

(a) Nessa perspectiva, a herança é definida como "um conjunto que de certo modo se nos impõe" (LE GOFF, 1985, p. 21).

(b) Para Le Goff (1985, p. 21), a herança é vista como um conjunto que se nos impõe.

Assim, o pé de página deve ser reservado somente para as notas explicativas, em fonte 10, espaço simples (como as citações longas), também abreviadas. Seguir o padrão indicado acima para o corpo do texto.

As citações completas devem constar somente das Referências (fontes primárias, bibliográficas e outras), no fim do artigo, conforme as normas estabelecidas pela ABNT:

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Tradução José Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1985.

**Endereço para correspondência**
**Cadernos de História**
Departamento de História da PUC Minas – ICH
Av. Dom José Gaspar, 500 – Coração Eucarístico
Prédio 6, s/139
Telefone: (31) 3319.4170
30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil
e-mail: guaracy@pucminas.br

# Outros periódicos da Editora PUC Minas

- Arquitetura – Cadernos de Arquitetura e Urbanismo
  Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- Bios
  Departamento de Ciências Biológicas
- Caderno de Estudos Jurídicos
  Faculdade Mineira de Direito
- Caderno de Geografia
  Departamento de Geografia
- Cadernos Cespuc de Pesquisa
  Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas
- Economia & Gestão
  Revista do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
- Fronteira
  Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais
- Horizonte
  Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas
- Psicologia em Revista
  Caderno do Instituto de Psicologia
- Revista da Faculdade Mineira de Direito
  Faculdade Mineira de Direito
- Scripta
  Caderno do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas e do Cespuc

**Projeto gráfico, editoração eletrônica e fotolito:**
EMS editoração eletrônica
Eduardo Magalhães Salles
Telefax: (31) 3041.1113 • e-mail: magalhaes.sales@gmail.com

**Impressão e acabamento:**
Fumarc Gráfica Editora
Av. Francisco Sales, 540 • Floresta
30150-220 • Belo Horizonte • Minas Gerais
Tel.: (31) 3249.7400 • e-mail: fumarc.comercial@pucminas.br